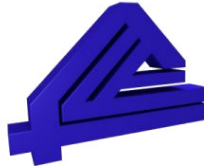




UNIVERSIDAD NACIONAL DE MISIONES



FACULTAD DE CIENCIAS ECONÓMICAS

DOCTORADO EN ADMINISTRACIÓN

TESIS

**COOPERATIVISMO FINANCEIRO: uma avaliação sobre os seus
diferenciais competitivos**

Autor: Vando Knob Hartmann

Director/a de Tesis: Daniel Knebel Baggio

Posadas (AR), Março 2019

VANDO KNOB HARTMANN

COOPERATIVISMO FINANCEIRO: uma avaliação sobre os seus diferenciais competitivos

Tesis Doctoral Presentada a la
Universidad Nacional de Misiones – UNAM como requisito para la obtención del
Título de Doctor en Administración

Posadas (AR), MARÇO 2019

COOPERATIVISMO FINANCEIRO: uma avaliação sobre os seus diferenciais competitivos

VANDO KNOB HARTMANN

Tesis Doctoral Defendida y Aprobada por el Tribunal Examinador constituido por los doctores que abajo firman

Fecha de Aprobación _____ / _____ / _____

Composición del Tribunal Examinador:

Prof. Dr.Institución.....

Prof. Dr.Institución.....

Prof. Dr.Institución.....

DECLARACIÓN DE ORIGINALIDAD

Em este acto deixo constância que el contenido escrito em esta Tesis fue producto de mi trabajo, siendo original e idédito dentro de mi leal saber y entender. Cuando aparecen conceptos de otros están identificados explicitamente a quién pertenece a través de citas. Asimismo de aclara que este material no fue presentado em ésta u outra institución.

Vando Knob Hartmann

DEDICATÓRIA

Dedico essa tese aos meus familiares, especialmente a minha esposa Cristiane que me apoiou nesses quatro anos focados em minha educação, na busca de ampliar meu conhecimento. Também aos meus pais Lucio e Isoldi, pilares responsáveis pelos meus valores e ainda a minha filha Lívia. Certamente com o apoio de vocês, ficou mais fácil percorrer essa trajetória acadêmica que se encerra com essa titulação.

AGRADECIMENTOS

Esta tese não é consequência apenas de um empenho particular. Ela nasce das contribuições que recolhi como cidadão, ao relacionar-me com pessoas e instituições que foram fundamentais a essa construção, onde o cooperativismo esteve presente durante minha trajetória profissional e acadêmica.

Consciente de que não conseguirei listar todos que de uma forma ou de outra me acrescentaram conhecimentos e experiências essenciais à forma de entender o mundo e nele atuar, me esforço para citar alguns.

Aos meus pais, Lucio e Isoldi, que sempre foram motivo de inspiração pela sua história de superação. Aos meus colegas de Doutorado, com os quais multiplicamos o conhecimento em nossas estadias na cidade de Posadas, Roberto Carlos Dallongaro, Adilson Stamberg e Fernando Reichert Haas.

Agradeço profundamente à Direção, meus professores e aos funcionários da UNAM, pelo acolhimento, atenção e principalmente pelo ambiente acadêmico arejado e aberto ao pensamento crítico e ao debate de ideias.

A Daniel Knebel Baggio, como meu orientador no Doutorado, agradeço por sua cumplicidade e responsabilidade direta na construção desta Tese. Finalmente, agradeço a presença amorosa, a ajuda e o estímulo de Cristiane de Jesus Hartmann, produzir uma tese tendo ao lado uma companheira de estimado valor é um presente. A ela, meu eterno agradecimento, extensivo a nossa filha Lívia que nasceu em maio de 2016, em meio ao desenvolvimento dessa Tese.

MUITO OBRIGADO

A primeira condição para modificar a realidade consiste em conhecê-la.

Eduardo Galeano

A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda
pensou sobre aquilo que todo mundo vê.

Arthur Schopenhauer

El momento que da mas miedo es justo antes de empezar.

Stephen King

Só comece se for terminar, independente dos desafios que encontrar. O resultado
será consequência da sua determinação

Vando Knob Hartmann

LISTA DE SIGLAS

ACI - Aliança Cooperativa Internacional
AGO - Assembleia Geral Ordinária
ASCICRED - Cooperativa de Crédito de Empreendedores
BCB - Banco Central do Brasil
BCBS - Basel Committee on Banking Supervision
BIS - Banco de Compensações Internacionais
CGFS - Comitê do Sistema Financeiro Global
CGPC - Conselho Nacional de Seguros Privados e o Conselho de Gestão da Previdência Complementar
CMN - Conselho Monetário Nacional
CNAC - Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa
COCECRER – Cooperativa Central de Crédito Rural do Rio Grande do Sul Ltda
CPMI - Comitê de Pagamentos e Infraestruturas do Mercado
EACB - European Association of Co-operative Banks
FATES - Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social
FC - Finanças Comportamentais
FGCoop - Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito
MC - Comitê dos Mercados
OCB - Organização das Cooperativas do Brasil
SFN - Sistema Financeiro Nacional
SICOOB - Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
SICREDI - Sistema de Crédito Cooperativo
UIT - União Internacional de Telecomunicações
UNICRED - Instituição Financeira Cooperativa da União de Médicos do Brasil.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Comparação entre os custos de dois dos pacotes “intermediários” padronizados pelo BC nos cinco maiores bancos do Brasil	29
Tabela 2: Comparação entre as taxas de juros anuais do empréstimo pessoal e do cheque especial nos cinco maiores bancos do Brasil	30
Tabela 3: Dados dos cálculos	95
Tabela 4: Estatísticas de confiabilidade	101
Tabela 5: Lambda de Wilks.....	102

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Diferença de Associação e Cooperativa.....	35
Quadro 2: Associação x Cooperativa	38
Quadro 3: Tamanhos dos Sistemas Financeiros – Ativos	43
Quadro 4: Expressividade das Cooperativas no Mundo	44
Quadro 5: Diferenciais do cooperativismo para os cooperados	48
Quadro 6: Diferenciais para a comunidade em geral	49
Quadro 7: Comparação das teorias sobre vantagem competitiva.....	63
Quadro 8: Matriz de correlações	103
Quadro 9: Coeficientes de funções discriminantes canônicas padronizados.....	108
Quadro 10: Coeficientes de função discriminante canônica.....	109
Quadro 11: Média de três afirmações	110
Quadro 12: Proposta.....	112

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Taxa de penetração calculada dividindo o número total de membros de cooperativas de crédito pela população em idade economicamente ativa.....	14
Figura 2: Taxa de penetração calculada dividindo o número total de membros de cooperativas de crédito pela população em idade economicamente ativa.....	15
Figura 3: Estrutura do Sistema Financeiro Nacional Subsistema Normativo	26
Figura 4: Sistema Financeiro Nacional e suas ramificações	27
Figura 5: Evolução das Cooperativas de crédito no Brasil (2014).....	46
Figura 6: Reportagem – Modelo econômico predominante.....	49
Figura 7: Região Noroeste do RS	72
Figura 8: Número de respostas diárias	72

GRÁFICOS

Gráfico 9: Sexo.....	75
Gráfico 10: Grau de escolaridade.....	76
Gráfico 11: Atividade econômica.....	76
Gráfico 12: Correntista - banco ou cooperativa financeira	77
Gráfico 13: Grau de aderência da teoria do cooperativismo	77
Gráfico 14: Valor agregado pela cooperativa ao usuário e a sociedade	78
Gráfico 15: Competitividade dos produtos e serviços da Cooperativa	78
Gráfico 16: Distribuição das sobras.....	79
Gráfico 17: Voto – participação em assembleias	80
Gráfico 18: Melhores taxas e produtos de qualidade	80
Gráfico 19: Diferença em operar em um Banco ou em uma Cooperativa	81
Gráfico 20: Sentir-se dono da Cooperativa	81
Gráfico 21: Controle da Cooperativa	82
Gráfico 22: Necessidade da cooperativa investir ou não em educação	83
Gráfico 23: Enfraquecimento do cooperativismo na existência de mais de uma cooperativa financeira	84
Gráfico 24: Investimento da cooperativa na sociedade.....	84
Gráfico 25: Desenvolvimento de projetos da cooperativa em parceria com a comunidade.....	85
Gráfico 26: Ações adotadas pela cooperativa para divulgação do cooperativismo	
Gráfico 27: Defesa do cooperativismo	86
Gráfico 28: Perdas sociais com a saída da Cooperativa da cidade onde moram	86
Gráfico 29: Ações sociais promovidas pela Cooperativa	87
Gráfico 30: Comparação das filosofias do capitalismo, do socialismo e do cooperativismo	87
Gráfico 31: Qualidades do Capitalismo e do Socialismo.....	88
Gráfico 32: Viabilidade do sistema “dar” e não só “produzir”	89
Gráfico 33: Alcance de sobras	89
Gráfico 34: Desenvolvimento de projetos sociais.....	90
Gráfico 35: Contribuição da Cooperativa em projetos na área de saúde	91
Gráfico 36: Nível de conhecimento sobre os produtos das Cooperativas Financeiras.....	91
Gráfico 37: Produtos mais baratos em cooperativas do que em bancos	92

Gráfico 38: Conhecimento do Estatuto social da Cooperativa	92
Gráfico 39: Momento de acarretar as suas contribuições a Cooperativa	93
Gráfico 40: Conhecimento da história da Cooperativa	93
Gráfico 41: Investimento da Cooperativa no desenvolvimento econômico da região	94
Gráfico 42: Colaboração dos cooperados com a Cooperativa	94

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Fundamentação.....	14
1.2 Problema.....	18
1.3 Hipóteses.....	18
1.4 Objetivos.....	18
1.4.1 Geral.....	18
1.4.2 Específico.....	19
1.5 Metodologia.....	19
1.6 Aporte.....	19
1.7 Estrutura da tese.....	19
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	20
2.1 Aspectos históricos: o surgimento da moeda.....	20
2.2 Sistema financeiro nacional.....	25
2.2.1 Bancos.....	28
2.2.2 Cooperativa de crédito.....	30
2.3 Diferença entre sociedade cooperativa e associação.....	33
2.4 Distribuição de sobras.....	38
2.5 Associados ou coperados.....	40
2.6 Evolução do cooperativismo financeiro mundial.....	41
2.7 Cooperativismo financeiro no brasil.....	44
2.8 Diferenciais do cooperativismo financeiro segundo as cooperativas.....	47
2.9 Capitalismo e cooperativismo.....	51
2.10 Ato cooperativo.....	58
2.11 Satisfação do cliente.....	60
2.12 Estratégia competitiva.....	62
2.13 Behavioral finance.....	65
2.14 Fates.....	68
3 METODOLOGIA	70
3.1 Classificação de delineamento da pesquisa.....	70
3.2 Sujeitos da pesquisa e coleta de dados.....	71
3.3 Análise e interpretação de dados.....	73
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	74
4.1 Resultados obtidos.....	77
4.2 Resultados descritivos.....	95
4.3 Teste de crombach.....	101
4.4 Correlações.....	102
4.5 Análise discriminante.....	108
4.6 Proposta.....	110
CONCLUSÃO	113
BIBLIOGRAFIA	116
ANEXOS	121

INTRODUÇÃO

1.1 Fundamentação

As cooperativas de crédito vêm tendo significativo crescimento no Brasil, e no mundo. Já se mostram como uma alternativa econômica a muito tempo e vem consolidando-se a cada dia.

Na figura 1, divulgado pela WOCCU em 2015, existiam 223 milhões de pessoas associadas a 60.500 cooperativas financeiras em 109 países do mundo. Outro dado que chama a atenção é a porcentagem da população com idade economicamente ativa que é associada as cooperativas de crédito em países desenvolvidos, na Irlanda representa 77%, nos EUA 48,8%, no Canadá 44,1% e na Austrália 27%. Já no Brasil, uma economia em desenvolvimento percebe-se ainda um excelente potencial para desenvolvimento visto que em 2015, apenas 4,5% da população opera com Cooperativas Financeiras.

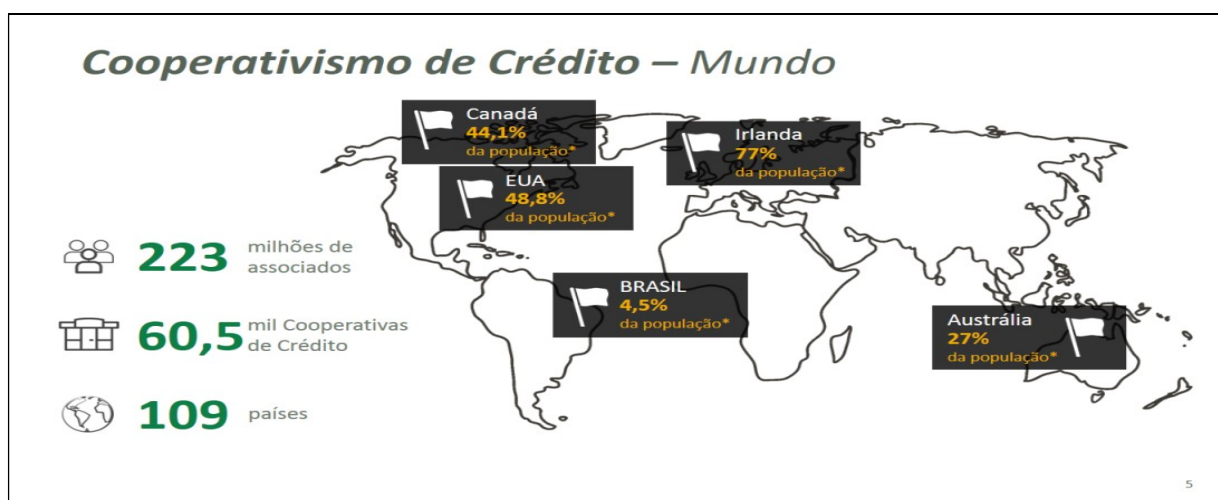


Figura 1: Taxa de penetração calculada dividindo o número total de membros de cooperativas de crédito pela população em idade economicamente ativa.

Fonte: Relatório Estatístico WOCCU, 2015.

No Brasil, conforme pode ser observado na figura 2, 8,9 milhões de pessoas eram associadas a 1097 Cooperativas de Créditos em meados de 2016, juntas ocupam a 6ª posição em volume de negócios do país, sendo que ainda possuem um excelente mercado para desenvolverem-se visto que, apenas 4,61% dos depósitos do mercado financeiro ocorre através delas, 2,77% das operações de crédito e 3,33% dos ativos do Sistema Financeiro.

Ao avaliarmos os números a nível mundial e federativo, justifica-se a pesquisa pela sua representatividade.

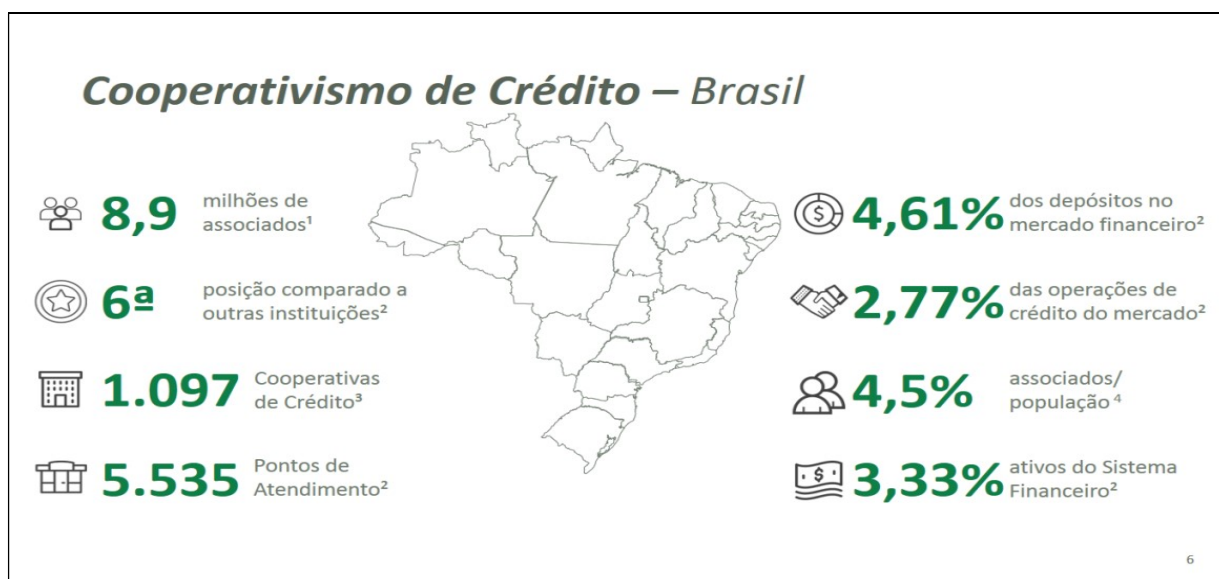


Figura 2: Taxa de penetração calculada dividindo o número total de membros de cooperativas de crédito pela população em idade economicamente ativa
 Fonte: ¹OCB – Junho/2016. ²OCB – Dezembro/2015. ³BACEN – Dezembro/2015 (1.060 singulares, 35 Centrais e 2 Confederações). ⁴Relatório Estatístico WOCCU, 2015.

Portanto, o tema da presente tese de dissertação é: verificar de fato se a teoria do cooperativismo está sendo colocada em prática no entendimento dos cooperados, e se esses percebem os diferenciais do Cooperativismo financeiro.

O fato de haver baixa adesão ao sistema no Brasil gera essa necessidade de análise, por isso a pesquisa teve a finalidade de verificar fatos práticos que vão ao encontro da teoria do cooperativismo, ao mesmo tempo, efetuar pesquisa de campo para identificar o que os associados das cooperativas realmente gostariam de encontrar nessas instituições. Se estão satisfeitos ou se é necessário efetuar uma aproximação dos desejos dos associados com a atividade das cooperativas. Uma vez detectado esses diferenciais, o trabalho teve um foco na divulgação deles para os seus cooperados, isso a fim de dar sustentabilidade ao negócio cooperativo.

A pesquisa partiu da suposição que não se consegue demonstrar para os associados os diferenciais das cooperativas de crédito. Primeiro porque peca-se na divulgação das ações que vão ao encontro dos interesses desses, por exemplo, sobre custos, quanto realmente há de ganho? E segundo, porque não está claro quais são os reais interesses dos associados em operar com uma cooperativa de crédito e não com uma Instituição financeira não cooperativa.

A pesquisa teve o foco em verificar se realmente as cooperativas estão tendo os diferenciais competitivos que possuem em sua teoria, efetuando-se um levantamento de dados para entender através de pesquisa de campo, utilizando metodologia estatística, quais ações podem demonstrar na prática o ganho do cooperativismo de crédito.

O trabalho teve como objetivo geral demonstrar os diferenciais competitivos que um associado possui ao trabalhar com uma cooperativa de crédito comparado com uma Instituição financeira não cooperativa, na sua perspectiva. Como objetivos específicos, detectado os diferenciais competitivos, divulgá-los através dessa tese, sendo efetuada pesquisa de campo e pesquisa bibliográfica para entender quais os diferenciais realmente são levados em consideração para os associados em uma cooperativa de crédito.

Esse trabalho se justifica porque é necessário que qualquer crescimento tenha sustentação em sua missão e valores. O autor trabalha a 14 anos em Cooperativas Financeiras e atualmente vem percebendo que os associados tem questionado mais o verdadeiro papel das cooperativas, assim como demonstram que não percebem os diferenciais do cooperativismo frente a demais instituições financeiras mercantilistas.

A lógica que norteia o método desta pesquisa está na compreensão de que para uma empresa mostrar-se sustentável, deverá ter um diferencial competitivo moderno que a ampare em sua evolução.

A vantagem competitiva é explicada de forma diferenciada por quatro correntes do pensamento sobre estratégia empresarial, as quais estão agrupadas em dois eixos de análise, sendo cada um composto por duas correntes (VASCONCELOS; CYRINO, 2000).

No primeiro eixo, localizam-se duas teorias associadas a aspectos estáticos da concorrência, fundamentadas na noção de equilíbrio econômico, ou seja, a Teoria de Posicionamento Estratégico (inspirada na Teoria da Organização Industrial) e a Teoria Baseada em Recursos. As duas teorias que compõem este primeiro eixo representam a corrente principal ou mainstream da teoria da estratégia (HEENE; SANCHEZ, 1997). De um lado, encontra-se a Teoria de Posicionamento Estratégico, que prioriza a vantagem competitiva como resultado exógeno à organização, sendo uma questão de posicionamento, decorrente da estrutura da indústria, da dinâmica da concorrência e do mercado, orientada por uma visão de

fora para dentro da organização (paradigma outside-in). De outro lado, aparece a Teoria Baseada em Recursos, a qual reconhece as especificidades das organizações, explicando a vantagem competitiva principalmente por meio de fatores internos às firmas, ou seja, uma visão de dentro para fora da organização (paradigma inside-out).

No segundo eixo, encontram-se outras duas teorias que estão associadas a uma visão dinâmica de mercado, enfatizando aspectos como desequilíbrio, descontinuidade e inovação, quais sejam, a Teoria de Processos de Mercado e a Teoria das Capacidades Dinâmicas. No contexto desta última abordagem, inclui-se a Teoria da Competição Baseada em Competências, a qual reconhece os níveis de incerteza envolvidos na mudança estratégica, assim como os processos cognitivos e a aprendizagem organizacional. Tal perspectiva constitui-se no foco desse trabalho.

O Cooperativismo nem sempre consegue demonstrar o seu diferencial aos seus associados e, segundo a pesquisa, tem dificuldades de transformar a teoria em prática.

Para embasar esse estudo, utilizou-se como principais fontes de embasamento teórico dos autores Kotler (1998), Meinen e Port (2014) e Michael Eugene Porter (1986). A opção por estes quatro autores se justifica com o fato de serem referência no setor conforme irei relatar posteriormente.

Foi efetuada uma pesquisa com um questionário de 50 perguntas, aplicado na região das Missões do Rio Grande do Sul, pelo fato de ser uma região onde operam várias Cooperativas de Crédito, como Cresol, Unicred, Sicoob e Sicredi, sendo essa última, uma Cooperativa centenária, com sede na cidade de Cerro Largo. Utilizou-se meios eletrônicos para a coleta de dados como redes sociais e também pesquisa de campo, a amostra de 430 questionários respondidos entre o período de 04 de setembro a 20 de outubro de 2017. Após compilado esses dados, avançou-se para a terceira etapa que foi a análise afim de quantificar o nível de conhecimento e satisfação dos associados das Cooperativas financeiras. Por último na etapa da conclusão, houve a indicação desse autor para a implantação de um processo que diferencie positivamente ainda mais as Cooperativas Financeiras do Sistema Financeiro Atual, traduzindo a teoria para a prática e deixando claro aos associados os benefícios desse sistema.

Para facilitar a compreensão do atual momento das Cooperativas Financeiras, é efetuado um rápido retrospecto que fez avizinhar-se aos dias atuais. Para isso,

inicia-se falando da moeda; da diferença entre sociedade cooperativa e associação; distribuição das sobras; associados e cooperados; capitalismo x cooperativismo e por fim versa-se sobre a satisfação do cliente e estratégia competitiva.

1.2 Problema

A pesquisa teve como objetivo verificar fatos práticos que vão ao encontro da teoria do cooperativismo, ao mesmo tempo em que realizou pesquisas de campo para verificar o que os cooperados gostariam de encontrar nessas instituições. A intenção foi verificar se existe satisfação ou há necessidade de uma aproximação dos desejos dos associados com a atividade das cooperativas. Se essas diferenças forem detectadas, o trabalho terá como foco disseminá-las para a cooperativa, a fim de dar sustentabilidade ao negócio cooperativo.

Diante disso, questiona-se, a teoria do cooperativismo financeiro está sendo colocada em prática e atende aos desejos de seus associados?

1.3 Hipótese

A hipótese sustentada é que as Cooperativas Financeiras não demonstram aos associados os seus diferenciais competitivos. Primeiro porque pecam na divulgação dos resultados e segundo, porque não está claro quais são os reais interesses dos cooperados em operar com uma cooperativa de crédito e não com uma instituição financeira tradicional.

1.4. Objetivos

1.4.1 General

Criar um modelo que evidencie os diferenciais competitivos que um associado tem por trabalhar com uma cooperativa de crédito em comparação com uma instituição financeira não cooperativa, tentando, assim, fortalecer o relacionamento entre o associado e a cooperativa.

1.4.2 Específicos

Detectados os diferenciais competitivos, divulgar através desta tese. Efetuar pesquisa de campo para entender quais os diferenciais que realmente importam para os associados em uma cooperativa de crédito. Efetuar levantamento bibliográfico sobre o tema.

1.5 Metodologia¹

Foi sugerido por meio de um constructo e suas variáveis, o Método a ser utilizado na fase de Pesquisa foi através de relatórios de pesquisa que trazem informações de Instituições Financeiras Cooperativas e cooperativas; A pesquisa de campo foi feita com os associados através de relatórios pré-definidos baseados nas variáveis do Constructo, e na fase de Tratamento dos Dados, a compilação dos dados foi feita através do Programa Google Forms.

1.6 Aporte

O objetivo deste trabalho é fornecer às cooperativas financeiras ambasamento para que possam ter maior êxito nas negociações com seus associados, ganhando assim lealdade e principalidade em suas negociações.

1.7 Estrutura da tese

Em primeiro lugar, foi feita uma base teórica sobre o assunto, em uma segunda etapa de pesquisa de campo estruturada, finalmente análise dos dados levantados e conclusão para confirmar a hipótese inicial.

¹ Os fundamentos metodológicos utilizados no produto científico final, por decisão do Colegiado do Programa, são as constantes de: PASOLD, Cesar Luiz. Metodologia de Investigação Jurídica: teoria e prática. 12. ed. rev São Paulo: Conceito Editorial, 2011.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Aspectos históricos: o surgimento da moeda

Segundo Frederic S. Mishkin (2000, p. 31), “os economistas definem moeda como qualquer coisa que seja geralmente aceita em pagamento por bens ou serviços ou no pagamento final de dívidas”.

A moeda passou por uma longa evolução até chegar a forma como hoje a conhecemos. No princípio praticava-se o escambo, uma troca de mercadoria por mercadoria, onde não havia equivalência de valor, nem moeda.

Assim, quem efetuasse uma caça maior do que o necessário para si e os seus membros trocava este excesso com outra pessoa que, por exemplo, tivesse plantado e colhido mais trigo do que fosse precisar. No início da civilização predominou essa pratica.

No Brasil, entre outras, praticou-se escambo com o pau-brasil, o açúcar, o cacau, o tabaco, entre outros.

Oliveira (2009, p. 123) afirma que: “a moeda é uma das criações mais antigas da sociedade humana. Provavelmente, tão antiga quanto a divisão do trabalho”,

Arqueólogos e historiadores continuam debatendo sobre a sua origem, quanto mais profundas as pesquisas, mais longínqua parece ser a sua origem.

O Escambo perdeu valor porque com o passar do tempo, as mercadorias se tornaram inconvenientes às transações comerciais, devido à oscilação de seu valor, pelo fato de não serem fracionáveis e por serem facilmente perecíveis, assim havia muita dificuldade para acumular riqueza.

Com a descoberta do metal, passou-se a fabricar utensílios e armas anteriormente feitos de pedra. Algumas vantagens do metal eram a divisibilidade, facilidade de transporte e beleza. Isso fez com que ele fosse ganhando espaço, sendo trocado sob as formas mais diversas. No início, em seu estado natural, depois através de barras e, ainda, sob a forma de objetos.

Surgem no século VII a.C., as primeiras moedas com características das atuais: são pequenas peças de metal com peso e valor definidos e com a impressão do cunho oficial, isto é, a marca de quem as emitiu e garante o seu valor.

A Bíblia registra a existência da moeda metálica no Livro de Gênesis, onde narra um episódio que teria ocorrido com Abraão, quando da morte de sua esposa. Estima-se que ele tenha vivido entre os anos de 2000 e 1800 a.C.

- Meu senhor, ouve-me: um terreno que vale quatorcentos siclos de prata, que é isso entre mim e ti? Sepulta ali a tua morta.

Tendo Abraão ouvido isso a Efrom, pesou-lhe a prata de que este lhe falara diante dos filhos de Hete, quatorcentos siclos de prata, moeda corrente entre os mercadores.

Nas moedas sempre pode-se observar aspectos econômicos, políticos, tecnológicos e culturais. Provavelmente, a primeira figura histórica a ser registrada numa moeda foi Alexandre, o Grande, da Macedônia, por volta do ano 330 a.C.

Por muito tempo as moedas de maior valor foram feitas de ouro, sendo que a prata e o cobre eram destinados a valores menores. Mas foi no final do século 19, que as moedas passaram a circular pelo valor gravado em sua face, que independe do metal nela contido.

Quando surgiu o papel-moeda as moedas metálicas ficaram restritas a valores inferiores, necessários para troco.

O surgimento do papel moeda ocorreu quando na Idade Média, apareceu o costume de se guardar os valores com um ourives, pessoa que negociava objetos de ouro e prata. Sendo que a garantia dada pela entrega dos objetos era um recibo, o que depois foi utilizado para efetuar pagamentos, circulando de mão em mão, nasce aí a moeda de papel.

No Brasil, os primeiros bilhetes de banco, precursores das cédulas atuais, foram lançados pelo Banco do Brasil, em 1810. Tinham seu valor preenchido à mão, tal como, hoje.

Enquanto os franceses atribuem a origem da palavra cheque ao vocábulo inglês to check - "verificar", "conferir" – os ingleses sustentam que a palavra é originária do francês echequier, que significa "tabuleiro de xadrez". Segundo os ingleses, as mesas usadas pelos banqueiros tinham a forma de um tabuleiro de xadrez, daí seu nome.

Não se tem uma unanimidade quando se fala da data de invenção do cheque, alguns dizem que foram os romanos por volta de 352 a.C. Outros admitem ter sido criado na Holanda, no século XVI.

O BACEN afirma, acredita-se que datem de 1762 os primeiros cheques impressos por LAWRENCE CHILDS na Inglaterra. Ele foi o primeiro banqueiro no

sentido moderno. Foi a França o primeiro país a legislar sobre o cheque, com a Lei de 14 de junho de 1865. Na Inglaterra, a legislação específica só foi baixada em 18 de agosto de 1882².

No Brasil, só em 1893, pela Lei 149-B, surgiu a primeira citação referente ao cheque, no seu art. 16, letra "a", vindo o instituto a ser regulamentado pelo decreto 2.591, de 7 de agosto de 1912.

Com a evolução o uso de moedas e cédulas está sendo substituído cada vez mais por cartões de plástico. Instituições financeiras, bancos e um crescente número de lojas oferecem a seus clientes cartões que podem ser usados na compra de grande número de bens e serviços, inclusive em lojas virtuais através da internet.

O Cartão de Crédito surgiu nos Estados Unidos na década de 20. Postos de gasolina, hotéis e firmas começaram a oferecê-los para seus clientes mais fiéis. Eles podiam abastecer o carro ou hospedarem-se num hotel sem usar dinheiro ou cheque afirma o BACEN³.

Já em 950, o Diners Club criou o primeiro cartão de crédito moderno, mas ainda não era de plástico. No início era aceito em 27 bons restaurantes daquele país e usado por importantes homens de negócios. Somente em 1955 o Diners passou a usar o plástico em sua fabricação⁴.

Em 1958, a empresa American Express lançou o seu cartão. E no mesmo ano o Bank of America implantou o seu BankAmericard, que em 1977, passou a denominar-se VISA, na década de 90 o VISA tornou-se o maior cartão com circulação mundial, sendo aceito em 12 milhões de estabelecimentos.

A moeda não foi, pois, genialmente inventada, mas surgiu de uma necessidade e sua evolução reflete, a cada momento, a vontade do homem de adequar seu instrumento monetário à realidade de sua economia⁵.

O conjunto de cédulas e moedas utilizadas por um país forma o seu sistema monetário. Este sistema, regulado por meio de legislação própria, é organizado a partir de um valor que lhe serve de base e que é sua unidade monetária, a seguir falamos do Sistema Financeiro Brasileiro.

Atualmente, grande parte das operações financeiras ocorrem de forma digital, através de cartões magnéticos, mobile e internet banking.

² <<http://www.bcb.gov.br/htms/origevol.asp?idpai=HISTDIN>>.

³ <<http://www.bcb.gov.br/htms/origevol.asp?idpai=HISTDIN>>.

⁴ <<http://www.bcb.gov.br/htms/origevol.asp?idpai=HISTDIN>>.

⁵ <<http://www.bcb.gov.br/htms/origevol.asp?idpai=HISTDIN>>.

Dois assuntos em específico vêm causando alvoroço no Sistema Financeiro Nacional, um deles são as Fintechs e o segundo são os Bitcoins (blockchain).

Abaixo transcreve-se o relatório de Estabilidade Financeira divulgado pelo Banco Central do Brasil em Setembro de 2016 que trata dessas novidades.

Historicamente, inovações têm capacidade de alterar o estado de equilíbrio dos mercados: telefones substituíram o telégrafo, aviões encurtaram distâncias, e a internet revolucionou o provimento de informações e serviços. Da mesma maneira, os avanços da internet e o recente desenvolvimento de novas tecnologias, aliados ao maior uso pelo cidadão dos meios eletrônicos no seu dia a dia, têm ensejado diversas transformações com grande potencial no sistema financeiro.

Tecnologias como o distributed ledger, cujo principal exemplo é o blockchain, têm provocado discussão na academia, no mercado e entre reguladores acerca de seus potenciais usos e impactos. Soluções para o comércio eletrônico, desenvolvimento de infraestruturas e surgimento de carteiras eletrônicas são novidades que estão parecendo no mercado de pagamentos. Inovações na oferta de crédito e em instrumentos de investimento por meio do uso de tecnologias modernas, como peer-to-peer lending e robo-advisor, respectivamente, complementam um mercado em ebulição, que se redescobre e se adapta às transformações.

No mercado de câmbio, também se verifica novos modelos de negócio nos serviços financeiros para realização de operações, como em remessas internacionais, por exemplo. Tais modelos envolvem o uso intenso de plataformas tecnológicas e de novas tecnologias, inclusive na captura e no cadastramento remoto de clientes. Importantes atores dessas transformações são as fintechs, empresas intensivas em tecnologia que prestam serviços financeiros. Tais empresas aplicam as mais recentes tecnologias na adaptação de produtos e de serviços oferecidos no mercado financeiro, no lançamento de novas soluções e na provisão de serviços de mitigação e de gerenciamento de riscos de compliance para as instituições reguladas.

Concomitantemente, avaliando os potenciais impactos das inovações financeiras, as instituições incumbentes também têm acompanhado e participado de iniciativas, locais e mundiais, relacionadas ao emprego de tecnologias à inovação no provimento de serviços financeiros.

O Banco Central do Brasil (BCB) reconhece a importância tanto do emprego de novas tecnologias, cuja aplicação pode se estender por toda a indústria, incluindo métodos de pagamentos, de compensação e de liquidação, como também a importância de formas inovadoras de prestação de serviços. De maneira consoante, encoraja o desenvolvimento dessas novas tecnologias no mercado financeiro, pois isso pode estimular a concorrência no mercado, o que impacta sua eficiência e possibilita a oferta de produtos a preços menores aos clientes, atingindo maior parcela da população.

Por outro lado, o BCB se mostra vigilante em relação à introdução de inovações na medida em que elas possam ter consequências sobre a solidez do sistema financeiro. Novas formas de prestação de serviços implicam a necessidade de métodos atualizados de acompanhamento de seu emprego e de um marco regulatório tempestivamente aprimorado, de forma a garantir o regular funcionamento do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e das infraestruturas do mercado financeiro.

Nesse sentido, o BCB se faz presente nos diversos fóruns internacionais que buscam compreender e acompanhar essas inovações. No tópico do emprego de novas tecnologias nos sistemas de pagamento, o BCB compartilha conhecimentos no grupo de trabalho em inovações digitais do Comitê de Pagamentos e Infraestruturas do Mercado (CPMI), no âmbito do Banco de Compensações Internacionais (BIS); no grupo de trabalho conjunto também em inovações digitais formado pelo CPMI e pela Organização Internacional de Comissões de Valores Mobiliários (IOSCO); e no grupo de trabalho sobre tecnologias financeiras, no âmbito do Conselho de Estabilidade Financeira (FSB).

Em relação a inovações na forma de prestação de serviços e de desenvolvimento de arranjos de pagamentos, o BCB se faz presente no grupo focal sobre serviços financeiros digitais, no âmbito da União Internacional de Telecomunicações (UIT) de Supervisão Bancária (Basel Committee on Banking Supervision – BCBS), o Comitê do Sistema Financeiro Global (CGFS) e o Comitê dos Mercados (MC), os três no âmbito do BIS, também estão estudando o tema. Em adição, o BCB estabeleceu, internamente, por meio da Portaria BCB nº 89.399, de 3 de junho de 2016, um grupo de trabalho interdepartamental com o objetivo de elaborar estudos sobre inovações tecnológicas digitais relacionadas com as

atividades no âmbito do SFN e do SPB e de avaliar potenciais impactos sobre o funcionamento desses sistemas.

Com essas ações, o BCB prepara-se para lidar com o desafio de acompanhar as transformações do sistema financeiro, ao mesmo tempo em que oferece estímulos às instituições financeiras locais para que permaneçam na fronteira de seu desenvolvimento. Caso se identifique a necessidade de intervenção regulatória, o BCB estará pronto para adotar tempestivamente as medidas necessárias para a manutenção da estabilidade do SFN, do SPB e do mercado de câmbio.

2.2 Sistema financeiro nacional

Não é novidade que o fator econômico é uma das maiores e mais importantes engrenagens do mundo atual, é ele quem faz a economia girar.

Para se operar com a moeda fez-se necessário a criação de um Sistema Financeiro Nacional (SFN).

O SFN é o órgão formador das estratégias econômicas e financeiras, e tem a função de controlar todas as instituições ligadas às atividades econômicas e financeiras do país⁶.

Segundo Oliveira (2009, p. 20), Sistema financeiro é o conjunto de mercados, instituições e processos mediante os quais, e sob uma disciplina jurídica comum, pessoas físicas, empresa e entidades governamentais criam, transferem e extinguem relações jurídicas de conteúdo financeiro.

Pode-se apontar a chegada da família real portuguesa como o início da organização do SFN. Esse até 1964 carecia de uma estruturação nacional adequada às necessidades da sociedade como um todo. A partir daí foram editadas algumas leis que possibilitaram a estruturação atual, servindo de modelo a muitos países.

Na figura 3 observamos a atual estrutura do Sistema Financeiro Nacional (SFN):

⁶ <<http://www.sistema-financeiro-nacional.info>>.

Órgãos Normativos	Entidades Supervisoras	Operadores
Conselho Monetário Nacional	Banco Central do Brasil - BACEN	Instituições Financeiras Captadoras de Depósito à Vista.
		Demais Instituições Financeiras.
		Outros Intermediários Financeiros e Administradores de Recursos de Terceiros.
		Sistema de Liquidação e Custódia
	Comissão de Valores Mobiliários - CVM	Bolsa de Mercadorias e Futuros Bolsa de Valores
Conselho Nacional de Seguros Privados	Superintendência de Seguros – SUSEP e IRB – Brasil Resseguros	Sociedades Seguradoras
		Sociedades de Capitalização
		Entidades Abertas de Previdência Complementar
Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC	Secretaria de Previdência Complementar - SPC	Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Fundos de Pensão)

Figura 3: Estrutura do Sistema Financeiro Nacional Subsistema Normativo
Fonte: Fortuna (2010)

Nessa estrutura, existe O Conselho Monetário Nacional (CMN), o Conselho Nacional de Seguros Privados e o Conselho de Gestão da Previdência Complementar-CGPC. Esse trabalho possui enfoque no CMN e suas subdivisões, sendo esse o órgão superior do Sistema Financeiro Nacional. O referido conselho é responsável por formular a política da moeda e do crédito, e tem o objetivo de manter estável a moeda do país, bem como, o seu desenvolvimento econômico e social.

Se o CMN é o órgão responsável pelas normas, abaixo dele existem duas entidades que são responsáveis pela supervisão: O Banco Central do Brasil (Bacen) e a Comissão de Valores Mobiliários.

O Bacen também criado em 1964, tem como principal missão institucional assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda nacional e da solidez do SFN.

Destacam-se a seguir as principais atribuições do Banco Central do Brasil:

- Autorizar o funcionamento e fiscaliza as instituições financeiras, dentre elas as cooperativas de crédito;
- Emitir moeda;
- Controlar crédito e capitais estrangeiros;
- Executar a política monetária e cambial.

Baggio (2012) apresenta a figura 4 para exemplificar o Sistema Financeiro Nacional e suas ramificações. Esquema esse que nos permite localizar as Sociedades de Crédito, Financiamento e Inversiones dentro do Sistema de Intermediación. Essa tese irá trabalhar com o foco nessas sociedades de crédito, que possuem importante papel dentro do SFN, onde no próximo capítulo inicia-se uma abordagem sobre essas Sociedades.

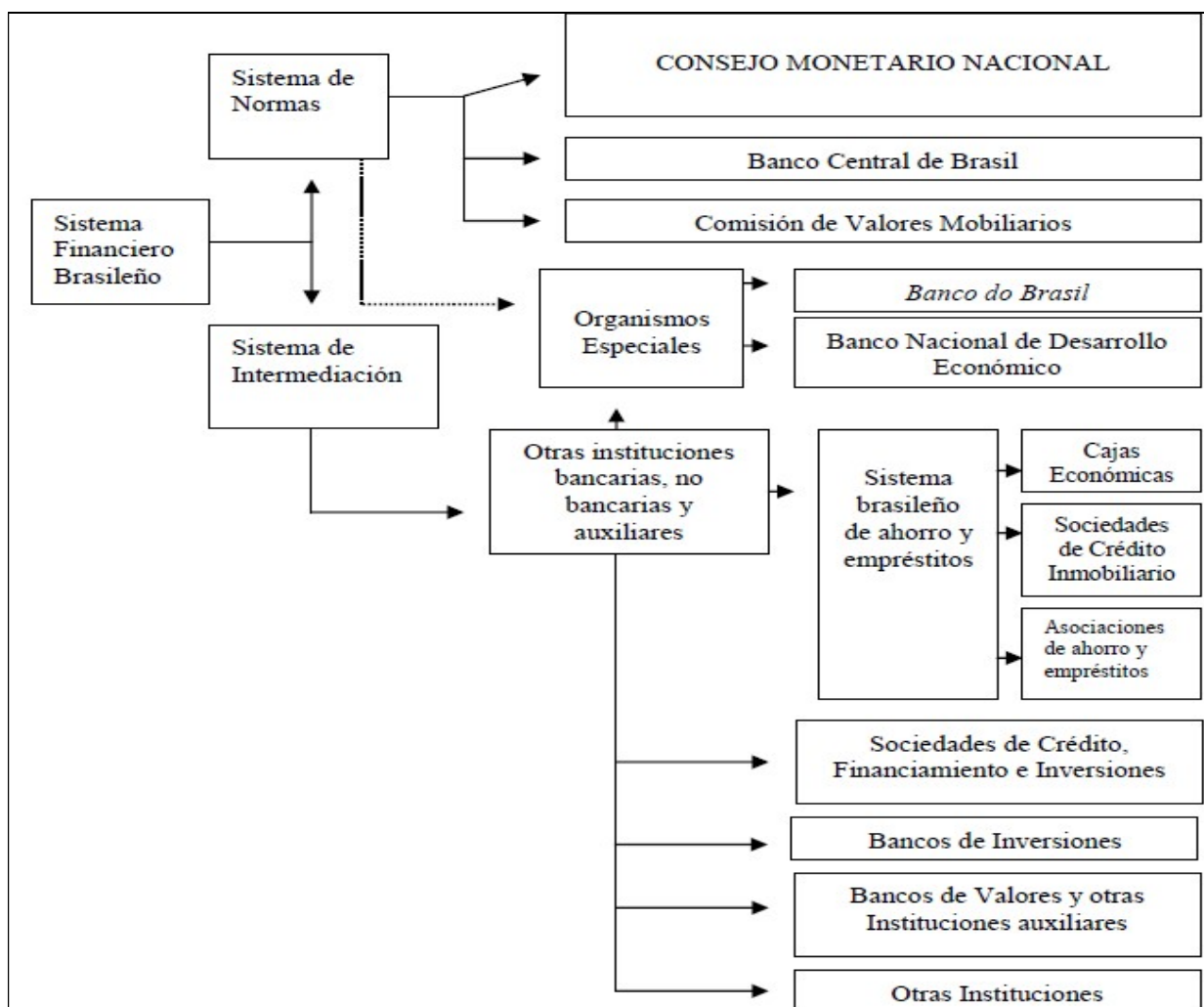


Figura 4: Sistema Financeiro Nacional e suas ramificações.
Fonte: Baggio (2012)

Esse estudo está focado nas Instituições financeiras que são apenas parte do Sistema Financeiro Nacional, sendo elas a engrenagem dos mercados financeiros, sem eles, não seria possível transferir fundos de pessoas que poupam para as que pretendem fazer investimento.

O conceito legal Instituição Financeira no Brasil é estabelecido de 2 dispositivos legais. O primeiro é o art. 17 da Lei nº 4.595/1964 e o outro é o art. 1º da lei 7.492 de 16 de Junho de 1986.

O art. 17 da Lei nº 4.595/1964, diz:

Art. 17. Consideram-se instituições financeiras, para os efeitos da legislação em vigor, as pessoas jurídicas públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros...

Já o art.1º da Lei nº 7492/1986, estabelece que:

Consideram-se instituições financeiras, para efeitos desta Lei, a pessoa jurídica de direito público e privado, que tenha como atividade principal ou acessória, cumulativamente ou não, a captação, intermediação ou aplicação de recursos financeiros de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, ou a custódia, emissão, distribuição, negociação, intermediação ou administração de valores mobiliários.

Entre as Instituições Financeiras Iremos falar em seguida sobre os Bancos e as Cooperativas Financeiras como alternativa para a população.

2.2.1 Bancos

Segundo Hilferging (apud FUNDAÇÃO DOM CABRAL):

Há vários fatores interligados que criam as condições para o desenvolvimento econômico, tecnológico e social, mas o poder dos bancos de criar moeda e a existência de um sistema de intermediação de excedentes econômicos na forma financeira e de crédito estão entre os mais importantes (HILFERGING apud FUNDAÇÃO DOM CABRAL, 1985, p. 23).

Apesar de todas as complicações é muito difícil viver hoje sem ter uma conta em um banco.

Os bancos desempenham função econômica essencial de canalizar fundos de pessoas que pouparam em excesso por gastarem menos que a sua receita, para pessoas que tem escassez de fundos porque gastam mais que a sua receita ou estão fazendo algum investimento.

Essas instituições não são apenas lugares para se guardar dinheiro e efetuar empréstimos, uma vez que também oferecem uma série de serviços essenciais que

vão desde a transferência de valores para outra pessoa até os investimentos mais complexos.

Com os avanços característicos da vida moderna, não utilizar esses serviços é quase impossível, ainda que exista uma grande parcela da população brasileira não bancarizada. A tendência é que, cada vez mais, até as pessoas mais simples venham a ter algum tipo de contato com o banco, pois o recebimento de salário, benefícios e outros pagamentos depende dessa relação.

A falta dos serviços bancários pode prejudicar a vida financeira e pessoal. Mais do que isso, ter uma conta é algo que, se bem administrado, ajuda no controle do dinheiro e facilita o cotidiano de quase todas as pessoas. A questão é conhecer bem os serviços e tentar fugir das armadilhas bancárias.

É necessário comparar os custos dos serviços bancários. Os bancos oferecem uma variedade de pacotes de tarifas, com custos bastante modificáveis, além de algumas opções isentas de qualquer cobrança. O pacote de serviços essenciais padronizado pelo Banco Central é uma das cestas gratuitas que toda a instituição é obrigada a oferecer.

A seguir se apresenta uma comparação entre os custos de dois dos pacotes “intermediários” padronizados pelo BC nos cinco maiores bancos do Brasil:

Bancos	Tarifas (pacote 2), R\$/mês	Tarifas (pacote 4), R\$/mês
Caixa	11,90	23,90
Banco do Brasil	12,00	24,00
Bradesco	14,20	30,50
Santander	14,50	30,50
Itaú Unibanco	15,00	30,00

Tabela 1: Comparação entre os custos de dois dos pacotes “intermediários” padronizados pelo BC nos cinco maiores bancos do Brasil

Fonte: Guia Bolso e Banco Central (2015)

As taxas de juros dependem muito do relacionamento dos clientes com os bancos, mas vale a pena pesquisar onde o Sistema Financeiro Nacional opera com taxas mínimas e máximas de empréstimos e financiamentos.

Apresenta-se a seguir uma comparação entre as taxas de juros anuais do empréstimo pessoal e do cheque especial nos cinco maiores bancos do Brasil:

Bancos	Empréstimo pessoal (% a.a)	Cheque especial (% a.a)
Caixa	44,39	60,91
Banco do Brasil	44,54	85,65
Santander	62,99	207,58
Itaú Unibanco	66,99	153,2
Bradesco	75,38	156,13

Tabela 2: Comparação entre as taxas de juros anuais do empréstimo pessoal e do cheque especial nos cinco maiores bancos do Brasil

Fontes: Guia Bolso e Banco Central (2015)

Observa-se na tabela, expressiva diferença entre as taxas praticadas.

2.2.2 Cooperativa de Crédito

As cooperativas de crédito, principal objeto do estudo em pauta, são constituídas de acordo com as normas do Conselho Monetário Nacional, fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil, e seguem os princípios e determinações cooperativistas estabelecidos pela Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 (BRASIL, 1971).

Surgem como uma opção frente aos bancos, principalmente pelas diferenças a seguir relatadas.

Diferenças entre Sociedade Cooperativa e Sociedade Mercantil	
SOCIEDADE COOPERATIVA	SOCIEDADE MERCANTIL
O principal é o homem.	O principal é o capital.
O cooperado é sempre dono e usuário da sociedade.	Os sócios vendem seus produtos e serviços a uma massa de consumidores.
Cada pessoa conta como um voto na assembléia.	Cada cota ou ação conta um voto na assembléia.
O controle é democrático	O controle é financeiro
É uma sociedade de pessoas que funciona democraticamente.	É uma sociedade de capital que funciona hierarquicamente.
As cotas não podem ser transferidas a terceiros.	As cotas podem ser transferidas a terceiros.
Afasta o intermediário.	São, muitas vezes, os próprios intermediários.
Os resultados retornam aos sócios de forma proporcional às operações.	Dividendos retornam aos sócios proporcionalmente ao número de ações.
Aberta à participação de novos cooperados.	Limita, por vezes, a quantidade de acionistas.
Valoriza o trabalhador e suas condições de trabalho e vida.	Contrata o trabalhador como força de trabalho.
Defende preços justos.	Defende o maior preço possível.
Promove a integração entre as cooperativas.	Promove a concorrência entre as sociedades.
O compromisso é educativo, social e econômico.	O compromisso é econômico.

Figura 5: Diferença entre Cooperativa e Sociedade Mercantil

Fonte: Meinen e Port (2014, p. 49)

Niyama e Gomes (2000) descrevem que as cooperativas de crédito (qualquer modalidade) são consideradas instituições financeiras por se enquadrarem como provedoras e intermediadoras de crédito e são compostas, em sua estrutura, por cooperativas singulares e centrais.

As cooperativas singulares dependem no mínimo de 20 cooperados para iniciar suas atividades, e são empresas que atendem diretamente os associados em suas demandas. No caso específico do segmento financeiro, essas cooperativas facilitam e desburocratizam o acesso ao crédito a grupos com recursos menores que, individualmente, não conseguiriam determinadas vantagens.

De acordo com Meirelles (2008), as cooperativas de crédito fazem parte das instituições financeiras captadoras de depósito do SFN⁷, e são supervisionadas pelo BACEN.

Cooperativa de crédito é uma associação de pessoas, que buscam através da ajuda mútua, sem fins lucrativos, uma melhor administração de seus recursos financeiros. Elas têm no coletivo a sua referência, e no capital apenas um respaldo operacional, as individualidades cedem espaço para a construção em conjunto.

Entre os seus Idealizadores pode ser citado Robert Owen, considerado “Pai do Cooperativismo Moderno”, que dirigia-se diretamente aos operários buscando a reforma social pela associação comunitária, e Herman Schultze, tendo como seu marco, a organização de Bancos Populares, especialmente entre os artesãos que não conseguiam crédito a juros reduzidos. Friedrich Raiffeisen organizou cooperativas de crédito na Alemanha com a finalidade de atender aos agricultores.

Charles Gide, o mais destacado líder do Cooperativismo de Consumo, fundamentou sua proposta em fundar grandes armazéns de atacado para operar vendas em grande escala. Luigi Luzzatti inspirado no sistema criado por Schultze efetuou adaptações para a Itália. Alphonse Desjardins, canadense, criador do Cooperativismo de Economia e Crédito Mútuo, após sua morte deixou mais de 140 Caixas Populares em atividade, abertas, permitindo a filiação de todas as pessoas da comunidade. Edward Filene doou parte de sua fortuna pessoal para o desenvolvimento das Cooperativas de crédito americanas: as Credit Unions incentivaram a busca de legislações federais e o aprimoramento de leis estaduais sobre cooperativismo. Padre Theodor Amstadt, fundou a primeira cooperativa de

⁷ SFN: Sistema Financeiro Nacional

crédito da América Latina, foi constituída no Brasil no ano de 1902 no Estado do Rio Grande do Sul, cidade de Nova Petrópolis, atualmente chamada de Sicredi Pioneira RS e Maria Thereza Teixeira Mendes, conhecida como Terezita, fundou a primeira Cooperativa de Crédito Mútuo no Brasil (MEIRELLES, 2008).

A primeira cooperativa de crédito surgiu em 1847, Friedrich Wilhelm Raiffeisen, natural da Renânia, criou no povoado de Weyerbusch/Westerwald a primeira associação de apoio para a população rural, que, embora não fosse ainda uma cooperativa, serviria de modelo para a futura atividade cooperativista de Raiffeisen.

Efetivamente a primeira cooperativa, fundada por ele em 1864, chamava-se “Heddesdorfer Darlehnskassenverein” (Associação de Caixas de Empréstimo de Heddesdorf). As cooperativas criadas por Raiffeisen, tipicamente rurais, tinham como principais características a responsabilidade ilimitada e solidária dos associados, a singularidade de votos dos sócios, independentemente do número de quotas-parte, a área de atuação restrita, a ausência de capital social e a não-distribuição de sobras, excedentes ou dividendos. Ainda hoje, esse tipo de cooperativa é bastante popular na Alemanha.

Um prussiano, Herman Schulze, foi o pioneiro no que tange às cooperativas de crédito urbanas. Em 1856, organizou sua primeira “associação de dinheiro antecipado”, uma cooperativa de crédito na cidade alemã de Delitzsch. As cooperativas fundadas por Herman Schulze passariam a ser conhecidas como “cooperativas do tipo Schulze-Delitzsch”, atualmente conhecidas na Alemanha como bancos populares.

Essas cooperativas diferenciavam-se das cooperativas do tipo Raiffeisen por preverem o retorno das sobras líquidas proporcionalmente ao capital, à área de atuação não restrita e ao fato de seus dirigentes serem remunerados.

Inspirado nos pioneiros alemães, o italiano Luigi Luzzatti organiza a constituição, em 1865, na cidade de Milão, da primeira cooperativa cujo modelo herdaria seu nome, a cooperativa do tipo Luzzatti.

Nas Américas, o jornalista Alphonse Desjardins idealizou a constituição de uma cooperativa com características distintas, embora inspirada nos modelos preconizados por Raiffeisen, Schultze-Delitzsche e Luzzatti. A primeira cooperativa criada por Desjardins foi na província canadense de Quebec, em 6 de dezembro de 1900.

O cooperativismo foi evoluindo ao longo dos anos, e conquistou um espaço próprio, com uma nova forma de pensar o homem, o trabalho e o desenvolvimento social. Atualmente é aceito por todos os governos e reconhecido como fórmula democrática para a solução de problemas socioeconômicos.

Mesmo formado por instituições centenárias, demonstra constante evolução, tornando-se moderno e adaptado as necessidades do seu público alvo.

Conforme o Banco Central as Cooperativas de crédito observam além da legislação e normas gerais aplicáveis ao sistema financeiro: a Lei complementar, nº 130, de 17 de abril de 2009, que institui o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; a Lei 5.764, de 16 de Dezembro de 1971, que institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e a resolução nº 3.859, de 27 de maio de 2010, que disciplina sua constituição e funcionamento. As regras prudenciais são mais restritas para as cooperativas cujo quadro social é mais heterogêneo, como as cooperativas de livre admissão (PINHEIRO, 2012).

O cooperativismo firmou-se como uma alternativa de organização de atividades econômicas e sociais a nível mundial, especialmente em razão dos problemas apresentados pelos projetos capitalista e socialista de desenvolvimento. (SANTOS, 2002).

Ao longo dos anos estas associações de crédito vêm ganhando mercado entre as instituições financeiras, sendo que o seu maior diferencial, o resultado gerado por elas que retorna para os seus sócios.

Uma vez conhecido a história do Cooperativismo, esse trabalho irá ficar no entendimento dos diferenciais desse sistema frente ao modelo tradicional dos bancos, assim como avaliar se os associados das cooperativas percebem esses diferenciais.

2.3 Diferença entre sociedade cooperativa e associação

O conceito de cooperação representa uma força que pode ser atribuída à própria natureza, caracterizando-se pela capacidade que tem de se auxiliar de forma mútua, buscando alcançar o bem comum.

Nota-se que Bernardi faz interessante observação ao referir:

Las cooperativas pueden contribuir ciertamente, pero el regulador tiene que estar bien convencido y ser consciente de que la cooperación es una hierba delicada, espontánea pero no dañina ni agresiva. La espontaneidad de las cooperativas deriva de la innata tendencia del hombre a la colaboración. El mismo Darwin en las obras inmediatamente sucesivas al famoso tratado sobre la competición en el mundo animal, quería precisar (también para contrarrestar las lecturas apócrifas que llegarían hasta nuestros días) que la evolución humana, a contrario que la animal, ha sido una historia de cooperación, altruismo y amor más que una competición, selección o lucha. Esta colaboración es, por otra parte, típica no sólo de las economías y de las comunidades pobres o con dificultades (BERNARDI, 2006, p. 37).

O cooperativismo, na essência, representa de forma múltipla e multifacetada ao mesmo tempo uma doutrina, uma teoria, um sistema, um movimento e ainda uma técnica de administração de cooperativas.

Como doutrina, o cooperativismo se desenvolveu em um contexto social de grande exclusão, fruto do liberalismo econômico, em que se desenvolvera como esforço destinado a suprir as deficiências de um modelo estatal que gerava a exclusão social. Nesse modelo, buscava-se a correção do meio econômico e social mediante a atuação de grupos sociais organizados em cooperativas. Nesse aspecto, segundo Rodrigues:

O cooperativismo enquanto doutrina é conhecido há séculos, e foi estudado com muito vigor nos séculos XVIII e XIX. Mas as cooperativas, instrumentos da doutrina, só passaram a ter protagonismo após a Revolução Industrial experimentada pela Europa em meados do século XIX. É que a revolução Industrial produziu duas ondas negativas nos países europeus uma de exclusão social e outra de concentração de riqueza, dois fenômenos que não são amigáveis para a paz e muito menos para a democracia. Os excluídos se uniram e se organizaram em cooperativas, e o movimento, como um rastilho de pólvora, se esparramou pelo mundo todo nas mais diversas modalidades de atividades econômicas, sociais e culturais (RODRIGUES, 2012, p. 1).

O conceito legal de sociedade cooperativa encontra-se no caput do art. 4º da Lei Federal Nº 5.764/71, complementado, naturalmente, pelas características da sociedade. Tais características encontram-se no texto do artigo 1.094 do Código Civil e nos incisos do art. 4º.

Art. 4º - As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados.

A diferença básica está na natureza dos dois assuntos. Enquanto as associações são organizações que tem por finalidade a promoção de assistência

social, educacional, cultural, representação política, defesa de interesses de classe, filantrópicas; as cooperativas têm finalidade essencialmente econômica. Seu principal objetivo é o de viabilizar o negócio produtivo de seus associados junto ao mercado.

Saber a finalidade do negócio é essencial para determinar o modelo ideal. Enquanto a associação é adequada para levar adiante uma atividade social, a cooperativa é mais adequada para desenvolver uma atividade comercial.

Nas cooperativas os associados são os donos do patrimônio e os beneficiários das sobras que o processo por eles organizado irá gerar. As sobras que porventura houverem das relações comerciais estabelecidas pela cooperativa podem, após decidido em assembleia geral, serem distribuídas entre os próprios cooperados. Em uma associação, os associados não são propriamente os seus “donos”. O patrimônio acumulado pela associação em caso da sua dissolução, deverá ser destinado à outra instituição semelhante conforme determina a lei e as sobras pertencem à sociedade e não aos associados, pois os mesmos, também de acordo com a lei, deverão ser destinados à atividade fim da associação.

A associação tem uma grande desvantagem em relação à Cooperativa, ela engessa o capital e o patrimônio, em compensação tem algumas vantagens que compensam grupos que querem se organizar, o gerenciamento é mais simples e o custo de registro é menor.

Sempre que se tratar de atividade econômica o modelo mais adequado é a Cooperativa.

A seguir um quadro organizado pela assistente social Sandra Mayrink Veiga e pelo advogado Daniel T. Rech e publicado no livro Associações como construir sociedades civis sem fins lucrativos – editora DP&A., que busca mostrar as principais diferenças entre os dois modelos:

Quadro 1: Diferença de Associação e Cooperativa,

CRITÉRIO	ASSOCIAÇÃO	COOPERATIVA
Conceito	Conceito Sociedade de pessoas sem fins lucrativos	Sociedade de pessoas sem fins lucrativos e com especificidade de atuação na atividade produtiva/comercial
Finalidade	Representar e defender os interesses dos associados. Estimular a melhoria técnica, profissional e social dos associados.	Viabilizar e desenvolver atividades de consumo, produção, prestação de serviços, crédito e comercialização, de acordo com os interesses dos seus

	Realizar iniciativas de promoção, educação e assistência social.	associados. Formar e capacitar seus integrantes para o trabalho e a vida em comunidade.
Legalização	Aprovação do estatuto em assembleia geral pelos associados. Eleição da diretoria e do conselho fiscal. Elaboração da ata de constituição. Registro do estatuto e da ata de constituição no cartório de registro de pessoas jurídicas da comarca. CNPJ na Receita Federal. Registro no INSS e no Ministério do trabalho.	Aprovação do estatuto em assembleia geral pelos associados. Eleição do conselho de administração (diretoria) e do conselho fiscal. Elaboração da ata de constituição. Registro do estatuto e da ata de constituição na junta comercial. CNPJ na Receita Federal. Inscrição Estadual. Registro no INSS e no Ministério do trabalho. Alvará na prefeitura.
Constituição	Mínimo de duas pessoas.	Mínimo de 20 pessoas físicas
Legislação	Constituição (art. 5o., XVII a XXI, e art 174, par. 2o.). Código Civil	Lei 5.764/71. Constituição (art. 5o. XVII a XXI e art. 174, par 2o.) Código civil.
Patrimônio / Capital	Seu patrimônio é formado por taxa paga pelos associados, doações, fundos e reservas. Não possui capital social. A inexistência do mesmo dificulta a obtenção de financiamento junto às instituições financeiras.	Possui capital social, facilitando, portanto, financiamentos junto às instituições financeiras. O capital social é formado por quotas-partes podendo receber doações, empréstimos e processos de capitalização.
Representação	Pode representar os associados em ações coletivas de seu interesse. É representada por federações e confederações.	Pode representar os associados em ações coletivas do seu interesse. Pode constituir federações e confederações para a sua representação.
Forma de Gestão	Nas decisões em assembleia geral, cada pessoa tem direito a um voto. As decisões devem sempre ser tomadas com a participação e o envolvimento dos associados.	Nas decisões em assembleia geral, cada pessoa tem direito a um voto. As decisões devem sempre ser tomadas com a participação e o envolvimento dos associados.
Abrangência / Área de Ação	Área de atuação limita-se aos seus objetivos, podendo ter abrangência nacional.	Área de atuação limita-se aos seus objetivos e possibilidade de reuniões, podendo ter abrangência nacional.
Operações	A associação não tem como finalidade realizar atividades de comércio, podendo realiza-las para a implementação de seus objetivos sociais. Pode realizar operações financeiras e bancárias usuais.	Realiza plena atividade comercial. Realiza operações financeiras, bancárias e pode candidatar-se a empréstimos e aquisições do governo federal. As cooperativas de produtores rurais são beneficiadas do crédito rural de repasse.
Responsabilidades	Os associados não são responsáveis diretamente pelas obrigações contraídas pela associação. A sua diretoria só pode ser responsabilizada se agir sem o consentimento dos associados.	Os associados não são responsáveis diretamente pelas obrigações contraídas pela cooperativa, a não ser no limite de suas quotas-partes e a não ser também nos casos em que decidem que a sua responsabilidade é ilimitada. A sua diretoria só pode ser responsabilizada se agir sem o consentimento dos associados.
Remuneração	Os dirigentes não têm remuneração pelo exercício de suas funções; recebem apenas o reembolso das despesas realizadas para o desempenho dos seus cargos.	Os dirigentes podem ser remunerados por retiradas mensais pró-labore, definidas pela assembleia, além do reembolso de suas despesas.

Contabilidade	Escrituração contábil simplificada.	A escrituração contábil é mais complexa em função do volume de negócios e em função da necessidade de ter contabilidades separadas para as operações com os sócios e com não sócios.
Tributação	Deve fazer anualmente uma declaração de isenção de imposto de renda.	Não paga Imposto de Renda sobre suas operações com seus associados. Deve recolher o Imposto de Renda Pessoa Jurídica sobre operações com terceiros. Paga as taxas e os impostos decorrentes das ações comerciais.
Fiscalização	Pode ser fiscalizada pela prefeitura, pela Fazenda Estadual, pelo INSS, pelo Ministério do Trabalho e pela Receita Federal.	Pode ser fiscalizada pela prefeitura, pela Fazenda Estadual (nas operações de comércio), pelo INSS, pelo Ministério do Trabalho e pela Receita Federal.
Dissolução	Definida em assembleia geral ou mediante intervenção judicial, realizada pelo Ministério Público.	Definida em assembleia geral e, neste caso ocorre a dissolução. No caso de intervenção judicial, ocorre a liquidação, não podendo ser proposta a falência.
Resultados Financeiros	As possíveis sobras obtidas de operações entre os associados serão aplicadas na própria associação.	Após decisão em assembleia geral, as sobras são divididas de acordo com o volume de negócios de cada associado. Destinam-se 10% para o fundo de reserva e 5% para o Fundo Educacional (FATES).

Fonte: Crefito.8⁸.

A compreensão dessa diferença é o que determina a adequação a um ou a outro modelo. Enquanto a associação é adequada para levar adiante uma atividade social, a cooperativa é mais adequada para desenvolver uma atividade comercial em média ou grande escala de forma coletiva.

Essa diferença de natureza estabelece também o tipo de vínculo e o resultado que os participantes recebem das organizações. Nas cooperativas, os participantes são os donos do patrimônio e os beneficiários dos ganhos. Uma cooperativa de trabalho beneficia os próprios cooperados e o mesmo acontece em uma cooperativa de produção.

As sobras das relações comerciais estabelecidas pela cooperativa podem, por decisão de assembleia geral, ser distribuídas entre os próprios cooperados. Além disso, há o repasse dos valores relacionados ao trabalho prestado pelos cooperados ou da venda dos produtos por eles entregues na cooperativa.

⁸ <http://www.crefito8.org.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=197>.

Nas associações os ganhos eventualmente obtidos pertencem à sociedade e não aos associados, pois, também de acordo com a lei, tais ganhos devem ser destinados à atividade-fim da associação. Na maioria das vezes, os associados não são nem mesmo os beneficiários da ação do trabalho da associação. A associação tem uma grande desvantagem em relação à cooperativa, pois ela engessa o capital e o patrimônio. Contudo, se o objetivo for econômico, o modelo mais adequado é a cooperativa.

Abaixo mais algumas diferenciações:

Quadro 2: Associação x Cooperativa

Associação	Cooperativa
Constituição – art.5º, XVII a XXI, e art. 174, §2º e Código Civil (Lei nº 10.406/2002)	Lei nº 5.764/1971; Constituição – art.5º, XVII a XXI, e art. 174, §2º e Código civil (Lei nº 10.406/2002)
Mínimo de duas pessoas	Mínimo de 20 pessoas
Patrimônio formado por taxas pagas pelos associados, doações, fundos e reservas. Não possui capital social, o que dificulta a obtenção de financiamentos junto às instituições financeiras	Possui capital social, facilitando, portanto, financiamentos junto às instituições financeiras. O capital social é formado por quotas, podendo receber doações, empréstimos e processos de capitalização.
Pode representar os associados em ações coletivas de seu interesse. É representada por federações e confederações	Pode representar os associados em ações coletivas de seu interesse. Pode constituir federações e confederações para a sua representação

Fonte: Crefito.8⁹

2.4 Distribuição de sobras

Diferente de uma Instituição Bancária, as Instituições Financeiras Cooperativas, trabalham com o termo Sobras e não Lucros.

A diferença não está apenas no termo utilizado para definir o resultado de ambas e sim no tratamento dado para esse assunto, sendo possivelmente esse o principal diferencial das Cooperativas frente aos Bancos.

Um Banco divide o seu lucro proporcionalmente ao Capital que os seus sócios investem, já as Cooperativas dividem as sobras proporcionalmente as movimentações financeiras dos associados.

Menin e Port, em seu livro Cooperativismo Financeiro, Percurso Histórico, Perspectivas e Desafios, sugere que as sobras das Cooperativas sejam divididas com base na Margem de Contribuição oferecida por cada associado.

⁹ <http://www.crefito8.org.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=197>.

Margem de Contribuição é a quantidade em dinheiro que sobra do preço de venda de um produto, serviço ou mercadoria, após retirar o valor do gasto variável unitário, este composto por custo variável unitário e despesas variáveis (MENIN; PORT, 2014, p. 376).

Cabe aqui uma análise sobre a forma que as cooperativas em sua maioria efetuam a distribuição de suas sobras. Partem do princípio que quanto mais o associado contribuir para a formação do resultado da Cooperativa, terá maior participação nas sobras dela. Com isso acaba tendo uma forte veia capitalista, visto que pessoas com menor potencial financeiro, terão limitações para contribuir com a geração de um resultado expressivo, um aposentado por exemplo, frente a um grande empresário.

Aqui está uma das grandes contribuições dessa tese, o autor sugere que as sobras das cooperativas sejam divididas não olhando esse modelo e sim investindo-se em projetos sociais que todos tenham acesso na mesma proporção. Assim certamente haverá um maior número de pessoas beneficiando-se desse grande diferencial.

É necessário observar a legislação, sendo que essa tributa as sobras das cooperativas de forma diferenciada as operações com seus associados, também chamada de Ato Cooperativo, no compromisso de que as cooperativas tragam benefícios para a sociedade.

Cabe também ressaltar que as cooperativas devem constituir 2 fundos antes de efetuar a distribuição das sobras, eles constam na lei 5764/12, no art. 28:

Art. 28. As cooperativas são obrigadas a constituir: Fundo de Reserva destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, constituído em 10% (dez por cento), pelo menos, das sobras líquidas do exercício;

Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado a prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregadas da cooperativa, constituído de 5% (cinco por cento), pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício.

Cabe aqui ressaltar que no Art. 4º da Lei das Cooperativas, número 5764 de 16 de dezembro de 1971, autoriza em seu inciso VII decidir pela melhor forma distribuição caso deliberado em Assembleia Geral:

Art. 4º. As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

I - adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;

II - variabilidade do capital social representado por quotas-partes;

III - limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;

IV - inaccessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;

V - singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;

VI - quorum para o funcionamento e deliberação da Assembleia Geral baseado no número de associados e não no capital;

VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral;

VIII - indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social;

IX - neutralidade política e discriminação religiosa, racial e social;

X - prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;

XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços (BRASIL, 1971).

2.5 Associados ou coperados

Após entender que uma cooperativa é uma associação de pessoas, faz-se necessário entender mais sobre os responsáveis por esse empreendimento que são os seus associados.

Para Boesche (2005), “a Cooperativa não tem Sócios, são os Sócios que tem a Cooperativa”. A presente frase ressalta que a essência de qualquer cooperativa existir é os seus associados. Associados esses que precisam acima de tudo entender que ao associar-se a uma cooperativa estão concordando com o Estatuto Social da mesma. Estatuto esse que traz todos os direitos e deveres que um associado possui.

Normalmente entre os direitos estão o de votar e ter acesso a uma parte das sobras, já nos deveres, aceitar as decisões da maioria e dividir as despesas.

Outra questão importante a ser entendida é o Capital Social, que por determinação legal será fixado em estatuto e dividido em quotas-parte que serão integralizadas pelos associados, observado o sugerido pelo Portal de Contabilidade:

- a) o valor das quotas-parte não poderá ser superior ao salário mínimo;

- b) o valor do capital é variável e pode ser constituído com bens e serviços;
- c) nenhum associado poderá subscrever mais de 1/3 (um terço) do total das quotas-parte, salvo nas sociedades em que a subscrição deva ser diretamente proporcional ao movimento financeiro do cooperado ou ao quantitativo dos produtos a serem comercializados, beneficiados ou transformados ou ainda, no caso de pessoas jurídicas de direito público nas cooperativas de eletrificação, irrigação e telecomunicação;
- d) as quotas-parte não podem ser transferidas a terceiros estranhos à sociedade, ainda que por herança¹⁰.

Para formar uma cooperativa é necessário que as pessoas interessadas estejam conscientes do que pretendem. O cooperado deve estar ciente de sua função de dono e usuário da sociedade. Organizado em comitês, conselhos, núcleos ou comissões, ele deve contribuir da melhor maneira possível em favor daqueles que recebem a incumbência da administração da empresa, para que todas as decisões sejam corretas e representativas da vontade da maioria.

2.6 Evolução do cooperativismo financeiro mundial

Menin e Port (2014) entende que “as primeiras cooperativas de crédito/financeiras tiveram Franz Hernan Schulze como seu precursor, com a criação da primeira cooperativa de crédito urbana no ano de 1852, na cidade alemã de Delitzsch, chamada de Volksbank”.

Na Alemanha surgiu o nome de Friedrich Wilhelm Raiffeisen responsável pela criação das primeiras cooperativas de crédito rural, que mais tarde assumiram o nome de Raiffeisenbank.

Segundo a obra “The German Cooperative System, its History, Structure and Strenght” DG Bank (1996) a primeira de Raiffeisen foi fundada em Anhausen, em 1862, e não em Hennesdorf, em 1864, como tradicionalmente encontra-se nos registros históricos do cooperativismo.

Devido a carência financeira muito maior no meio rural do que urbano o Raiffeisenbank é visto com maior importância na história, próximo da Primeira Guerra Mundial havia na Alemanha 16.927 Raiffeisenbank, em comparação com 980 Volksbank.

¹⁰ <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/cooperativas.htm>>.

Assim o Cooperativismo financeiro evoluiu por toda a Europa, sendo que em 1865 surge na cidade de Milão, Luigi Luzzatti, responsável pela livre associação nas cooperativas, onde surge o modelo conhecido como Luzzatti.

Menin e Port afirmam que:

No continente americano, a primeira cooperativa de crédito financeira surgiu no Canadá em 1900, na cidade de Lévis, estado de Quebec, dando origem ao Movimento Desjardins, fundado por Alphonse Desjardins (MENIN; PORT, 2014, p, 62).

Conforme Informe Estatístico do Consejo Mundial de Cooperativas de Ahorro y Crédito, divulgado em 2014, existiam 217 milhões de pessoas associadas a 57.000 cooperativas de ahorro y crédito em 105 países. Mais dados nesse relatório constam no anexo I.

A França atualmente destaca-se por ser o país onde as instituições financeiras cooperativas apresentam maior participação no mercado financeiro local, segundo a EACB (European Association of Co-operative Banks), o Crédit Agricole possui 23% de participação no mercado de depósitos, o BPCE 22% e o Crédi Mutuel 15%, totalizando 60%. Ainda estima-se que, na França, 75% das agências bancárias pertençam aos bancos cooperativos. Ainda afirmam que 97,5 milhões de americanos são associados de uma cooperativa financeira. Dentre os 10 países com maior expressão no cooperativismo de crédito financeiro, seis deles são Europeus.

Abaixo quadro que demonstra a expressividade do Cooperativismo brasileiro na América Latina.

No quadro abaixo fica evidente a expressão e representatividade do Brasil nesse ramo quando olhamos para a América Latina.

Quadro 3: Tamanhos dos Sistemas Financeiros - Ativos.

Tamaño de los sistemas financieros nacionales - Activos								
Millones de USD y porcentajes								
A diciembre 2014								
Países	Sistema financ. ²	%	Rank	CAC ₁	Rank	%		
						SF	SFN	SFC
Brasil	5.544.681	73,30%	1	42.360	1	0,55%	0,76%	51,16%
México	487.042	6,44%	2	6.834	2	0,09%	1,40%	8,25%
Venezuela	396.648	5,24%	3	47	17	0,00%	0,01%	0,06%
Chile	300.681	3,98%	4	2.749	8	0,04%	0,91%	3,32%
Colombia	191.461	2,53%	5	5.146	4	0,07%	2,69%	6,22%
Argentina	156.791	2,07%	6	18	18	0,00%	0,01%	0,02%
Perú	111.711	1,48%	7	2.758	7	0,04%	2,47%	3,33%
Panamá	104.484	1,38%	8	1.790	10	0,02%	1,71%	2,16%
Costa Rica	43.774	0,58%	9	4.342	5	0,06%	9,92%	5,24%
Ecuador	41.788	0,55%	10	5.998	3	0,08%	14,35%	7,24%
Uruguay	37.074	0,49%	11	265	15	0,00%	0,71%	0,32%
Guatemala	33.919	0,45%	12	1.220	12	0,02%	3,60%	1,47%
República Dominicana	24.568	0,32%	13	794	14	0,01%	3,23%	0,96%
Paraguay	24.090	0,32%	14	3.547	6	0,05%	14,72%	4,28%
Bolivia	22.412	0,30%	15	1.285	11	0,02%	5,73%	1,55%
Honduras	19.919	0,26%	16	1.038	13	0,01%	5,21%	1,25%
El Salvador	17.085	0,23%	17	2.487	9	0,03%	14,56%	3,00%
Nicaragua	6.086	0,08%	18	113	16	0,00%	1,85%	0,14%
Total	7.564.215	100,00%		82.792		1,08%		100,00%

Se considera solo CAC de primer piso (sin centrales).
 SF = Sistema Financiero (total de los países de la muestra).
 SFN = Sistema Financiero Nacional.
 SFC = Sistema Cooperativo de Ahorro y Crédito (total en cada país/sólo primer piso).
 n.d. = No disponible.

1 En este dato solo se incluye activos de CAC de base (no se incluyen activos de Bancos Coop o del sector ni Centrales ni otros Organismos de segundo grado supervisados).
 2 Todo el sistema financiero de intermediación.

Fonte: DGRV/2015

Ainda sobre o cooperativismo financeiro, abaixo segue os países com maior expressão no mundo.

As informações são com base em relatório de 2011 disponibilizado pela Woccu, EACB e BACEN.

Quadro 4: Expressividade das Cooperativas no Mundo

Ranking	País	Instituições Cooperativas	Pontos de Atendimento	Associados (milhões)	Ativos	Empréstimos (US\$)
1º	França	4.671	25.498	21,9	4,9 trilhões	2,3 trilhões
2º	Japão	470	18.436	13	1,43 trilhão	349 bilhões
3º	Alemanha	1.104	14.403	17	1,37 trilhão	1,2 trilhões
4º	China	2.880		200	1,03 trilhão	230 bilhões
5º	Holanda	139	872	1,9	986 bilhões	604 bilhões
6º	EUA	7.440	21.429	93,1	974 bilhões	579 bilhões
7º	Itália	498	13.915	2,4	876 bilhões	719 bilhões
8º	Áustria	598	2.731	2,3	546 bilhões	277 bilhões
9º	Canadá	785	3.398	10,8	332 bilhões	244 bilhões
10º	Espanha	74	4.928	2,4	166 bilhões	123 bilhões
11º	Suíça	328	1.098	1,7	166 bilhões	147 bilhões
12º	Finlândia	209	535	1,3	121 bilhões	79 bilhões
13º	Austrália	106		4,5	84 bilhões	69 bilhões
14º	Brasil	1.273	4.825	5,8	68 bilhões	29 bilhões

Fonte: Portal do Cooperativismo de Crédito, com base em dados do Woccu, EACB e BACEN de 2011.

Cabe registrar que países desenvolvidos possuem representatividade mais expressiva de suas operações com Cooperativas do que países em desenvolvimento.

2.7 Cooperativismo financeiro no Brasil

Tudo iniciou com a migração de muitas famílias Europeias ao Brasil após a Revolução Industrial no século XVIII. Segundo Menin e Port “entre 1824 e 1899 cerca de 80 mil alemães desembarcaram no Brasil, vindo a instalar-se, em grande parte, no Rio Grande do Sul.” É entre esses imigrantes que surge a figura do Padre Jesuíta Theodor Amstad, a quem atribuiu-se a criação de 38 cooperativas de crédito/financeiras.

Baseado nos ideais do Padre Amstad, inicialmente disseminados por meio do Bouerverein (Associação de Agricultores), no ano de 1902(28 de dezembro), em Linha Imperial, no município de Nova Petrópolis/RS, foi constituída a mais antiga instituição financeira cooperativa da América Latina, a Caixa de Economia e Empréstimos Amstad (MENIN; PORT, 2014).

O Cooperativismo financeiro vinha apresentado uma trajetória promissora quando a partir de 1962 começou a sofrer forte revés devido as legislações que prestigiaram fortemente os bancos oficiais, como ressalta tal autor.

Entre os reveses, segue o anexo II com trecho do decreto 1503 de 12 de Novembro de 1962.

Foi no início dos anos 80 que surgiram novas possibilidades para o movimento, principalmente pela falta de recursos destinados ao financiamento da atividade rural, recursos esse que passaram a ser disponibilizados pelas Cooperativas de crédito ao invés dos bancos oficiais.

Esse ressurgimento ocorre no Rio Grande do Sul, onde aparece a figura de Mário Krueel Guimarães, que lidera um processo de integração sistêmica, onde agrupa 9 das 13 cooperativas sobreviventes no estado, as quais passaram a ser coordenadas pela COCECRER – Cooperativa Central de Crédito Rural do Rio Grande do Sul LTDA, fundada em 27 de outubro de 1980.

As nove cooperativas remanescentes que passaram a constituir a COCECRER estavam nas cidades de Agudo, Cerro Largo, Crissiumal, Guarani das Missões, Horizontina, Nova Petrópolis, Rolante, Santa Cruz do Sul e Santa Maria.

Com essa organização sistêmica baseada nos países de primeiro mundo dando certo, logo surgiram novas centrais em outros estados do país. Em 1984, o BACEN autorizou a operação da primeira Central De Cooperativismo de Crédito Mútuo (urbano) no Rio de Janeiro, sob coordenação de D. Therezita e Alzira Silva.

Em 1986 surge a primeira Confederação com o objetivo de fomentar as cooperativas urbanas, é na cidade de Vitória- ES, chamada CONFEBRAS.

Assim, em 1989, impulsionado pelo marco constitucional de outubro de 1988, surge a primeira cooperativa de crédito dos médicos na cidade de Casca/RS, liderada pelo médico Antônio Moacir de Azevedo, a qual denominou-se Unicred Vale das Antas.

Em dezembro de 1995, o BACEN autorizou a constituição da primeira cooperativa de crédito de empreendedores, chamada ASCICRED.

Abaixo gráfico de Meinen e Port que mostra a evolução do cooperativismo de crédito entre os anos de 1902 e 2013 no Brasil.

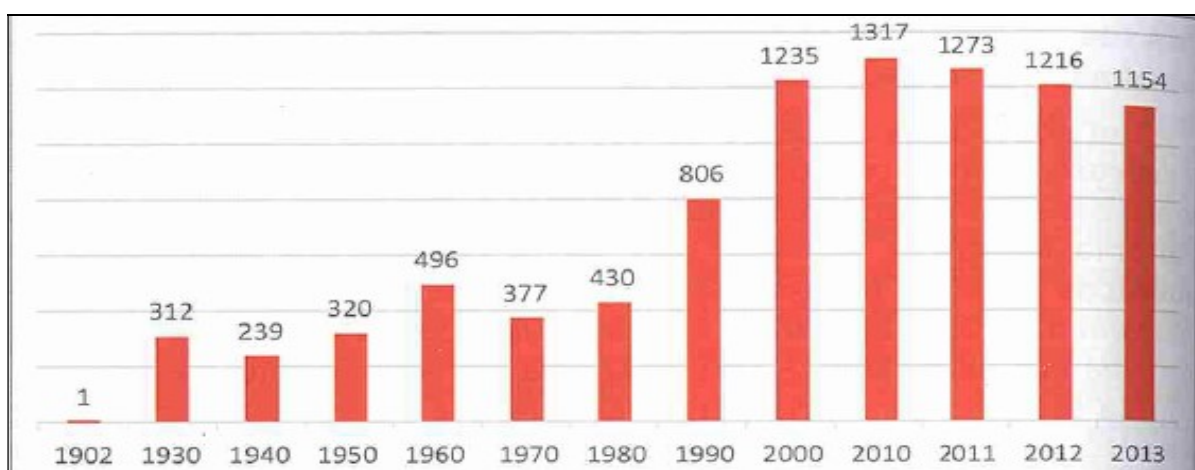


Figura 5: Evolução das Cooperativas de crédito no Brasil (2014)

Fonte: Meinen; Port (2014)

Em 1995, surge o primeiro Banco Cooperativo do Brasil, na cidade de Porto Alegre, chamado Banco Cooperativo Sicredi. Sendo que esse surgimento foi um marco histórico para o Cooperativismo, pois ele representa a independência das Cooperativas frente as demais Instituições Oficiais. Até 1995, quem era responsável pelos serviços de Compensação das Cooperativas, e ainda é de algumas é o Banco do Brasil.

Em 18 de Dezembro de 2003, surgia por conversão, a primeira Cooperativa Financeira de Livre Admissão, chamada Sicredi Missões, os seja, podia associar pessoas de diferentes setores, urbano, rural, pessoas jurídicas e etc...

Cabe ressaltar aqui a primeira iniciativa Inter sistêmica, que uniu SICOOB, SICREDI e UNICRED. Foi em 09 de agosto de 2007, com a criação da CNAC –

Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa. Sua função é executar auditoria externa nas cooperativas financeiras.

Ainda reforça-se outra iniciativa entre os diferentes sistemas Cooperativos, como o citado acima, no dia 12 de fevereiro de 2014 entrou em vigor o FGCoop-Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito, tem por finalidade assegurar a solidez das empresas associadas e garantir o pagamento dos investimentos financeiros dos associados até o valor limite definido pela regulamentação.

2.8 Diferenciais do cooperativismo financeiro segundo as cooperativas

Qualquer sistema cooperativista é fundamentado na reunião de pessoas, tem o objetivo de atender às necessidades do grupo e não do capital, sempre olhando para a prosperidade do coletivo.

Santos, cita que:

Ainda que não pretendam substituir o capitalismo de um só golpe [procuram] (com resultados díspares) tornar mais incômoda a sua reprodução e hegemonia. Para isso, os múltiplos tipos de iniciativas [...] criam espaços econômicos em que predominam os princípios da igualdade, solidariedade ou respeito a natureza (SANTOS, 2002, p.29).

Segundo a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), em seu papel de inclusão social, econômica e cultural, o cooperativismo pode ser considerado o modelo de negócio mais viável para o desenvolvimento sustentável.

Com base na adesão de pessoas, o cooperativismo se destaca pela busca de participação de seus membros, de forma independente e autônoma. Tem como objetivo a busca de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida de seus cooperados e da comunidade onde estão.

As decisões são tomadas de forma democrática e os resultados obtidos são distribuídos conforme deliberação de seus sócios.

Eis um significativo diferencial desse sistema quando comparado ao Capitalismo, ele não busca concentrar as sobras em uma ou em poucas pessoas, mas sim distribuir entre todos os associados, estimulando a geração de renda e inserção social.

As cooperativas são organizações democráticas, controladas por seus membros, que participam ativamente na formulação de suas políticas e na tomada de decisões. Esse processo, pelo qual são definidas linhas estratégicas, é chamado

de “autogestão” e ocorre diariamente por meio da atuação constante dos associados na administração da cooperativa. Conscientes do seu papel como donos do próprio negócio, responsáveis por seu destino e detentores de direitos e de responsabilidades¹¹.

Para dar condição aos associados de participarem da Cooperativa, ocorre anualmente a Assembleia Geral Ordinária (AGO) de forma obrigatória, ao final de cada exercício social, é nesse momento que é efetuada a prestação de contas aos seus associados e decidido o futuro do empreendimento, assim como a forma de distribuição de suas sobras.

Sem dúvida, esse é um dos maiores diferenciais competitivos do sistema cooperativo, podendo operar como uma cooperativa que lhe de ganho de escala, e ao final deliberar sobre a destinação de suas sobras e demais assuntos para a perenidade do empreendimento.

A seguir, apresenta-se os diferenciais que o sistema cooperativo possui, segundo pesquisa da Organização das Cooperativas de Crédito de Goiás.

Quadro 5: Diferenciais do cooperativismo para os cooperados

Ser dono e usuário do negócio;
Participar das decisões – opinar e decidir;
Participar das sobras, pois o resultado do trabalho dos cooperados é dividido entre eles mesmos, na proporção do trabalho realizado;
Dividir o ônus;
Compartilhar os recursos;
Reduzir os custos da produção;
Barganhar menores preços na compra de insumos para produção;
Conseguir melhores preços no mercado – vendas em comum;
Ter controle sobre a comercialização e industrialização dos produtos;
Ter assistência técnica especializada;
Maior agilidade para obter crédito – negociação coletiva;
Ter uma organização que represente o grupo no aspecto político, econômico e social;
Ter espaço para discutir os problemas e buscar novas soluções;
Aderir voluntariamente à cooperativa, pois a mesma é uma organização democrática;
As cooperativas têm origem local e isso aumenta o poder de barganha e de reivindicação do grupo associativo, pois afasta ou disciplina a ação dos intermediários;
Melhorar a renda dos associados. Eles podem ter uma remuneração maior do que a de empregado, além de terem autonomia na prestação de serviços.

Fonte: Organização das Cooperativas de Crédito de Goiás¹²

¹¹ <<http://cooperativismodecredito.coop.br/2014/12/os-diferenciais-das-sociedades-cooperativas>>.

¹² <<http://www.goiascooperativo.coop.br>>.

Quadro 6: Diferenciais para a comunidade em geral

Atendimento personalizado;
Geração de postos de trabalho, diminuindo o desemprego;
Distribuição de renda;
Ter uma organização que se preocupe com o desenvolvimento da comunidade em que está inserida e que exerça suas atividades com responsabilidade social;
O desempenho do 7º Princípio Cooperativista – Interesse pela comunidade, com a realização de projetos sociais voltados à preservação do meio ambiente, educação, saúde, cultura, esportes e desenvolvimento humano da região.

Fonte: Organização das Cooperativas de Crédito de Goiás¹³

Acima está descrito alguns dos principais argumentos utilizados pelas cooperativas para demonstrar os seus diferenciais frente aos concorrentes.

Fábio Luiz Búrigo, em sua tese doutoral afirma que:

Não visa, contudo, criar um setor dissociado da dinâmica social e econômica vigente, mas sim fortalecer empreendimentos que emergem, sobretudo nos espaços locais, e que procuram se inserir no mercado sob outras condições, para as quais buscam, inclusive, respaldo na esfera pública (BÚRIGO, 2006, p. 160).

Ao avaliarmos as reportagens abaixo, fica evidente a necessidade de buscar uma solução para o atual modelo econômico predominante, essa tese cita o cooperativismo como solução.

¹³ <<http://www.goiascooperativo.coop.br>>.



Figura 6: Reportagem – Modelo econômico predominante
Fonte:¹⁴

Quando comparado com o capitalismo atual, verifica-se que as experiências surgidas dentro do movimento solidário podem ser vistas como institutos anticapitalistas.

Para Singer, elas podem ser consideradas como “implantes socialistas dentro do capitalismo” (SINGER, 1998, p. 122). Já para Santos, as experiências solidárias são “formas de conceder e organizar a vida econômica que implicam em reformas radicais dentro do capitalismo, baseadas em princípios não capitalistas” (SANTOS, 2002, p.26).

¹⁴ <https://g1.globo.com/economia/noticia>.

Búrigo (2006, p. 162) afirma, ainda que “a economia solidária esteja em construção, os movimentos em torno dela já vêm se transformando em feitos importantes, em termos sociais, econômicos e políticos”.

Instituições financeiras não cooperativas têm como objetivo a remuneração do capital investido, normalmente por acionistas que não são necessariamente clientes dessas instituições, essa remuneração ocorrerá do lucro operacional da instituição. Já nas Cooperativas financeiras não há o objetivo da maximização financeira para remunerar o capital investido, mas sim busca-se a viabilidade do empreendimento e ao final retornar o valor lucro aos seus sócios, que nesse caso são os próprios clientes.

Para Barroso (2009) afirma que há uma série de atributos diferenciais em termo de propriedade e governança. Primeiro não há um grupo de proprietários separados de outros stakeholders, sendo na verdade de propriedade de seus membros-usuários. Segundo, os títulos de propriedade não são transferíveis, nem associados á riqueza comum acumulada na organização. Terceiro, essa riqueza, não retirável pelos membros, é gerada unicamente pela retenção de superávits obtidos a partir de transações com os próprios membros. Quarto, a governança é estabelecida á base de um homem, igual a um voto.

No decorrer do presente estudo se buscará identificar como os associados conseguem detectar esses diferenciais no dia a dia.

2.9 Capitalismo e cooperativismo

Durante o congresso do Centenário da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), realizado em 1995, na cidade de Manchester (Inglaterra), a definição de cooperativa ficou estabelecida como uma associação autônoma de pessoas que se unem voluntariamente para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida.

Deve-se sublinhar, em primeiro lugar, que as cooperativas são empresas privadas de gestão coletiva. Os seus proprietários e responsáveis pela gestão são os próprios usuários, dando a essa empresa características singulares, tanto em

termos de seu funcionamento quanto de sua regulação interna (BIALOKORKI NETO, 1994).

Assim, cabe uma reflexão sobre uma instituição financeira pública ou privada, que possui como seus investidores, pessoas que fazem aporte de capital na busca de sua rentabilização, ou seja, quando alguém compra ações de um banco, espera que esse banco tenha expressivo resultado para rentabilizar o seu investimento, sendo que esse resultado é gerado pelos clientes. No caso das Cooperativas, não busca-se rentabilizar esse capital mas sim, viabilizar o empreendimento coletivo, afinal os acionistas são os próprios clientes.

As sobras, ao final de cada exercício social, são distribuídas na razão direta de sua participação na entrega da produção e do consumo. Esses fatores tornam o cooperativismo um sistema econômico-social que procura o interesse coletivo da produção e da distribuição (ANTONIALLI, 2000).

Se nas sociedades cooperativas a lógica interna de funcionamento não é orientada pelo capital, mas sim pelos princípios de democracia e solidariedade, o seu desempenho deve também ser avaliado pelo cumprimento dos princípios doutrinários, e não apenas pela maximização do lucro corporativo. Essa origem doutrinária faz com que essas organizações tenham uma arquitetura organizacional diferenciada. Nesse empreendimento não há uma propriedade privada, mas sim uma co-propriedade, privada e comum, sem o objetivo de alcançar lucros, porque tem o intuito de oferecer condições para que cada um dos seus associados possa estabelecer-se com maiores vantagens diante de um mercado oligopolizado (BIALOSKORSKI NETO, 1994; ZYLBERSZTAJN, 1994, 1999).

Em contrapartida, uma cooperativa não pode abrir mão de alguns preceitos do mercado para oferecer de forma persistente os serviços demandados pelos seus associados. Os seus dirigentes devem buscar a maximização dos resultados, distribuindo seus frutos após o exercício, de modo a possibilitar seus investimentos e também exigir dos associados que mantenham determinado nível de eficiência econômica para que não transfiram à cooperativa as suas ineficiências.

Assim, a empresa cooperativista tem de agir de acordo com a lógica econômica de mercado, tanto para “fora”, como é nítido, quanto para “dentro” da organização, na relação com os seus associados; essas são direções que podem garantir a sua eficiência empresarial e, portanto, a sua eficácia social (BIALOSKORSKI NETO; MARQUES; NEVES, 1995).

O cooperativismo surge como uma opção para o atual modelo econômico adotado.

Maurício Tragtenberg ressalta que:

Nascidas com a finalidade de lutar e substituir uma sociedade classista por uma sociedade não hierárquica, igualitária, tais organizações e partidos adotaram crescentemente os métodos, a filosofia e os modelos organizatórios da sociedade a que pretendiam substituir. Constitui-se na pré-configuração de formas alternativas de exploração e opressão (TRAGTENBERG, 1987, p. 25).

O cooperativismo nasceu como uma forma de organização social que se contrapunha à desigualdade crescente produzida pelo sistema capitalista, através da polarização entre ganhadores e perdedores de um regime competitivo. Nesta nova forma de organização, predomina a igualdade entre todos os membros e a solidariedade. Para isto, os participantes na atividade econômica devem cooperar entre si em vez de competir (SINGER, 2002).

Conforme Singer (2002), o cooperativismo trabalha com uma política de “ganha ganha”, onde não precisa alguém perder para outros ganharem.

O cooperativismo foi criado como mais um instrumento endógeno a economia solidária. Seus princípios básicos são: a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores, possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica (SINGER, 2002).

Surgido na Europa Ocidental em pleno capitalismo concorrencial, o cooperativismo emerge como estratégia de enfrentamento dos trabalhadores ao pauperismo e à exploração provenientes da dinâmica própria à Revolução Industrial. Movidos pelos preceitos de ajuda mútua, solidariedade, justiça e fraternidade e fundamentados na teoria dos socialistas utópicos e nos Princípios dos Pioneiros de Rochdale, os trabalhadores se uniam em cooperativas no intuito de garantir melhores condições de trabalho e de vida, buscando se libertar da exploração e se opor às determinações do liberalismo econômico.

Os socialistas utópicos que mais influenciaram o cooperativismo foram Owen, Fourier, Buchez e Blanc. Apesar de haver divergências em suas formulações, partilhavam dos mesmos princípios, considerando a “cooperação como forma de unir as forças para um fim comum, em oposição à competitividade e ao individualismo; a ajuda mútua, com prestação de serviços, atividades coletivas e

solidárias, em oposição a atividades com fins lucrativos e concorrenciais. Acreditavam que o capital colocado a serviço do homem permitiria a organização de associações justas que promoveriam a reforma social” (ZEFERINO, 2010, p.44).

As transformações ocorridas na dinâmica do capitalismo, no entanto, influenciaram de forma determinante os rumos do movimento cooperativista. Com a consolidação do capitalismo monopolista, no final do século XIX e no século XX, alterações decisivas foram verificadas nesse movimento. O desencadeamento da crise estrutural do capital e do processo de reestruturação produtiva promoveu uma apropriação destas iniciativas dos trabalhadores pela lógica do sistema vigente. Contemporânea e hegemonicamente difundidas como unidades econômicas nas quais os trabalhadores teriam autonomia para desenvolver suas atividades, encontrando-se livres das relações de submissão que historicamente definem sua posição na dinâmica do capital, as cooperativas vêm sendo estimuladas, por empresas e pelo Estado, a serem disseminadas.

A cooperação vem ganhando espaço ao longo dos anos e para tentarmos entender por que os seres humanos cooperam, Khamis, Kamel e Salichs (2007) destacam os seguintes objetivos da cooperação: cooperação para alcançar metas individuais ou comuns; cooperação para a distribuição de tarefas; cooperação para divisão do trabalho; cooperação como forma de evitar conflitos; cooperação para receber o máximo de recompensa; cooperação para integração como sistema; cooperação para manter a funcionalidade do sistema cooperação para coordenação do sistema; cooperação para aquisição e compartilhamento de conhecimento e informação; cooperação para a tomada de decisão coletiva; cooperação para a forma de inteligência coletiva.

Para Balestrin e Verschoore (2008) as organizações em geral não detêm todas as competências necessárias para o desenvolvimento de suas atividades estratégicas. Por isso a colaboração de parceiros pode ser uma opção para complementar competências.

As vantagens competitivas das cooperativas devem ser fundamentadas na interação com os clientes e cooperados, e não, nas leis que regulamentam e sustentam a sua constituição e funcionamento (OLIVEIRA, 2006).

Adriano Lago, afirma em sua Tese Doutoral que é a organização cada vez maior da sociedade que passa a exigir o desenvolvimento de relacionamentos de

cooperação, já que, a competição individual não garante mais os melhores resultados.

O cooperativismo é uma iniciativa sociempreendedora, que tem como objetivo a construção de uma vida melhor, principalmente porque coloca as pessoas no centro das atenções, onde o capital tem apenas um papel instrumental, diferente do capitalismo que tem no capital a sua essência.

No cooperativismo, as individualidades cedem espaço à construção conjunta da prosperidade, e como afirmam Meinen e Port (2014), “os ganhos, obtidos com equilíbrio e isonomia pelo trabalho coletivo, são de todos, na proporção de seus esforços em prol da iniciativa”.

Após a queda do muro de Berlim, com a consolidação do fim da guerra fria, e a conseqüente morte do comunismo, o mundo herdou as moléstias de uma ideologia, fundamentada na deformação da visão de Karl Marx, sobre o modo de operação de um estado junto a uma sociedade. Ainda, como agravante, restou somente o capitalismo como forma ideológica inspiradora das políticas governamentais e das iniciativas empreendedoras dos cidadãos, eliminando a polarização ideológica entre nações.

O socialismo assistencial europeu começou a mostrar desgastes, face aos déficits contínuos das contas públicas, resultando na busca da 3ª via pelos ingleses.

O esgotamento das ideologias fez com que se anunciasse o fim da história e o momento atual é de busca e de incubação de um novo *modus operandi* social e econômico, que contenha em seu rótulo o espírito de uma ideologia mais humana e com menos interferência estatal.

Tendo havido o esgotamento dos ideários esse mundo à deriva vem experimentando o cooperativismo, como modelo substituto de alta validade inequívoca. Nenhum intelectual alienado, revoltoso ou reacionário socialista/comunista formulou sua base científica e operacional. Ele é fruto de uma alternativa socioeconômica com mais de 150 anos e vinda da própria Inglaterra, proposta por Robert Owen, nascido no seio da Revolução Industrial, no início do século 19, procurando propor relações para o trabalho menos desumano.

O cooperativismo é dotado de princípios de elevada nobreza e valor humano, os quais são capazes de criar uma dimensão superior de administração das atividades econômicas governamentais, e empresariais, com o firme propósito de consolidar benefícios sociais, e autônomos, aos participantes dos atos cooperados e

suas relações técnicas e comerciais, sem fins lucrativos e praticamente isentos de impostos.

Se em vários países europeus o PIB é gerado em 60% a 70% por cooperativas, no Brasil esse valor só atinge cerca de 6% a 7% do PIB.

Esta coleção de princípios, crenças e valores do cooperativismo, já vem há muito tempo se incorporando nos procedimentos de gestão das empresas de excelência, firmando mais solidamente as chances de sobrevivência destas, num formato de capitalismo cooperativo.

A confrontação entre o cooperativismo e o capitalismo nos leva a avaliar as diferenças marcantes que figuram como ícones de cada um.

A diferença essencial é que uma cooperativa não tem fins lucrativos e é uma sociedade composta de pessoas e não de capital. Não importa quantas quotas-partes (simbolizam ações) um sócio de uma cooperativa venha a ter do capital social, pois independente da quantidade ele só tem direito a um voto - cada sócio em assembleia corresponde a um voto.

O retorno no cooperativismo é proporcional ao trabalho realizado - o capital só remunera o trabalho, não remunera ações - se eu trabalhei mais, terei mais participação nas sobras.

A acumulação de capital, no cooperativismo, se procede através do trabalho dos sócios, e para os sócios, respeitando a proporção do esforço do trabalho, de cada um, dispendido nos contratos. Para isto se faz um controle individual da contribuição dos sócios ao faturamento mensal e a proporção da contribuição representará o percentual de retorno do capital ao trabalho.

Este percentual é aplicado às sobras líquidas operacionais, correspondendo à contribuição daquele sócio específico e que para ele, somente, se tratará da sua acumulação de capital.

Aqui reside o fenômeno da justa distribuição de renda coletivizando a acumulação de riqueza - o capital remunera o trabalho, segundo afirmação de Lewton Burity Verri, 2009.

Ainda Verri, afirma no seu Livro Desenvolvendo o Cooperativismo Empreendedor que:

O tom capitalista, neste momento, vem quando vários sócios de uma cooperativa – efeito de grupo ou de escala - levam seus fundos para os banqueiros e administradores de fundos, e negociam taxas de remuneração que lhes serão mais rentáveis, uma vez tratar-se de uma sociedade com dezenas, centenas ou milhares de indivíduos ganhando-se com isto "proporção de escala" (VERRI, 2009, p. 23).

O cooperado é seu próprio tutor, deixando de ter supervisão tutelar do estado, passando a cuidar dos seus interesses e controlar seus fundos, fazendo a capitalização autônoma.

O fenômeno da alienação do operário no cooperativismo é contornado pelo processo de educação e treinamento diferenciado. Ao passo que numa empresa capitalista o empregado é treinado para fazer tarefas eficientemente, visando o seu lucro, numa cooperativa o sócio da mesma é treinado para desenvolver a visão empresarial – dono do negócio, procurando perpetuar sua sociedade coletiva.

Vários modelos operacionais de cooperativas nos levam a ter a convicção da validade do cooperativismo no desenvolvimento de atividades econômicas cooperativadas em muitos segmentos nos ramos do trabalho, serviços e produção, abrangendo várias modalidades.

O capitalismo não é tão versátil e nem confere boa sustentação, sob risco equilibrado, quanto como uma cooperativa. Esta última sem o pesado custo Brasil, por estar desonerada de impostos, pode operar com maiores perspectivas de sobrevivência, sendo menos engessada tributariamente.

No cooperativismo a propriedade privada também é respeitada, pois os cooperantes – sócios de uma cooperativa devem estabelecer, em assembleia geral, sua convenção de propriedades de modo a definir os critérios de posse dos bens da sociedade cooperativa, e fixar a convenção condensada no regimento interno.

A natureza das propriedades deve abranger a pessoa jurídica da cooperativa, pessoas físicas que são os cooperantes, os investidores e parceiros de fomento, em que a convenção de posse e propriedades deve ser especificada, para cada caso, e para cada cooperativa. Os cooperantes em suas perspectivas é quem irão definir os critérios para minimizar conflitos no desenvolvimento técnico e comercial da sociedade cooperativa ou até mesmo na sua liquidação.

No cooperativismo o respeito à propriedade privada é um fato incontestável e a organização interna da cooperativa estabelece a convenção de propriedades para

minimizar conflitos futuros, de posse, e evitar invasões de terceiros ou obstruções nocivas a harmonia do patrimônio.

Há então, no cooperativismo, o aproveitamento dos melhores conceitos – crenças e valores – do socialismo, do comunismo e do capitalismo, direcionando-se ao caminho do meio ou poderíamos dizer à 3ª via.

Assim o antiamericanismo, que parecer mortificar o capitalismo, o socialismo deficitário e o comunismo falido colaboram com a nucleação e o crescimento do movimento cooperativista, permitindo o surgimento de uma nova era de trabalho inspirado no cooperativismo – a contrapartida ao capitalismo.

O surgimento só dele – o cooperativismo - nesta conclusão, será devido ao enfraquecimento do socialismo e do comunismo. E a excessiva oposição ao capitalismo da versão americana, mais hostilizado após set/2008, com a crise financeira dos bancos americanos e as fraudes no mercado de ações.

Um dos principais diferenciais do Cooperativismo é o ato Cooperativo.

2.10 Ato cooperativo

Ato cooperativo é aquele praticado entre a cooperativa e seus associados para que o objetivo social da instituição seja alcançado. Conforme interpretação legal, este ato não deve ser tributado. Entre os objetivos sociais de uma cooperativa de crédito estão a concessão de empréstimos e a prestação de serviços bancários a seus associados, além da educação financeira dos mesmos e a instituição de programa de poupança.

Para se compreender o ato cooperativo tradicional é necessário analisar a teoria do ato cooperativo, buscando-se identificar sua origem e os fundamentos filosóficos existentes por trás do conceito.

Em razão de ser o cooperativismo um aliado do Estado, uma vez que assume responsabilidades de interesse público, numa postura de co-participante, recebeu tutela constitucional, pois quanto maiores as responsabilidades assumidas pela sociedade, mais leve o fardo do Estado. Dessa forma, como refere Perius, o cooperativismo avançou no Brasil com a Constituição Federal de 1988, em razão da proteção que ao sistema foi consagrada pelos constituintes. Para o autor, trata-se de um grande avanço e, comparado com as Constituições de outros países que também o protegem, pode-se afirmar, sem sombra de dúvida, que se trata de um

dos melhores textos constitucionais sobre cooperativismo. Entre os exemplos de proteção, podem ser citados o fim da tutela estatal, o papel de incentivador do Estado e o reconhecimento do ato cooperativo.

A lei cooperativa nacional (lei n. 5.764/71) define, em seu art. 79, o ato cooperativo como sendo aqueles atos praticados entre as cooperativas e seus associados, entre esses e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais, não implicando o mesmo na operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria. Cabe destacar, ainda, que as legislações cooperativas de vários países consagram o ato cooperativo, como é o caso da Espanha, Bélgica, França, Argentina, Paraguai, Uruguai, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Peru e Alemanha. Merecem destaque, ainda, países como Portugal, Itália, Grécia e Tchecoslováquia que, como o Brasil, oferecem proteção constitucional ao cooperativismo.

Determinou, ainda, a Carta Magna que o ato cooperativo recebesse adequado tratamento, consagrando seu conceito no texto constitucional, além da determinação do estabelecimento de normas tributárias adequadas mediante lei complementar, como se verifica no art. 146, III, c503, da Constituição Federal. Assim, a cooperativa, no sistema brasileiro, é considerada pessoa jurídica de direito privado, sociedade civil sem fins lucrativos, cuja natureza está prevista nos artigos 5º, inciso XVIII, e 174, parágrafo 2º da Constituição Federal, arts. 1.093 a 1.096 do Código Civil de 2002, e na Lei 5.764, de 16/12/1971, cujo objetivo é a prestação de serviços aos seus associados, promovendo a soma de esforços para ajuda mútua, atendendo às necessidades comuns. A partir da Constituição Federal de 1988, o cooperativismo passa a se caracterizar como direito social condensado, uma vez que se torna livre para atuar independentemente do Estado, mas respeitando os princípios constitucionais esculpido na Carta Magna.

Os resultados (sobras) decorrentes dos atos cooperativos não são tributáveis pelo IRPJ, conforme Lei 5.764/1971, art. 3º. Todos os demais resultados, decorrentes de atos não-cooperativos são tributáveis, integralmente, pelo imposto de renda. A partir de 01 de janeiro de 2005, as sociedades cooperativas que obedecerem ao disposto na legislação específica, relativamente aos atos cooperativos, ficam isentas da Contribuição Social sobre o Lucro. O ato cooperativo, certamente é um fator que gera satisfação aos clientes.

2.11 Satisfação do cliente

Atualmente muitas empresas estão em busca de medir a satisfação de seus clientes, por que o diferencial encontra-se no atendimento a esses clientes. Ou seja, para empresas de todos os tamanhos, pequena, média, grande, privadas, S.A ou cooperativas, que querem e pretendem permanecer no mercado, um bom atendimento e uma boa qualidade, é primordial. Segundo a definição de satisfação sobre a visão de Kotler e Keller, é:

Satisfação é a sensação de prazer ou desapontamento resultante da comparação entre o desempenho (ou resultado) percebido de um produto e as expectativas do comprador. Se o desempenho não alcança as expectativas, o cliente ficará insatisfeito. Se alcançá-las, ele ficará satisfeito. Se o desempenho for além das expectativas, o cliente ficará altamente satisfeito ou encantado (KOTLER; KELLER, 2007, p. 142).

Ponto de fundamental importância para a empresa é conhecer e identificar seus clientes, as suas necessidades, expectativas e principalmente saber como estão sendo avaliados os produtos e serviços oferecidos. Como forma de manter os clientes já existentes, buscar novos, alcançar a qualidade total, proporcionando uma lucratividade maior.

Compartilhando das ideias de Kotler e Keller (2007) a empresa deve medir regularmente a satisfação de seus clientes, porque satisfazê-los é a chave para retê-los, torná-los mais fiéis, onde compram mais os seus produtos independentemente de preços e concorrência e principalmente para realizar um marketing de boca-a-boca positivo, tanto da imagem como dos produtos e serviços oferecidos pelas empresas.

Vavra (1993) comenta que os clientes insatisfeitos em torno de 90%, não reclamam com a empresa as suas insatisfações, eles simplesmente deixam de comprar naquela empresa e passam a comprar dos seus concorrentes, assim como relatam com entusiasmo suas insatisfações para as outras pessoas, como uma vingança a empresa, o que pode causar danos destrutivos na imagem da empresa perante seus outros clientes. Porém, a satisfação se dá através do atendimento de muitos fatores importantes, como por exemplo, a qualidade dos produtos e serviços oferecidos, o atendimento aos clientes, a concorrência, as informações e atuações para manter-se no mercado. Mas, nem sempre é possível atender a todas as

expectativas dos clientes e para isso nada melhor do que a busca contínua de melhorias, qualidade e satisfação dos seus clientes, para manter-se ativo no mercado.

Diante de um mercado cada vez mais competitivo é essencial que as organizações busquem meios de se destacar e diferenciar dos concorrentes (MINCIOTTI; KIYOHARA, 1999, p. 10).

Autores como Bloemer e Kasper (1995) e Bolton e Drew (1991) propõem que a qualidade percebida dos serviços é formadora da satisfação. Em contrapartida, Oliver (2010) faz distinções entre a perspectiva de curto e de longo prazo destes conceitos, destacando que o cliente processa a avaliação da qualidade percebida logo após ter experimentado a compra ou utilização do serviço, tornando-se um antecedente da satisfação.

Para Anderson, Fornell e Lehmann (1994), os clientes precisam passar por experiências com produtos e/ou serviços para determinar o seu nível de satisfação, pois este nível é baseado em experiências passadas, atuais e até mesmo em projeções futuras. Portanto, a satisfação do cliente é vista como uma resposta emocional associada a uma experiência de consumo, considerando que o fator psicológico também interfere no julgamento da satisfação e pode permanecer no indivíduo mesmo após a aquisição de um determinado bem ou serviço (OLIVER, 2010). Em complemento a isso, Grönroos (2009) comenta que os modelos de aferição da qualidade percebida em serviços possuem elementos similares aos elaborados para medir a satisfação de clientes de maneira geral.

Afinal se as Cooperativas possuem benefícios fiscais, como o não pagamento de IRPJ e CSLL no ato cooperativo, que podem representar uma economia de até 34% em impostos comparados as demais instituições não cooperativas, como podem utilizar esse recurso para diferenciar-se no mercado?

A sugestão desse autor, é que não ocorra busca de diferencial competitivo na operação direta com o associado, ou seja, preços muito próximos, mas, ao final do exercício que utilize-se as sobras para diferenciar-se.

Sendo que a sugestão de divisão das sobras será informado no decorrer dessa tese doutoral.

2.12 Estratégia competitiva

Porter (1989) destaca que para uma organização competir em um determinado mercado, deve deixar evidente sua estratégia competitiva, por isso propõe três estratégias genéricas – Liderança de Custo, Diferenciação e Enfoque – consideradas cruciais para a busca de rentabilidade e fidelização de clientes. O autor alerta, ainda, que deve ser utilizada somente uma delas, visto que as mesmas são excludentes.

Ao definir uma estratégia, o estrategista geralmente deve analisar quatro elementos primordiais, a saber: os pontos fortes e os fracos, as ameaças e as oportunidades. A partir destes aspectos, Porter (1989), propõe as estratégias competitivas genéricas que devem ser utilizadas por qualquer tipo de empresa. As estratégias competitivas genéricas propostas por Michael Porter estão ligadas a inúmeros fatores cujo ponto inicial para a formatação da estratégia a ser utilizada está alicerçado na estrutura da empresa em relação aos seus concorrentes.

Ivantuil Antunes, em sua dissertação de Mestrado afirma que:

O cooperativismo surge para atender as necessidades de mercados e clientes que buscam a inclusão social e a regulação de um determinado nicho de mercado, cujo foco dos resultados positivos se concentra em atender a demanda de seus associados e não em remunerar o capital (ANTUNES, 2009, p. 12).

Embora existam diversos autores renomados no campo da estratégia competitiva, o presente estudo embasou-se na teoria de Porter (1989), denominada estratégias competitivas genéricas, visto que o autor menciona que a aplicação desta tipologia pode gerar uma sustentabilidade na competição destas empresas em longo prazo.

Estas estratégias foram escolhidas, também, pelo fato de suas propostas resistirem ao longo do tempo e abordarem aspectos fundamentais na competição das empresas de forma independente. Ressalta-se, ainda, que ao competir no mercado é necessário conectar os fins (posição da empresa no mercado) e os meios competitivos (elementos que possibilitam a obtenção dessa posição) não sendo apenas crucial, mas essencial.

Cyrino e Vasconcelos (2000) identificaram quatro grandes modelos explicativos da vantagem competitiva, cada um deles com suas premissas variáveis e relações explicativas focalizadas em níveis de análise distintos, conforme demonstrado no quadro que segue:

Quadro 7: Comparação das teorias sobre vantagem competitiva

Quadro 3 – Comparação das teorias sobre vantagem competitiva				
DIMENSÕES	ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL	RECURSOS	PROCESSOS DE MERCADO	CAPACIDADES DINÂMICAS
Unidade de análise	Indústria	Estoques de recursos e competências específicas	Dinâmica do mercado, ciclos de criação e destruição, inovação imitação e seleção	Processos e rotinas organizacionais; fluxos de recursos e competências específicas
Concepção da firma	Função técnica de produção Conjunto de atividades complementares	Conjunto estável de recursos, competências e capacidades	Empreendedora: produção de inovações, criação de conhecimento	Conjunto evolutivo de recursos, competências e capacidades
Natureza da vantagem competitiva	Sustentável, fundada no exercício de situações de quase-monopólio	Sustentável, fundada sobre recursos estáveis Rendas ricardianas	Transitória e cíclica, fundada em rendas de empreendedor	Sustentável, fundada sobre recursos em evolução Rendas ricardianas e de empreendedor
Fonte de vantagem competitiva	Atratividade e posicionamento da firma na indústria	Acesso privilegiado a recursos únicos de difícil imitação	Inovação e “destruição criadora”	Rotinas e processos organizacionais capazes de regenerar a base de recursos da firma
Estratégia	Orientada para o conteúdo Abordagem racional “de fora para dentro” (<i>outside-in</i>) Procura de indústrias atrativas, busca do posicionamento ideal na indústria e defesa dessa posição pela construção de barreiras à concorrência	Orientada para o conteúdo Abordagem racional “de dentro para fora” (<i>inside-out</i>) Desenvolvimento e exploração de competências existentes	Orientada para o processo Procura contínua de oportunidades de inovação Esforços de imitação das inovações bem-sucedidas	Orientada para o processo e o conteúdo Interação entre competências e oportunidades do mercado Reconfiguração de competências e <i>know-how</i> Racionalidade limitada, incerteza, complexidade e conflito
Fundadores	E. Mason J. S. Bain	P. Selznick E. Penrose K. Andrews	L. Mises F. Hayek J. Schumpeter	D. Teece R. Nelson S. Winter
Autores representativos	M. Porter P. Ghemawat C. Shapiro	R. Rumelt B. Wernerfelt J. B. Barney M. Peteraf	R. Jacobson R. D’Aveni	D. Teece, G. Pisano e A. Shuen C. K. Prahalad e G. Hamel I. Dierickx e K. Cool R. Amit e P. Shoemaker R. Sanchez, A. Heene e H. Thomas

Fonte: Cyrino; Vasconcelos (2000)

Ao comparar essas quatro abordagens teóricas pode-se observar que se, nas teorias da organização industrial, dos recursos e dos processos de mercado, a estratégia permanece um tópico relativamente distante da análise organizacional, quando abordamos a questão da vantagem competitiva sob o ponto de vista da teoria das capacidades dinâmicas, abre-se uma significativa possibilidade de convergência entre a estratégia e a teoria.

Essa convergência propicia espaços para que as disciplinas possam se enriquecer mutuamente, mas, por outro lado, torna o trabalho de pesquisa mais e mais complexo, dado o aumento das variáveis que devem ser levadas em consideração.

2.13 Behavioral finance

A tradução desse termo para português significa, Finanças Comportamentais (FC) e entende-se como o estudo da influência da Psicologia no comportamento dos participantes nos mercados financeiros e os efeitos subsequentes das suas decisões. Sewell (2008) afirma que as FC demonstram importância porque ajudam a explicar porque e como é que os mercados podem ser ineficientes.

Segundo Skinner:

O comportamento é um assunto difícil, não porque é inacessível, mas porque é extremamente complexo. Desde que é um processo, e não uma coisa, não pode ser facilmente imobilizado para observação. É mutável, fluido e evanescente, e, por essa razão, demanda grande exigência técnica da engenhosidade e energia do cientista (SKINNER, 1953, p. 15).

Segundo Shefrin e a maioria dos estudiosos no assunto:

Cooley foi um dos primeiros pesquisadores a aplicar as descobertas dos psicólogos e estudar as atitudes de risco de administradores de portfolio, publicando seu trabalho em 1977 no 'Journal of Finance'. Na verdade, muitas das contribuições para as Finanças Comportamentais, apareceram em jornais acadêmicos. Em 1993, Thaler agrupou algumas das pesquisas mais proeminentes em um artigo. Peter BERNSTEIN proveu perspectiva histórica descrevendo as principais teorias desenvolvidas sobre Finanças Comportamentais. Diferentemente da maioria dos autores, Tony Brabazon, da Universidade de Limerick, diz que o campo das Finanças Comportamentais não é novo, segundo ele, muitos investidores há tempos consideram que a psicologia é uma chave importante para determinar o comportamento dos mercados. No entanto, apenas em tempos recentes, o tema está sendo abordado com maior cuidado e dedicação (SHEFRIN, 2003, p. 8).

Apesar das diversas definições das Finanças Comportamentais há uma razoável concordância entre elas. Lintner (2003, p. 7) define como sendo [...] o estudo de como os investidores interpretam e agem de acordo com a informação para fazer decisões de investimento.

Thaler simplifica como 'finanças open-minded' argumentando que às vezes para achar a solução de um problema [financeiro] empírico, é necessário considerar a possibilidade de que alguns agentes na economia não se comportem de forma completamente racional todo o tempo. Olsen (2003, p. 4) sustenta que 'as Finanças Comportamentais não tentam definir o comportamento racional ou irracional, mas sim entender e prever os processos de decisão psicológicos que implicam na sistemática dos mercados financeiros'.

De acordo com o autor, o estudo da psicologia do comportamento dos investidores não é novidade. De fato, já em 1912 Selden apresentou o livro *A Psicologia dos Mercados Financeiros* baseado na convicção de que os movimentos de preços no mercado bolsista são dependentes, de forma considerável, da atitude mental do investidor e da atividade comercial.

Para muitos, uma das impressões que se tem quando se pensa em finanças é a de que se trata de uma área do conhecimento cujo processo de decisão é extremamente racional, isto é, parte-se da premissa de que é uma ciência exata, baseada em números e que, portanto, não há espaço para a irracionalidade e, sendo assim, as decisões baseadas neles são acertadas. Mas isso pode ser uma falácia (MUSSA; YANG; Trovão; FAMÁ, 2008).

A teoria das Finanças comportamentais surge como tentativa de aperfeiçoar o modelo moderno de finanças, nele incluem-se estudos sobre o comportamento e racionalidade do Homem e aplicando conceitos de outras áreas à economia, entre eles a Psicologia e a Sociologia, para explicar as decisões financeiras dos indivíduos e para aproximar as teorias econômicas e das finanças à realidade dos mercados financeiros (BONDT, et al, 2008).

Tenta-se identificar como é que as emoções e os erros cognitivos podem influenciar as decisões dos investidores e como é que esses padrões de comportamento podem determinar mudanças no mercado (MUSSA, et al, 2008).

Um dos pilares base das Finanças Comportamentais é a psicologia cognitiva, que se refere à forma de como as pessoas pensam. Existe bastante literatura de

psicologia informando que as pessoas cometem erros sistemáticos na forma como pensam. Erros como excesso de confiança, importância excessiva na experiência recente, distorções criadas pelas preferências do investidor, etc.. As FC utilizam o conhecimento dos erros sistemáticos das pessoas (RITTER, 2003).

Por uma série de razões comportamentais e de limites à arbitragem não se espera que os mercados sejam eficientes. Para as FC os mercados podem ser ineficientes, porque os investidores irracionais podem levar os preços para além dos níveis racionais durante algum tempo (BRAV; HELTON in: MUSSA et al, 2008).

A teoria econômica há muitos anos, tem se deparado com o desafio explicar os sentimentos e pensamentos das pessoas, em suas tomadas de decisões cotidianas. A questão da racionalidade, por exemplo, é uma pedra no sapato dos estudiosos dessa área do conhecimento, pois elaborar modelos sobre como as pessoas decidem não é nada fácil.

Dentro desse contexto e partindo da constatação de que toda atividade econômica envolve o uso do cérebro, a neurociência vem cada vez mais ganhando espaço dentro dos estudos envolvendo comportamento do consumidor. Lançando mão de ferramentas modernas que permitem mapear o cérebro através de imagens, além de outros métodos, argumenta-se ser possível comparar o comportamento de diferentes pessoas, em distintas situações.

Atualmente, pesquisadores diferenciam o cérebro por regiões, sendo que cada uma delas possui papel relevante em nossas atitudes de consumo. Fazendo uma analogia simples, o cérebro pode ser comparado a uma empresa, com áreas especializadas em diversas funções, mas que se comunicam entre si. Todo esse processo interligado influencia nas decisões diárias e são analisadas pelo que se convencionou chamar de neuroeconomia.

Dessa forma, esse novo ramo da ciência pretende desvendar como o cérebro se comporta diante de decisões econômicas, em um ambiente em que os indivíduos dão valor às coisas e possuem diversas alternativas de consumo.

Uma classificação importante para a neuroeconomia são os denominados processos automáticos e controlados. Processos automáticos são decisões rápidas e eficientes, com alto grau de especialização, relativamente inflexíveis e imprescindíveis para o dia a dia. Já os processos controlados são ações tomadas com o uso das faculdades cognitivas desenvolvidas pelos seres humanos, sendo mais flexíveis e capazes de suportar uma grande variedade de objetivos. Todavia,

quando comparado ao processo automático, o controlado é geralmente mais lento para ser empreendido e depende de mecanismos cerebrais com capacidade limitada de processamento de informações.

Traduzindo esses termos para situações envolvendo consumo, argumenta-se que existem situações em que decidimos de forma automática. São compras bastante suscetíveis ao impulso, em que não há um refinado julgamento sobre a necessidade da aquisição. Por outro lado, também gastamos nosso dinheiro através de mecanismos mais controlados, que envolvem um tempo maior de reflexão (geralmente, despesas de maior valor). Apesar dessa maior reflexão, o processo controlado não está imune a erros.

Outro objeto de estudo da neuroeconomia baseia-se na distinção entre decisões baseadas na emoção e na deliberação. Decisões emocionais geralmente são rápidas, podendo ser consideradas como uma resposta a diversos estímulos ou eventos. Já a deliberação baseia-se em um processo de decisão pautado na reflexão, discussão e planejamento. Apesar de emoção e deliberação possuírem substratos neurais em comum, está cada vez mais claro para a neuroeconomia que eles advêm de diferentes componentes.

O que podemos notar, através dos conceitos apresentados, é que outros ramos da ciência, além da teoria econômica, têm ajudado no entendimento sobre os comportamentos dos consumidores. E tais descobertas, como as apresentadas nos últimos anos pela neuroeconomia, irão permitir a elaboração de ferramentas mais eficazes para o controle das tomadas de decisão, permitindo um melhor uso de nossa capacidade de decisões automáticas e emocionais, além de melhores técnicas para desenvolver a capacidade de controlar eficientemente as decisões deliberativas.

O fato de uma pessoa decidir operar com uma instituição financeira Cooperativa ou não, está muito ligado a suas experiências com essas instituições, sendo que há uma grande probabilidade de alguém operar com uma ou com outra dependendo dos depoimentos de familiares e amigos que já operam com essas instituições.

Ao finalizarmos a revisão teórica desse estudo, discorre-se sobre o Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (FATES).

2.14 FATES

O FATES é um fundo previsto na Lei 5.764/71. As sociedades cooperativas são obrigadas a constituir o fundo que se destina à prestação de assistência aos associados, seus familiares e quando previsto nos estatutos, aos empregados da Cooperativa, que será constituído de no mínimo 5% (cinco por cento) das sobras líquidas apuradas no exercício resultante do ato cooperativo.

Em seus arts. 87 e 88 obriga a destinação dos resultados líquidos positivos, auferidos nas operações de atos não cooperativos, integralmente a conta FATES.

Verifica-se que além da obrigatoriedade de sua instituição, há duas características que distinguem tal fundo de quaisquer outros que a sociedade cooperativa venha a constituir: (1) Destinação de seus recursos vinculados à finalidade específica; (2) Indivisibilidade.

Tanto Magalhães (1972) como Pereira (1993) perceberam a inadequação das práticas contábeis utilizadas pelas cooperativas no que se refere às aplicações sociais dos recursos do FATES. Reconhecem a necessidade de a Contabilidade elaborar informações que possibilitem comparações, pois admitem que uma técnica básica universal constituir-se-ia como um dos objetivos do movimento cooperativo. Isso porque significaria a racionalização e sistematização dos procedimentos contábeis e a criação de um plano de contas básico que favoreceria a obtenção de dados estatísticos que, então, permitiriam analisar e valorizar a verdadeira gravitação do cooperativismo no campo econômico e social.

É destinado ao FATES todas as receitas que não são provenientes de operação com associados.

A sociedade cooperativa, por força dos seus princípios doutrinários, tem no social seu papel relevante. Por outro lado, o econômico se apresenta também de fundamental importância, por estar a mesma inserida num contexto no qual a concorrência encontra um dos pontos básicos. Daí a necessidade de a sociedade ser eficaz, tanto no plano social como no econômico, e o relevante papel a ser desempenhado em disponibilizar informações que evidenciem esses aspectos.

O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é um grande caracterizador de que a sociedade cooperativa tem no social a razão da sua existência e que os resultados econômicos por ela apurados devem estar a serviço do social.

Ênio Meinen e Márcio Port (2014) afirmam em um artigo que, com efeito, além do exercício da função clássica da intermediação financeira captar e emprestar dinheiro, a oferta de outros produtos e serviços, mediante remuneração justa, é condição inescapável para a cooperativa cumprir o seu verdadeiro papel – de ser a principal instituição financeira do seu associado.

Essa expansão de portfólio assume relevância ainda maior num contexto de forte concorrência entre as instituições do sistema financeiro. Assim sendo, se a cooperativa não oferecer cartão, consórcio, seguros, previdência, cobrança, arrecadações, fundos de investimentos (captação diferenciada) etc., o cooperado irá procurar tais soluções nos bancos, desencadeando inúmeros efeitos adversos, como:

1. O associado verá a cooperativa como apenas uma provedora de crédito, portanto com um papel secundário ou de menor importância;
2. O relacionamento com o associado irá fragilizar-se, e com o tempo, diante de condições similares de concessão, o próprio crédito passará a ser fornecido pelo banco;
3. A receita pela oferta desse conjunto de produtos e serviços, que poderia ficar na cooperativa e ao final do exercício reverter em benefício do associado (uma vez contemplada na fórmula de rateio das sobras), ficará no banco sem qualquer retorno para quem pagou (associado-cliente);
4. O spread do crédito (calibragem da taxa de juros em comparação com o custo de captação) tenderá a elevar-se, pois continuará sendo a única fonte de receita para cobrir os custos administrativo-operacionais e também para compor as sobras necessárias à realimentação do patrimônio da cooperativa. Neste caso, taxas de juros muito altas, a cooperativa estará estimulando a evasão do associado, empurrando-o (na busca do crédito e do restante das soluções) para instituição concorrente¹⁵.

¹⁵ <<http://cooperativismodecredito.coop.br/2013/03/cooperativa-de-credito-ou-instituicao-financieira-cooperativa>>.

3 METODOLOGIA

3.1 Classificação de delineamento da pesquisa

Segundo Minayo (2009), a metodologia inclui o método, as técnicas e a criatividade do pesquisador de forma simultânea. Neste intuito, aqui apresenta-se qual a base de realização da pesquisa, como a mesma será realizada e quais seus resultados baseados nas características do pesquisador, de modo a ser uma questão central nas teorias, bem como ter como base as mesmas.

El Método a ser utilizado en la fase de Investigación fue a través de pesquisa de informes que trajeron informaciones de las Instituciones Financieras Cooperativas; se hizo pesquisa de campo con asociados a través de informe predefinidos con base en las variables del Constructo, y en la fase de Tratamiento de los Datos se há efectuado la compilación de los datos.

O presente estudo trata-se de uma pesquisa social, uma vez que se utiliza de procedimentos científicos para a busca de respostas com o intuito da resolução de um problema no âmbito social de modo a entender as relações do ser humano com outros indivíduos e instituições sociais. Segundo Gil (2008), pesquisa social pode ser entendida como um processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo social.

Segundo Gil (2008), a pesquisa social pode decorrer de razões de ordem intelectual, quando baseadas no desejo de conhecer pela simples satisfação para agir. Por se tratar de um estudo com o objetivo de utilização dos conhecimentos em aplicações práticas. Pelo fato de se buscar o conhecimento em pesquisas de campo, o presente estudo se caracteriza como exploratório, com vistas a torná-lo mais explícito para, posteriormente, ampliar e descrever características da organização, seus gestores consumidores de forma descritiva.

A pesquisa teve como objetivo identificar os diferenciais competitivos das cooperativas frente aos bancos e tendo esse entendimento, sugerir melhorias.

A pesquisa foi Quantitativa, esclarece Fonseca (2002, p. 20): Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas

representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenómeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente.

3.2 Sujeitos da pesquisa e coleta de dados

Para a coleta dos dados realizou-se a aplicação do questionário no período de 04 de setembro de 2017 a 27 de novembro de 2017, ao total foram aplicados 430 questionários na região Noroeste do Rio Grande do Sul/Brasil

Foi aplicado o questionário em praças e próximo a instituições financeiras, independente da pessoa ser associada ou não de uma Cooperativa, foi convidada a responder. Ao fim 259 respondentes eram cooperados de alguma Cooperativa de crédito.

O número de questionários se justifica nas afirmações de Malhotra (2001), o número base inicial para uma pesquisa de marketing tem por média entre duzentos e duzentos e cinquenta respondedores, uma vez que amostragens não-probabilísticas tem seu tamanho influenciado pelo tamanho médio dos estudo semelhantes, sendo confiável ao julgamento do pesquisador, permitindo boas estimativas das características da população, sem a necessidade de uma avaliação objetiva da precisão dos resultados amostrais.

Além de recursos tecnológicos como o questionário efetuado pela ferramenta Google FORMS e divulgação e coleta de dados da pesquisa pelo WhattsApp, foi utilizado a rede de relacionamento Facebook e após isso foi contratado 3 alunos do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus de São Luiz Gonzaga para a aplicação em algumas cidades da região Noroeste. Abaixo segue o mapa da região onde foi aplicado o questionário e o quadro demonstrando o número médio de respostas diárias, onde fica claro uma maior assertividade nos dias iniciais.

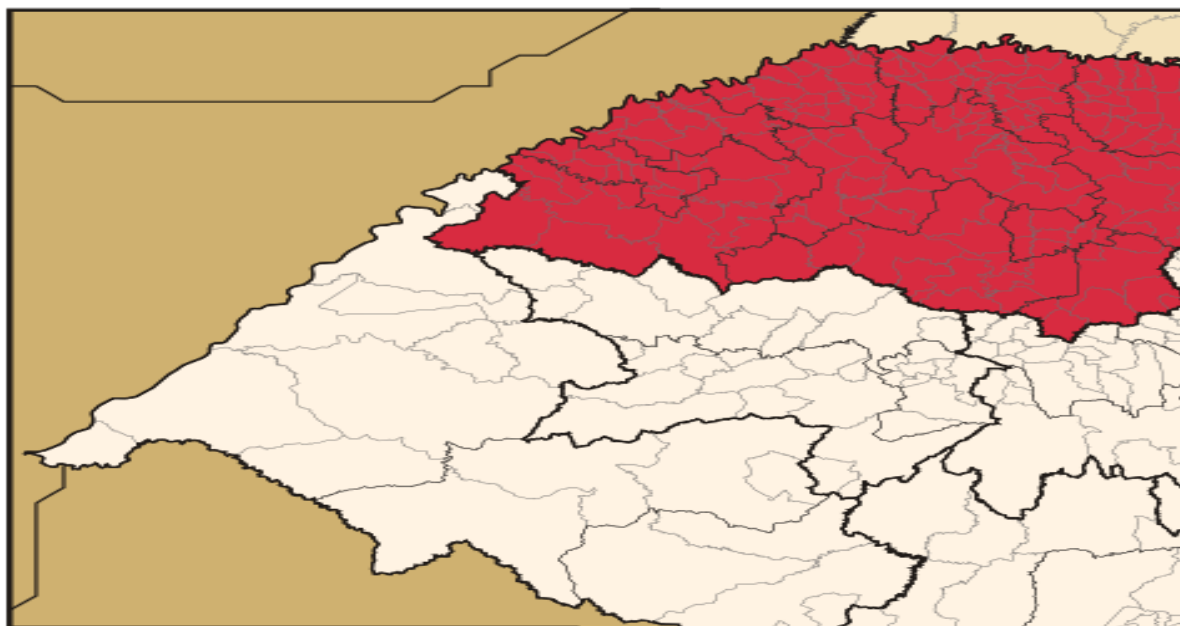


Figura 7: Região Noroeste do RS

Fonte:¹⁶

Na figura acima detalha-se a região onde o questionário foi aplicado, ficando claro em qual região do Brasil e do Estado do Rio Grande do Sul efetuou-se o trabalho.

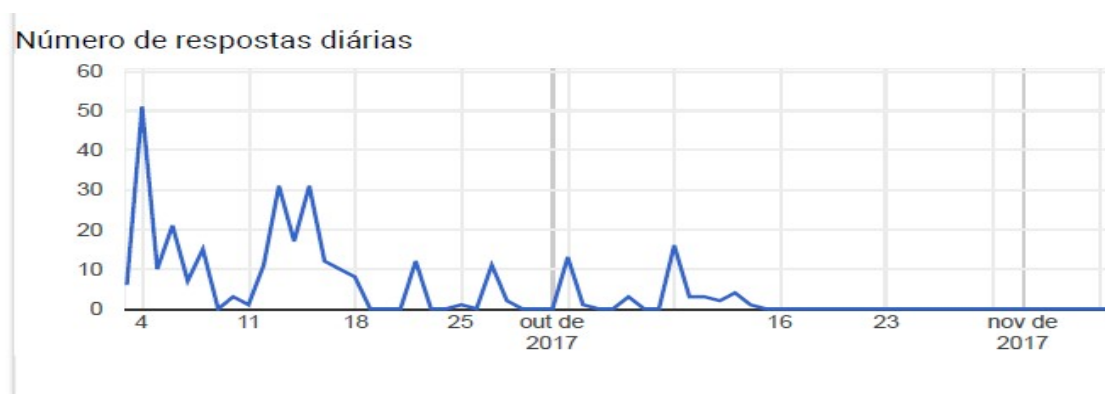


Figura 8: Número de respostas diárias

Fonte:¹⁷

É possível observar na figura acima, que nos dias iniciais da aplicação do questionário houve maior incidência nas respostas.

¹⁶ <<https://pt.wikipedia.org>>.

¹⁷ <<https://pt.wikipedia.org>>.

3.3 Análise e interpretação de dados

O tratamento e tabulação dos dados quantitativos coletados por meio dos questionários aplicados foi realizado por ferramentas de conteúdo estatístico como SPSS® e Excel®, segundo Gil (2008) o processamento por computador e ferramentas estatísticas se torna apropriado quando se trabalha com um grande volume de dados, como no caso de levantamentos, que envolvem amostras numerosas.

A metodologia utilizada para a análise e interpretação dos dados inicialmente é a estatística descritiva causal, que segundo Guimarães (2012) busca resumir as principais características de um conjunto de dados por meio de tabelas, gráficos ou resumos numéricos a fim de um cuidado na escolha da forma adequada de resumir os dados.

A pesquisa descritiva segundo Perin et al. (2002), tem como objetivo mapear a distribuição de um fenômeno na população estudada aliado a natureza causal que objetiva o teste de uma teoria e suas relações de causa e efeito frente aos dados analisados e resultados obtidos. Logo realizou-se uma análise de correlação, que compreende na análise de dados amostrais para saber se e como as duas ou mais variáveis estão relacionadas uma com a outra numa população, onde entende-se que a correlação pode demonstrar-se de vários graus, conforme exposto abaixo:

0.9 para mais ou para menos indica uma correlação muito forte.

0.7 a 0.9 positivo ou negativo indica uma correlação forte.

0.5 a 0.7 positivo ou negativo indica uma correlação moderada.

0.3 a 0.5 positivo ou negativo indica uma correlação fraca.

0 a 0.3 positivo ou negativo indica uma correlação desprezível

Em busca de responder os objetivos específicos do estudo, inicialmente por meio dos dados obtidos foi realizada uma análise discriminante, a fim de dentre as variáveis, discriminar quais tinham por sua vez um maior poder explicativo do constructo, com o objetivo assim de responder à pergunta de pesquisa.

Segundo Mesquita (2010), o processo de análise discriminante consiste em avaliar os efeitos de um grupo de variáveis sobre outro por meio de uma combinação linear que irá discriminar os grupos, maximizando a variância entre eles e minimizando a variância dentro dos grupos.

Posterior a análise discriminante, buscou-se um análise a fim de uma redução dos dados para uma possível análise aprofundada das questões que envolvem o estudo, sendo assim, realizou-se a análise fatorial dos dados, que, segundo Malhotra (2012), a análise fatorial exploratória pode ser compreendida como uma técnica capaz de sumarizar e organizar os dados de pesquisa, por isso sua utilização contribuirá para que os dados e a análise dos resultados sejam apresentados da maneira mais clara possível.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esse capítulo apresenta os dados e as análises dos questionários compilados. Inicialmente é efetuada a apresentação do perfil dos respondentes e posterior a isso efetua-se a análise de concordância ou não de afirmações sobre as Instituições Financeiras Mercantilistas e as Cooperativistas. O resultado compilado da pesquisa segue no anexo IV.

A Idade média dos respondentes do questionário foi de 37 anos, com prazo médio de associação de 11 anos.

No gráfico abaixo é possível identificar que 46% das pessoas entrevistadas eram do sexo feminino e 54% do sexo masculino.

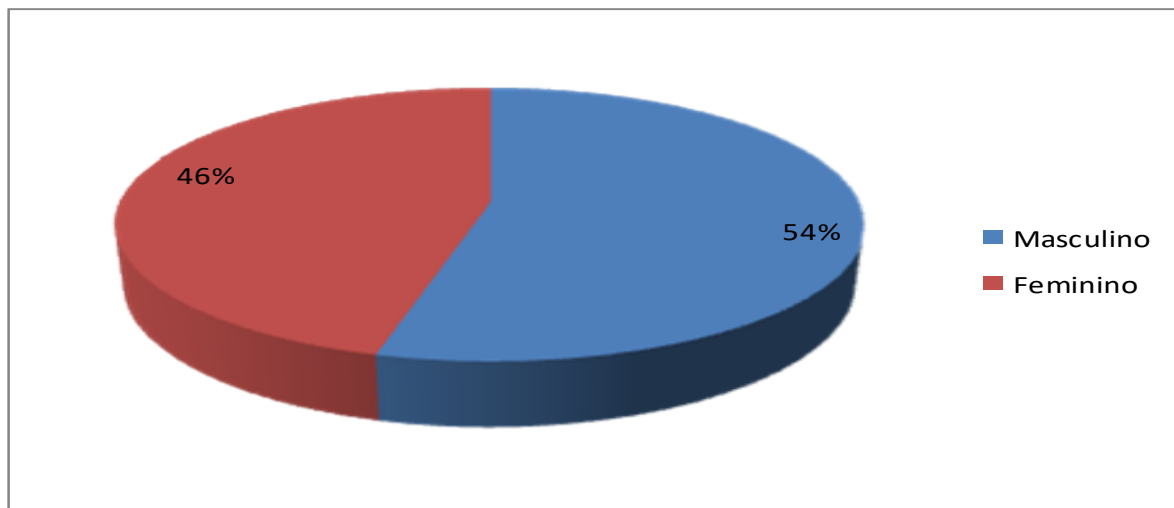


Gráfico 9: Sexo
Fonte: Dados da pesquisa

Dos 430 questionados, 259 são associados de cooperativas financeiras, os demais não operam com esse tipo de instituição e por isso não foram avaliados. Uma vez que o objetivo dessa tese é entender o que funciona na prática nessas empresas, ser associado foi condição para seguir respondendo o questionário.

Quanto ao grau de escolaridade, segue abaixo o perfil dos associados que responderam o questionário.

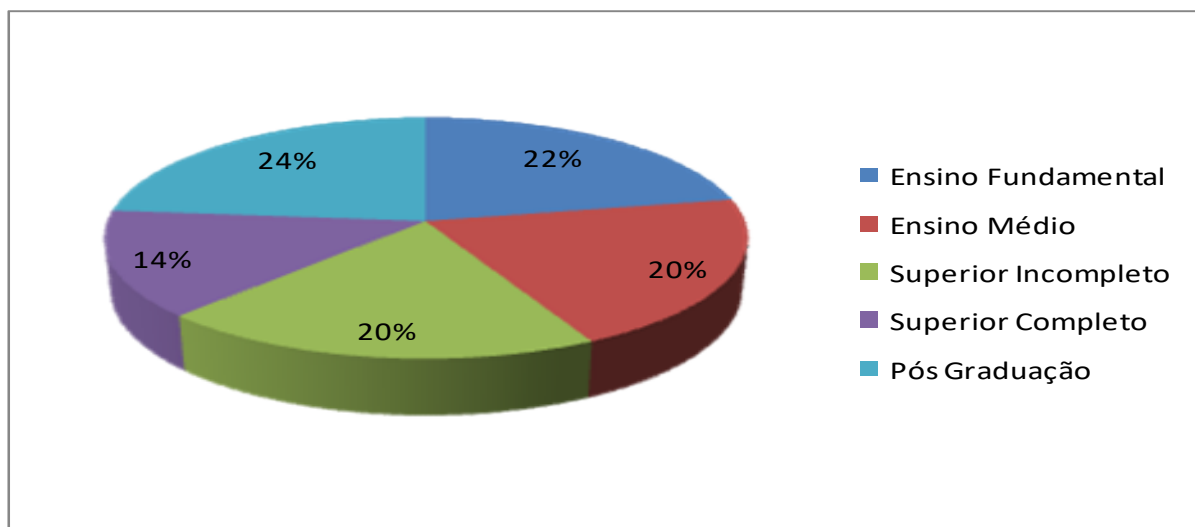


Gráfico 10: Grau de escolaridade
Fonte: Dados da pesquisa

O público avaliado concentra sua principal atividade econômica na zona urbana, representando 63%, frente a 37% localizados na zona rural.

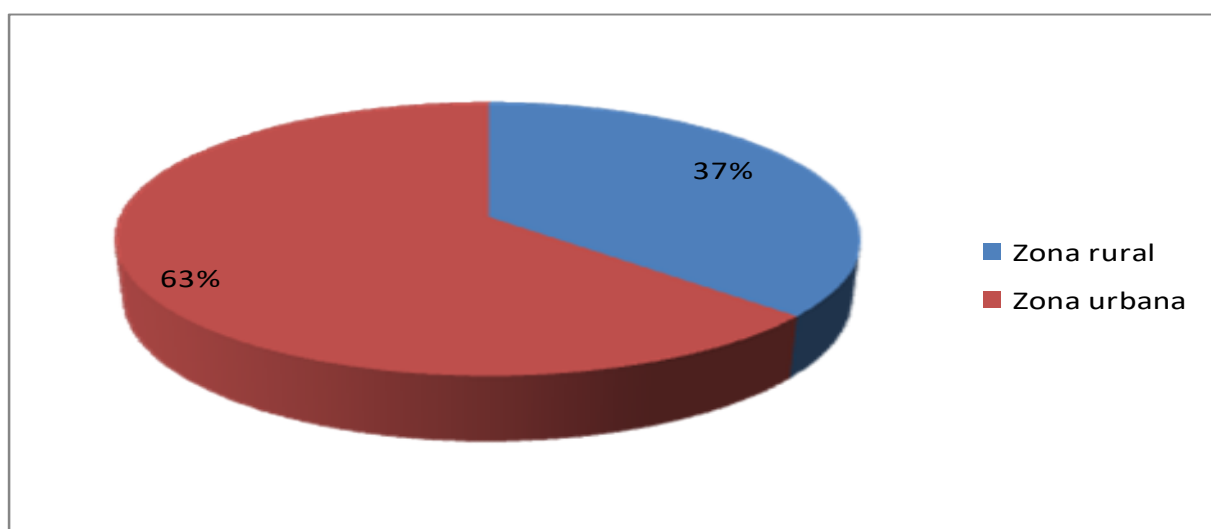


Gráfico 11: Atividade econômica
Fonte: Dados da pesquisa

A pesquisa revelou que os entrevistados além de operar com uma Cooperativa Financeira, também operam com um banco público ou privado, o que

faz com que os mesmos conheçam na prática a diferença de operar com uma ou outra instituição. E ao avaliar essa percepção, 75% dos avaliados afirmam que é melhor trabalhar com uma Cooperativa financeira do que com um Banco, seja público ou privado.

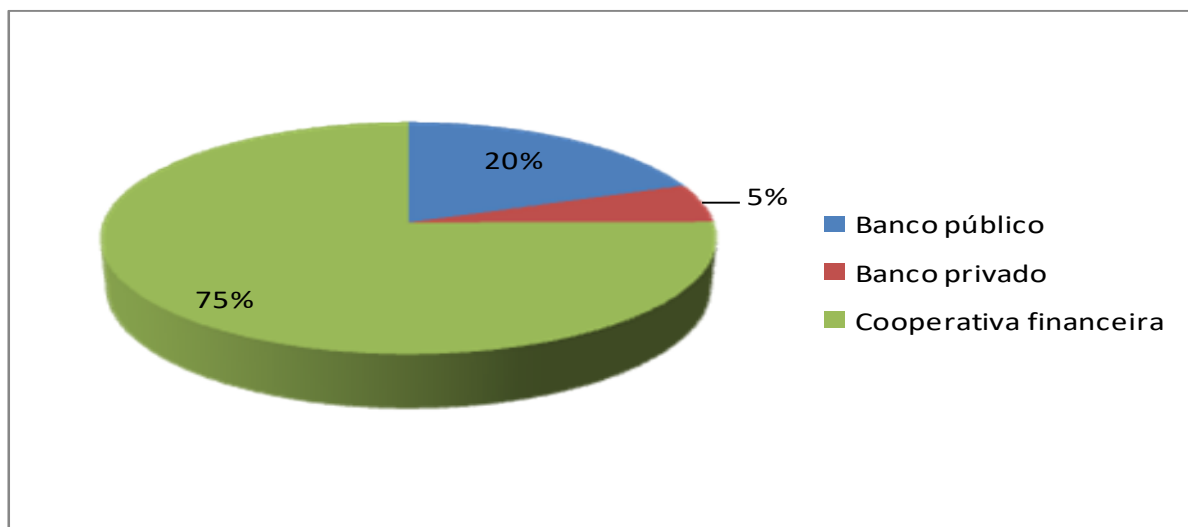


Gráfico 12: Correntista – Banco, Cooperativa Financeira

Fonte: Dados da pesquisa

4.1 Resultados obtivos

Identificado o perfil dos entrevistados, utilizou-se a escala Likert para verificar o grau de aderência da teoria do cooperativismo, sendo que foram efetuadas várias afirmações e solicitado que houvesse indicação de concordância ou não conforme abaixo. (Figura 13)

Concordo Totalmente	1	2	3	4	5	6	7	Discordo Totalmente
---------------------	---	---	---	---	---	---	---	---------------------

Gráfico 13: Escala Likert - Grau de aderência da teoria do cooperativismo

Fonte: Dados da pesquisa

Dos entrevistados 77,3% acreditam que a Cooperativa que operam lhe agrega valor de forma individual e coletiva e apenas 7,6% discordam totalmente dessa afirmação.

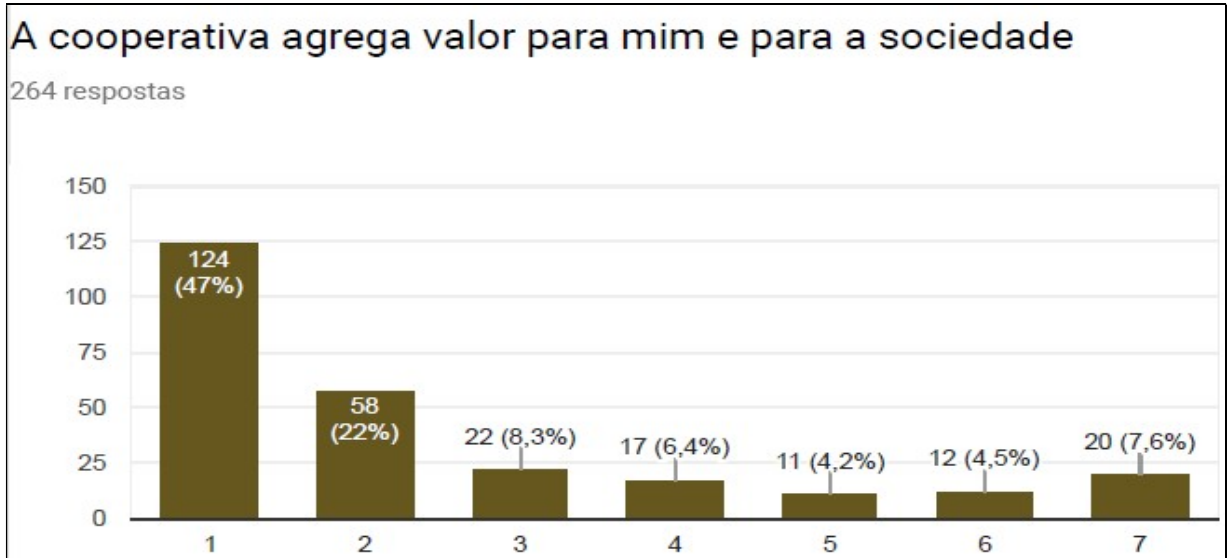


Gráfico 14: Valor agregado pela cooperativa ao usuário e a sociedade
Fonte: Dados da pesquisa

A maior parte dos entrevistados acredita que os produtos e serviços da Cooperativa que operam são competitivos, sendo que das 263 respostas coletadas, 112 pessoas afirmam que concordam totalmente com tal afirmação.

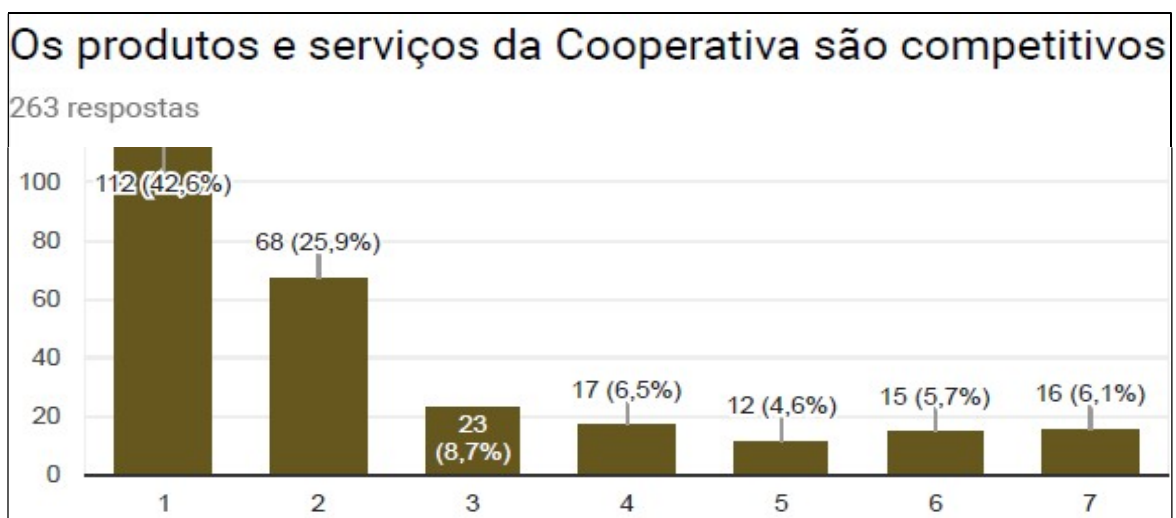


Gráfico 15: Competitividade dos produtos e serviços da Cooperativa
Fonte: Dados da pesquisa

Apesar de a maior parte dos entrevistados entender como é feita a distribuição de sobras, chama atenção que 19,8% dos avaliados estão nas três colunas de discordância. E quando questionados se abririam mão das sobras que tem direito para que esse valor fosse investido em projetos sócias, somam-se 65,5% dos questionados nas três colunas de concordância e apenas 12,2% discordam totalmente de tal opção.

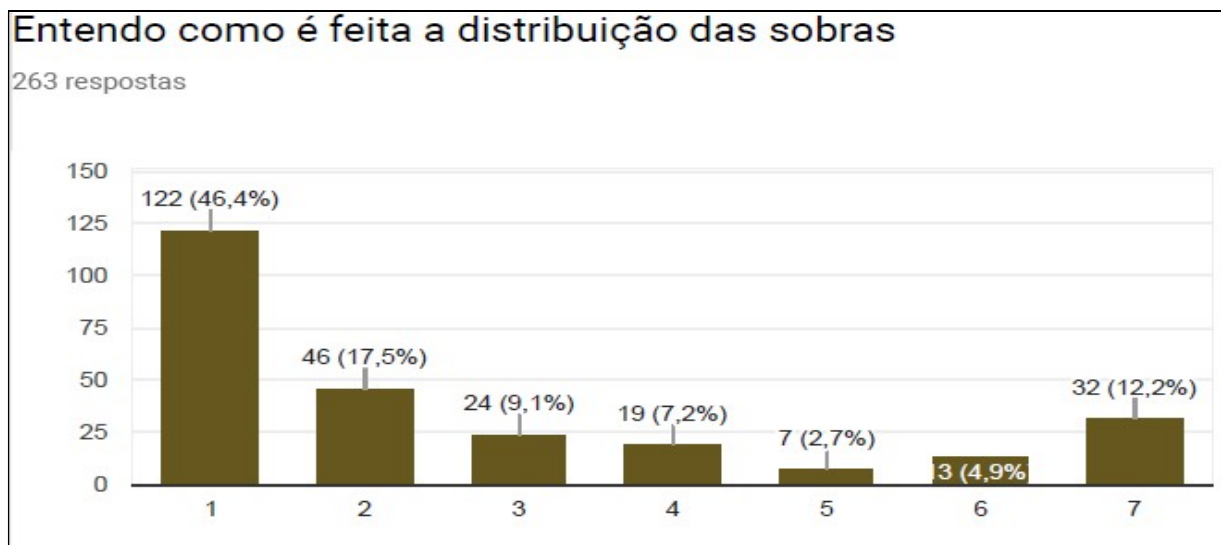


Gráfico 16: Distribuição das sobras
Fonte: Dados da pesquisa

Ao avaliar se os associados gostam de ir as assembléias, tendo o sentimento de que lá podem votar e decidir o futuro da cooperativas, mostrou-se de forma positiva o indicador de concordância, representando mais de 60% de favorabilidade nas duas primeiras colunas.

Quando levantada a suposição que o Voto é muito importante e por isso existe participação ativa na cooperativa por parte dos associados, apenas 19 dos 263 respondentes discordam totalmente de tal afirmação.

Gosto de ir às assembleias, sinto que lá posso votar e decidir o futuro da Cooperativa

260 respostas

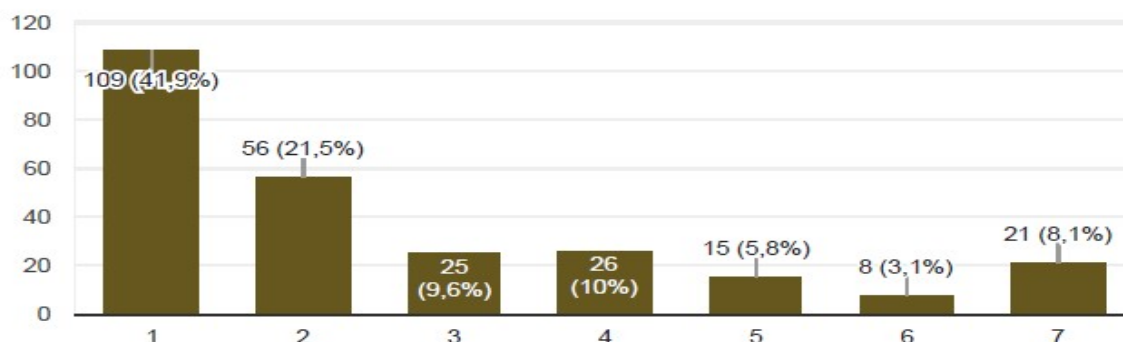


Gráfico 17: Voto – participação em assembleias

Fonte: Dados da pesquisa

Na afirmação onde insinua-se que os cooperados querem as melhores taxas e produtos de qualidade, houve uma afirmação que para eles, esses dois assuntos são de certa relevância, pois entre as colunas 5 a 7 estão 64,4% dos entrevistados.

Ao tempo que os associados mostram uma certa indefinição quando o assunto são seus interesses particulares, pois nos extremos da entrevista tem cooperados que concordam com o fato de ocorrer prejuízos na cooperativa em detrimento do benefício individual e outros discordam totalmente, 26,2% concordam totalmente e 20,4% discordam totalmente com a afirmação. A cooperativa deve atender primeiramente aos meus interesses, mesmo que isso lhe traga prejuízos.

Quero as melhores taxas e produtos de qualidade, não me importo com o resto

261 respostas

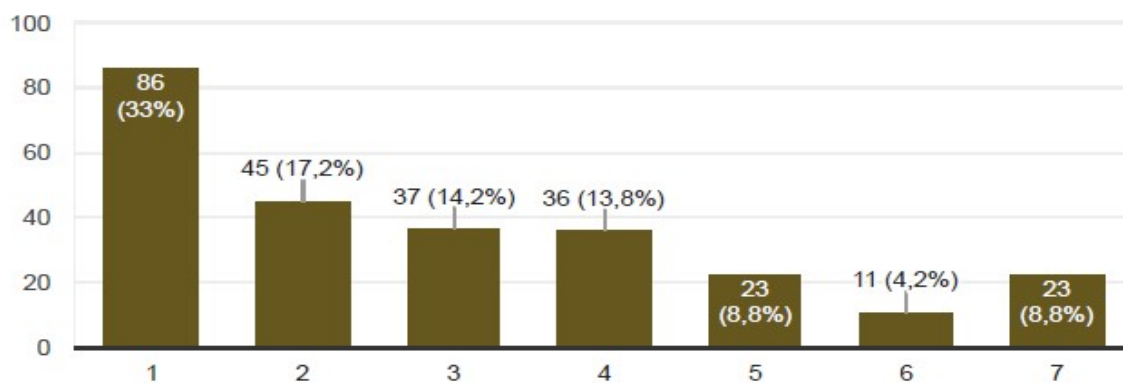


Gráfico 18: Melhores taxas e produtos de qualidade

Fonte: Dados da pesquisa

E ao tentar avaliar se os associados sentem diferença entre a operação em um banco e uma cooperativa 46,4% dos entrevistados concordam plenamente com a afirmação e apenas 8,4% discordam totalmente.

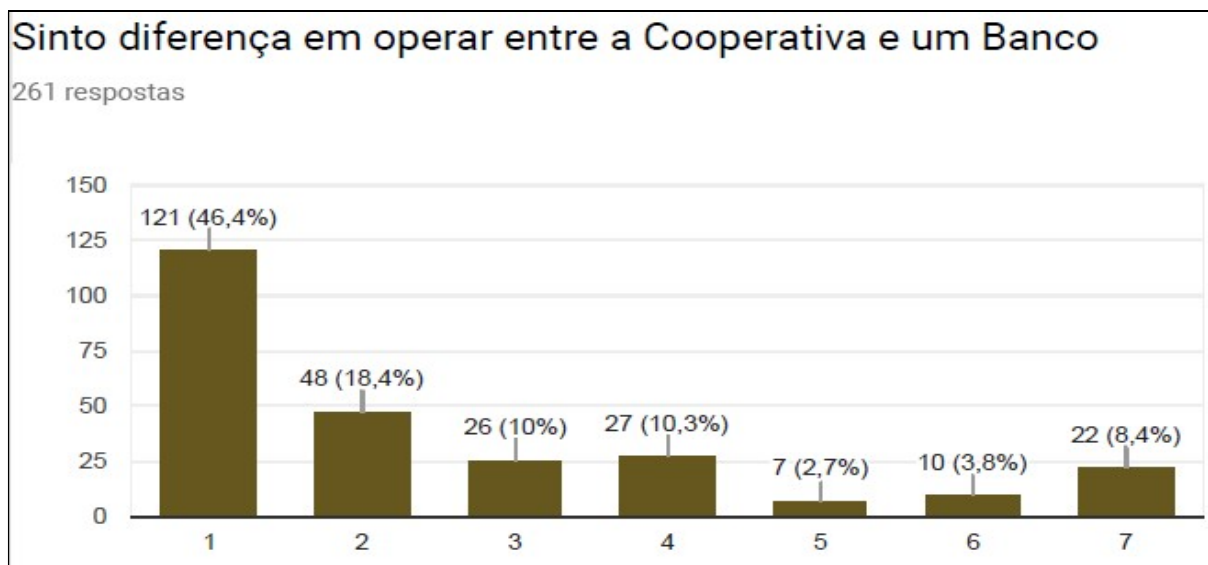


Gráfico 19: Diferença em operar em um Banco ou em uma Cooperativa
Fonte: Dados da pesquisa

Quando o questionamento refere-se ao fato de o cooperado sentir-se dono da cooperativa, é possível verificar apenas que 31,2% concordam plenamente com a afirmação, isso demonstra que existe um afastamento da cooperativa frente aos seus associados quando o assunto é pertencimento.

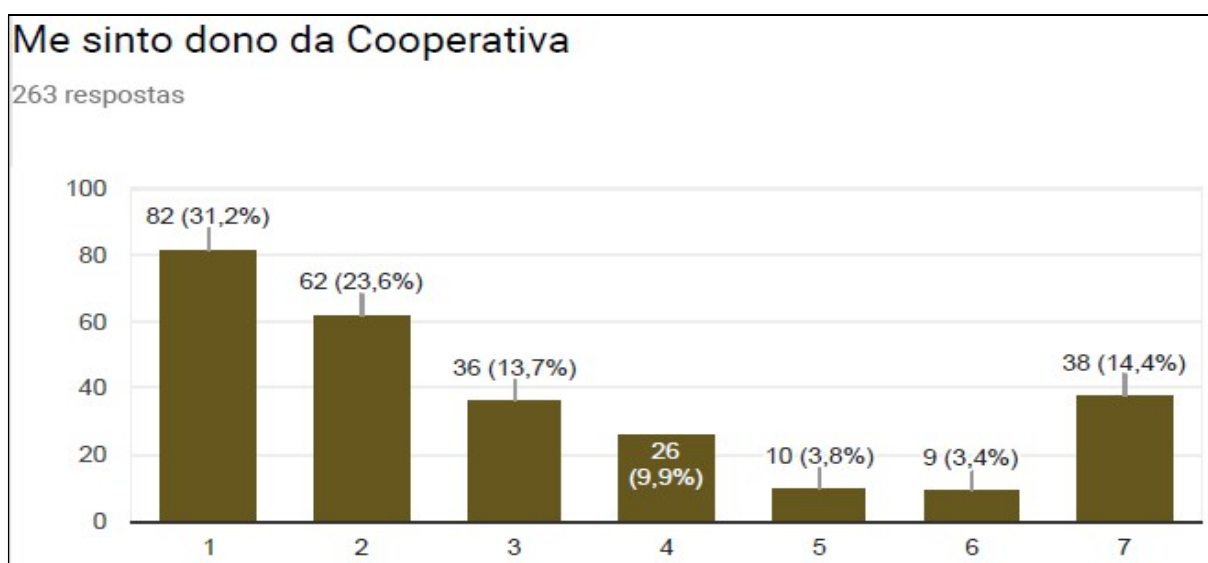


Gráfico 20: Sentir-se dono da Cooperativa
Fonte: Dados da pesquisa

Também a baixa aderência quando avalia-se a concordância sobre a forma de divisão das sobras, 96 cooperados, representando 37,6% dos entrevistados concordam totalmente como é feita essa divisão, mas se avaliarmos as duas primeiras colunas, veremos que esse indicador ultrapassa 50% e tratando de discordância total tem-se apenas 8,6%.

Já os entrevistados, demonstram percentual maior de discordância total do que concordância total com a afirmação de que o controle da cooperativa não dever ser efetuado pelos cooperados. Isso demonstra que os mesmos entendem que para as cooperativas serem de fato organização de pessoas em busca de um objetivo comum, devem necessariamente elas fazerem essa gestão.

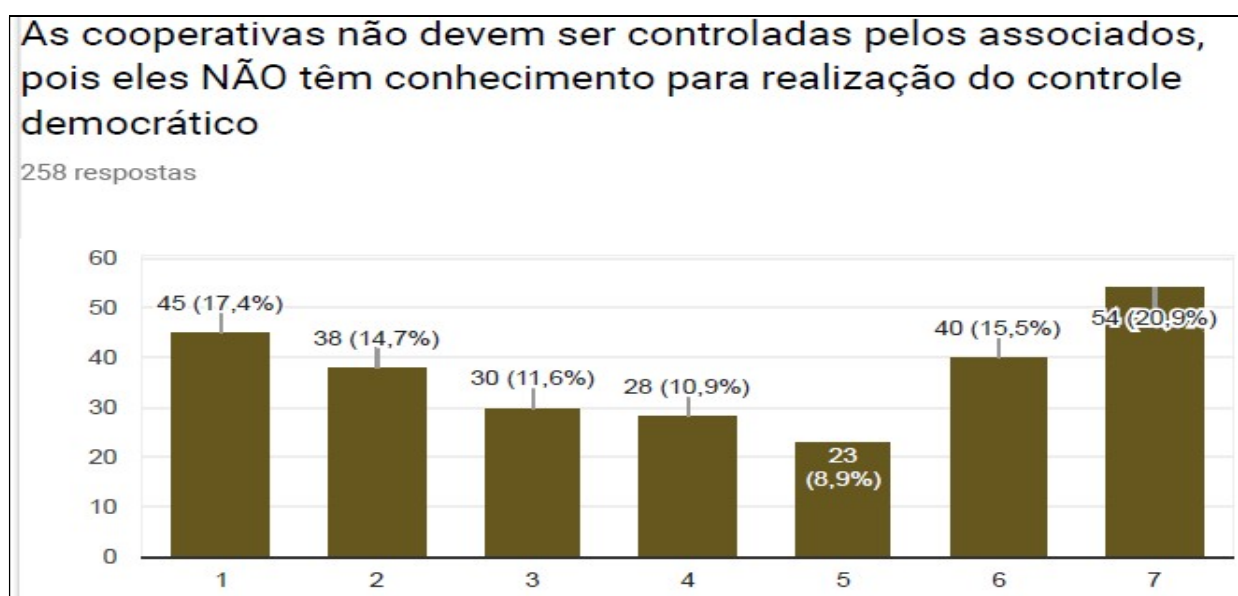


Gráfico 21: Controle da Cooperativa
Fonte: Dados da pesquisa

A um percentual significativo dos cooperados nas colunas 1, 2 e 3, representando 77,8% dos entrevistados que acreditam que as cooperativas devem atuar na educação de seu associado de forma a desenvolver o cooperativismo e criar pessoas mais solidárias e participativas

Mas quando efetuada a pergunta de forma inversa, os próprios cooperados se contradizem, afinal, 47,9% deles estão nas colunas 1 e 2 quando afirma-se que a Cooperativa deve se preocupar em prover serviços para os associados e essa história de educação não traz retornos, é só perda de tempo.

Por fim, ao avaliarmos essas duas respostas não conseguimos chegar em um entendimento sobre a necessidade da cooperativa investir ou não em educação.

Do total, 71,2% dos cooperados estão nas colunas 1, 2 e 3, demonstrando que possuem conhecimento do seu saldo em quotas e da distribuição das sobras que a cooperativa realiza anualmente. 10 % dos cooperados mostram neutralidade e o restante estão nas colunas 5, 6 e 7, demonstrando afastamento de tal assunto.

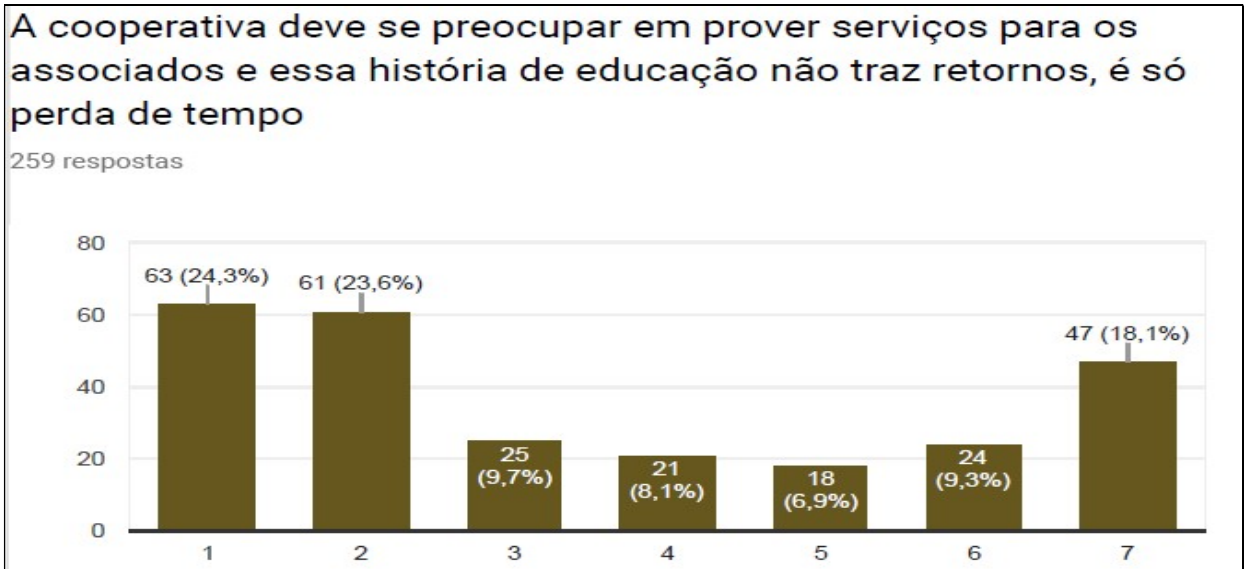


Gráfico 22: Necessidade da cooperativa investir ou não em educação.

Fonte: Dados da pesquisa

Quando questionados sobre o enfraquecimento do cooperativismo quando existe mais de uma cooperativa financeira na mesma cidade não há um consenso, afinal 23,1% dos cooperados concordam totalmente e 21,5% dos cooperados discordam totalmente da afirmação, chama atenção que na coluna 2 tem-se também uma representatividade de 22,3%. Esse questionamento ocorreu pelo fato de haver concorrência entre as próprias cooperativas. Por fim, aqui também não há um consenso por parte dos cooperados e sim uma inclinação concordando com a afirmação.

A existência de mais de uma cooperativa financeira na cidade enfraquece o cooperativismo

260 respostas

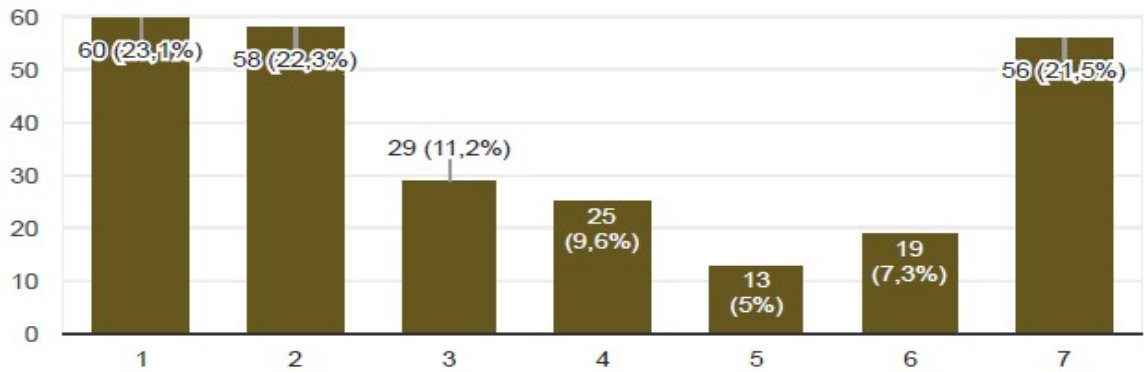


Gráfico 23: Enfraquecimento do cooperativismo na existência de mais de uma cooperativa financeira
Fonte: Dados da pesquisa

A maior parte das cooperativas procuram desenvolver um grupo de cooperados e por consequência a sociedade onde eles convivem, já quando afirmado que investir na comunidade não é uma prioridade da cooperativa e ela deveria atender só as necessidade dos associados, 58% estão nas 3 primeiras colunas, concordando com tal afirmação, já 17,7% dos associados discordam totalmente da afirmação, acreditando que deveria haver investimento direto na comunidade.

Investir na comunidade não é uma prioridade da cooperativa. Ela deve atender só as necessidades dos associados

260 respostas

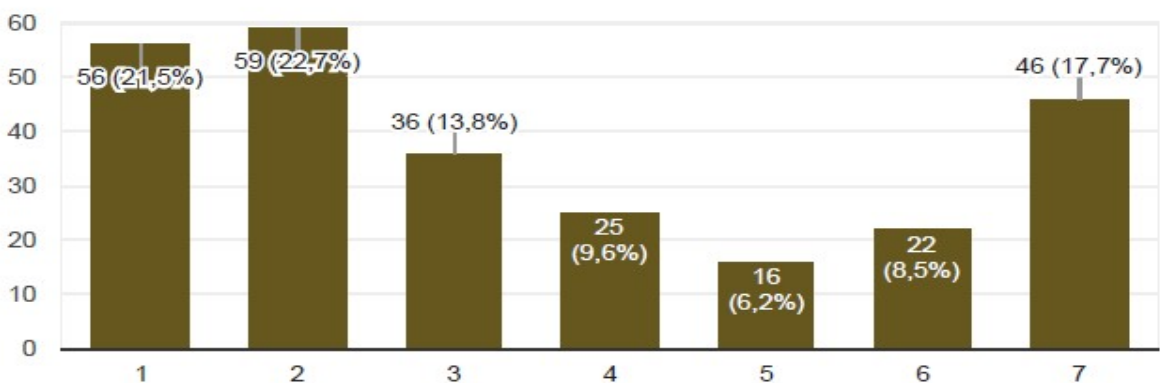


Gráfico 24: Investimento da cooperativa na sociedade
Fonte: Dados da pesquisa

Já quando questionados sobre as cooperativas desenvolverem projetos em parceria com a comunidade, com o intuito de proteger o meio ambiente, incentivar a educação, prevenir doenças e etc... novamente há uma controvérsia na afirmação dos cooperados em comparação com o questionamento anterior pois 78,2% estão nas colunas 1,2 e 3 e entendem necessário esses projetos.

Em relação as sobras, 193 dos 261 respondentes concordam que se a cooperativa tiver sobra expressiva, como associados terão ganho expressivo, pelo fato de serem donos.

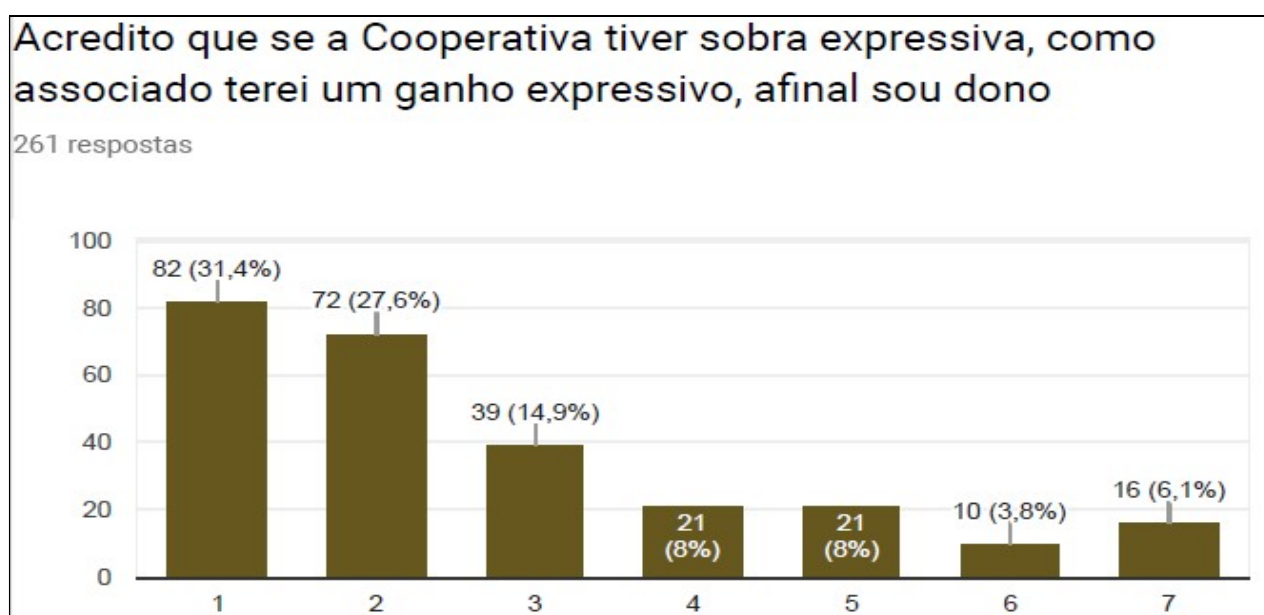


Gráfico 25: Desenvolvimento de projetos da cooperativa em parceria com a comunidade
Fonte: Dados da pesquisa

Quando tratado das ações adotadas pela cooperativa para divulgar o cooperativismo, e afirmado que NÃO são eficientes ou eficazes, e necessitam melhorias urgentes, houve respostas uniformes nas sete escalas da pesquisa, ficando da seguinte forma:

1 – Concordo totalmente	38 pessoas	14,8%
2	39 pessoas	15,2%
3	36 pessoas	14%
4	36 pessoas	14%
5	34 pessoas	13,2%
6	34 pessoas	13,2%
7 – Discordo totalmente	40 pessoas	15,6%

Gráfico 26: Ações adotadas pela cooperativa para divulgação do cooperativismo
Fonte: Dados da pesquisa

Dos entrevistados 76,9% estão nas colunas 1, 2 e 3 e afirmam que defendem o Cooperativismo.

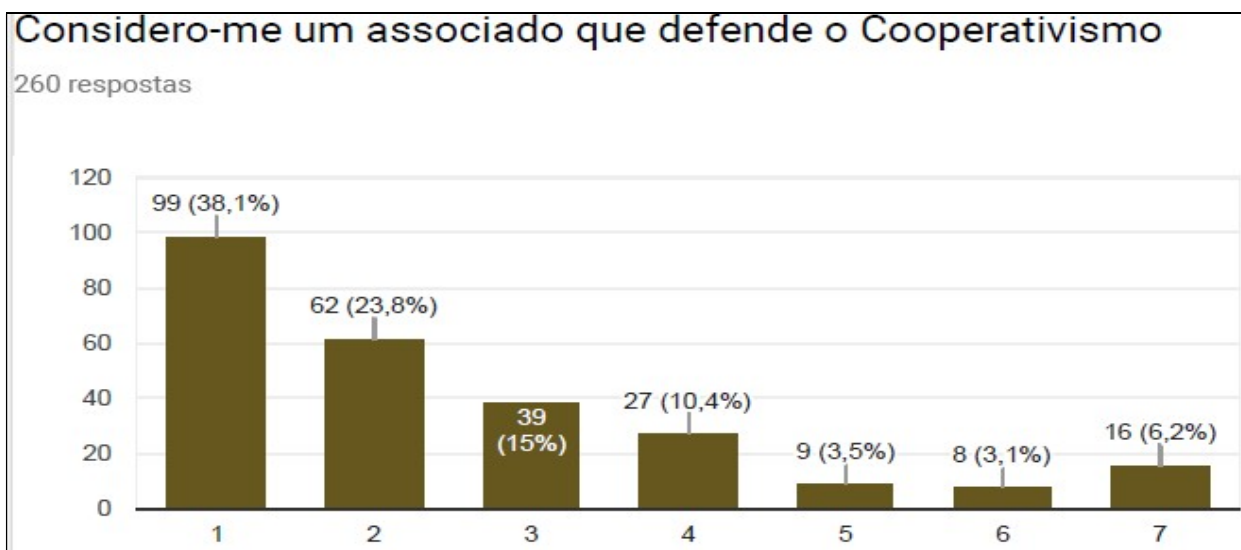


Gráfico 27: Defesa do cooperativismo
Fonte: Dados da pesquisa

Para o ganho direto dos cooperados, ao afirmar que associaram-se a Cooperativa porque ela tem na média dos produtos e serviços um custo mais barato que os bancos, 157 das 260 respostas estão nas colunas de concordância 1, 2 e 3. Ou seja, 60,4% dos entrevistados.

Já quando afirmado que haveria perdas sociais impactantes com a saída da Cooperativa de Crédito de sua cidade, 73,4% estão nas colunas de concordância.

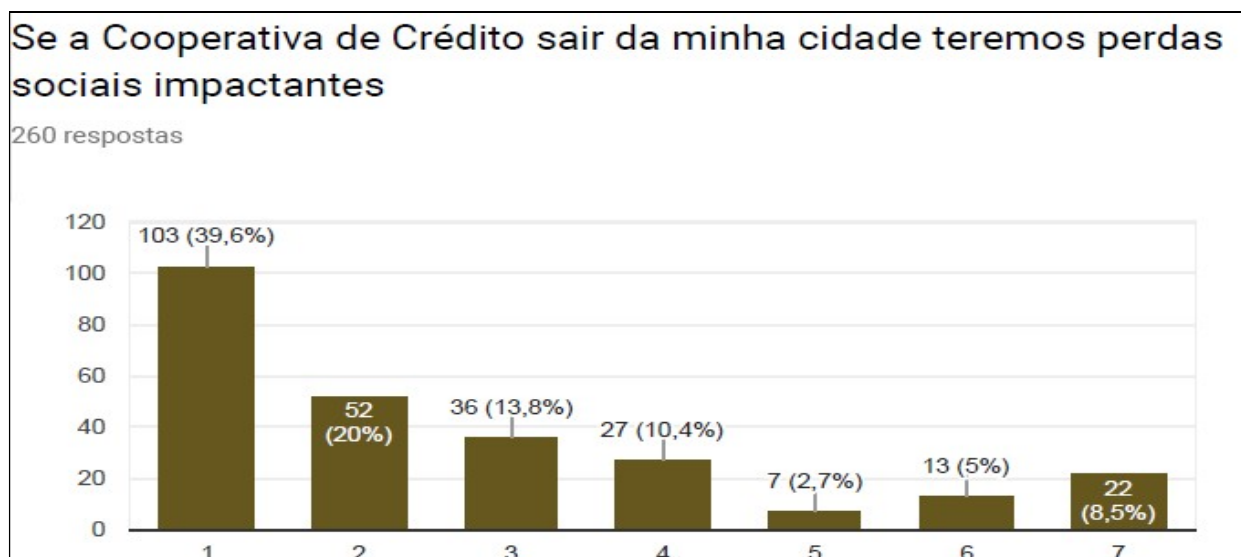


Gráfico 28: Perdas sociais com a saída da Cooperativa da cidade onde moram
Fonte: Dados da pesquisa

Ainda sobre custos, 200 dos 260 respondentes estão nas colunas 1,2 e 3, quando afirmado que as cooperativas devem ter produtos mais baratos que os bancos. E tratando de ações sociais, 70,6% dos entrevistados afirmam que é visível as ações sociais que a Cooperativa promove

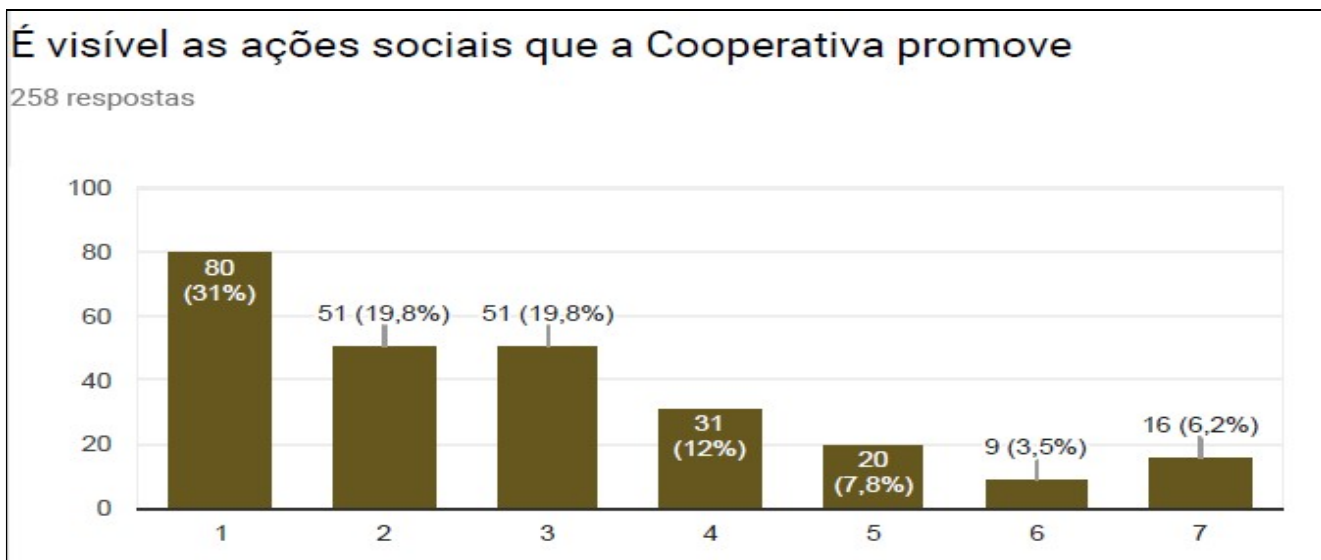


Gráfico 29: Ações sociais promovidas pela Cooperativa
Fonte: Dados da pesquisa

Dado momento, buscou-se comparar as filosofias do capitalismo, do socialismo e do cooperativismo, a fim de avaliar o nível de entendimento dos cooperados e, constatou-se que 64,9 % dos cooperados conhecem a filosofia do Capitalismo, seus pontos fortes e fracos, aqui também chamou a atenção que 15,2% dos cooperados mostram neutralidade no assunto.

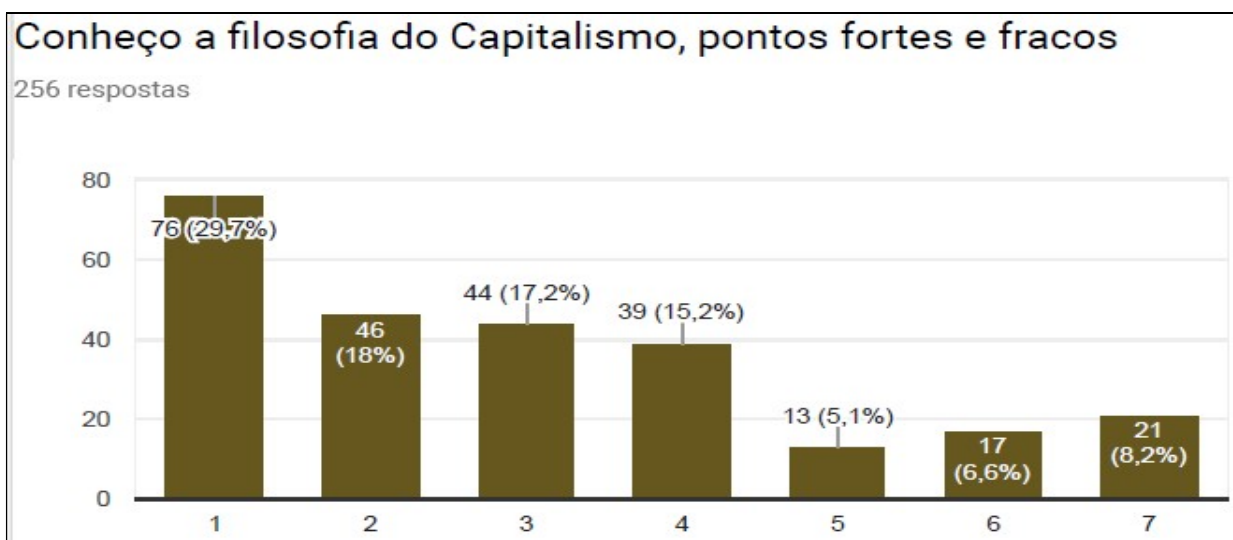


Gráfico 30: Comparação das filosofias do capitalismo, do socialismo e do cooperativismo
Fonte: Dados da pesquisa

Nas três primeiras colunas, 170 dos 257 entrevistados também afirmam que conhecem a filosofia do Socialismo, seus pontos fortes e fracos e 39 cooperados mostram neutralidade no assunto.

Já quando afirmado que acredita-se que o Cooperativismo é um sistema que absorve as melhores qualidades do Capitalismo e do Socialismo, 67,1% dos entrevistados estão nas três primeiras colunas de concordância e 19% mostram neutralidade.



Gráfico Figura 31: Qualidades do Capitalismo e do Socialismo
Fonte: Dados da pesquisa

Eis que questionado sobre o sistema capitalista estar ultrapassado, 20,9% dos entrevistados concordam totalmente e 14,7% discordam totalmente, ainda 18,6% mostram neutralidade, se avaliados as colunas 1, 2 e 3 de concordância tem-se um percentual de 55,4% frente as colunas 5,6 e 7 de discordância de 26%.

Os cooperados discordam em sua maioria que não há viabilidade em um sistema focado apenas no dar e não no produzir, representando a coluna com maior representatividade, 29%. Aqui chama atenção que 23,9% dos entrevistados acreditam nessa viabilidade, o que é no mínimo curioso

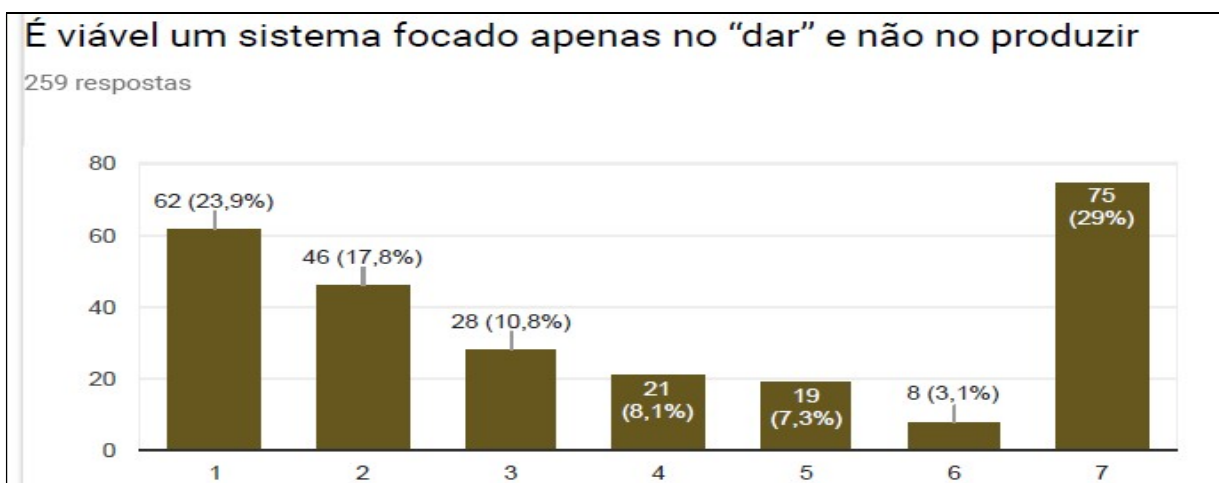


Gráfico 32: Viabilidade do sistema dar e não só produzir
Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com precificação, houve um questionamento sobre ter custos mais baixos, mas quando afirmado que a Cooperativa deve ter preços iguais aos bancos, houve 61% de discordância nas três primeiras colunas e 16,2% de discordância total, ou seja, mesmo não tendo custos mais baixos, existe concordância em haver custos iguais.

Já afirmando-se que quanto mais sobras a Cooperativa atingir, mais será investido em minha comunidade, 30,8% concordam totalmente com tal afirmação e se olhado para as colunas 1, 2 e 3, tem-se um percentual de 71,9%.

E ao afirma-se que há trabalho por parte do cooperado para que a Cooperativa alcance cada vez mais sobras, 35,5% concordam plenamente com a afirmação e ao olhar as três primeiras colunas de concordância tem-se um percentual de 75,2% conforme gráfico abaixo:

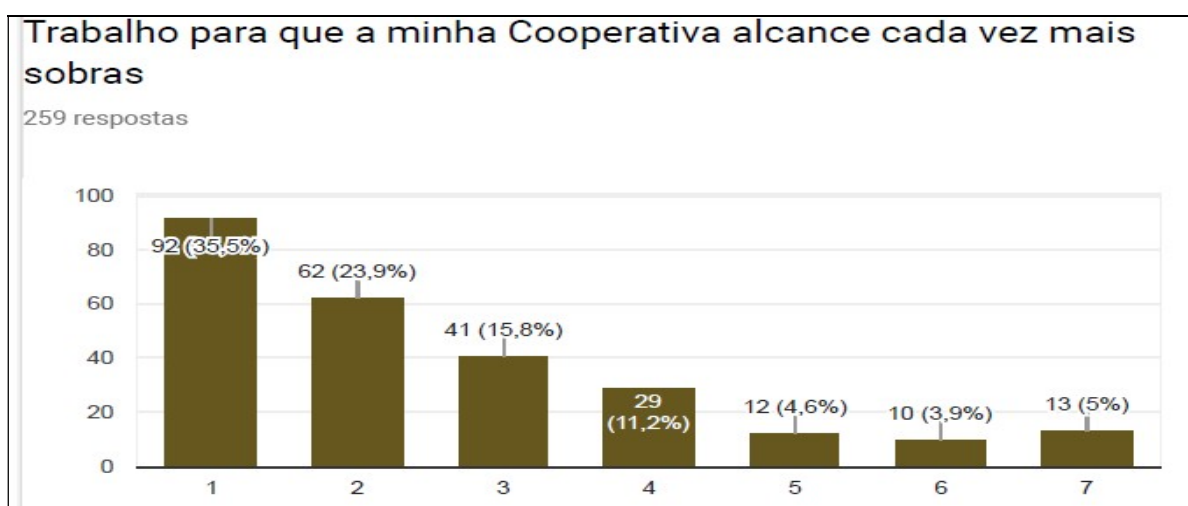


Gráfico 33: Alcance de sobras
Fonte: Dados da pesquisa

Seguindo a entrevista afirmou-se o seguinte, para desenvolver projetos sociais é preciso dinheiro, e houve concordância de 71,8% dos entrevistados nas colunas 1, 2 e 3.

Para avaliar o grau de participação dos associados foi afirmado que estes conheciam os projetos da Cooperativa que contribuem com a Educação, 184 das 261 respostas estão nas 3 primeiras colunas, de concordância

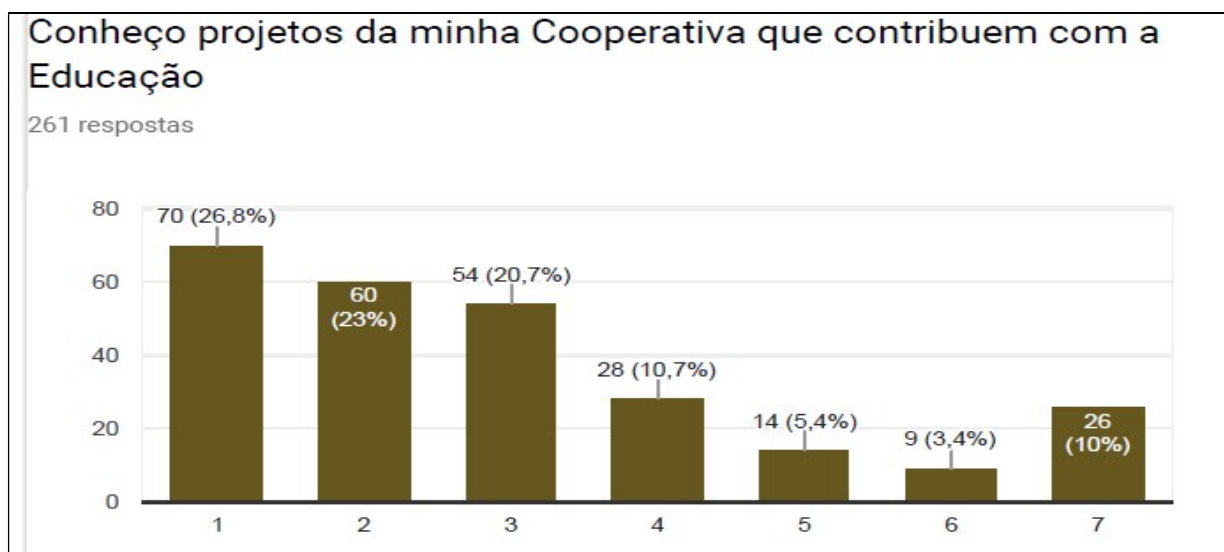


Gráfico 34: Desenvolvimento de projetos sociais

Fonte: Dados da pesquisa

Quando feito o mesmo questionamento, apenas direcionado para a segurança, houve 60,7% de concordância nas 3 primeiras colunas.

E olhando para os projetos sociais que fortalecem a rede de saúde do município, 63,6% afirmam conhecer, chama atenção aqui que há 15,5% de neutralidade.

Conheço projetos da minha Cooperativa que fortalecem a rede de saúde do meu município

258 respostas

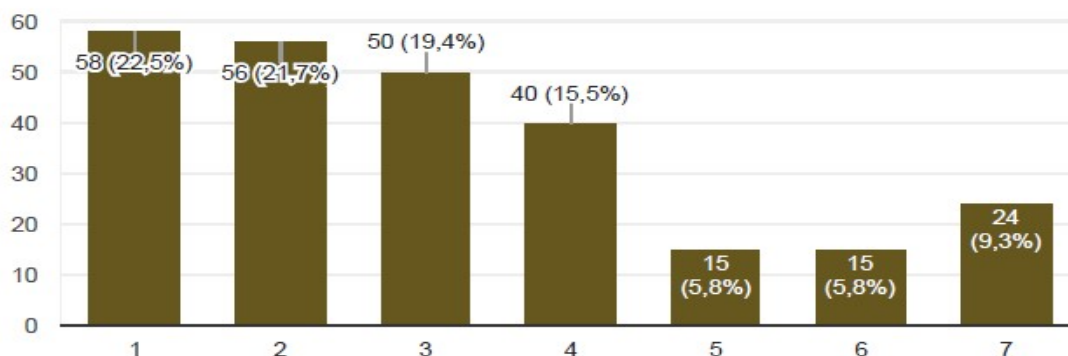


Gráfico 35: Contribuição da Cooperativa em projetos na área de saúde

Fonte: Dados da pesquisa

A próxima afirmação foi que Nada mudaria em minha região se não tivesse as cooperativas financeiras e aqui houve afirmações aos seus extremos, sendo que 25,1% concordam totalmente e 23,1% discordam totalmente. Mas se olharmos as 3 primeiras colunas de concordância com a afirmação, tem-se um percentual de 57,7%.

Já ao afirmar que o nível de conhecimento dos cooperados sobre os produtos é elevado, houve 62,2% de concordância nas colunas 1, 2 e 3. Chama atenção que 17,4% dos cooperados mostram Neutralidade.

Meu conhecimento sobre os produtos das Instituições financeiras é elevado

259 respostas

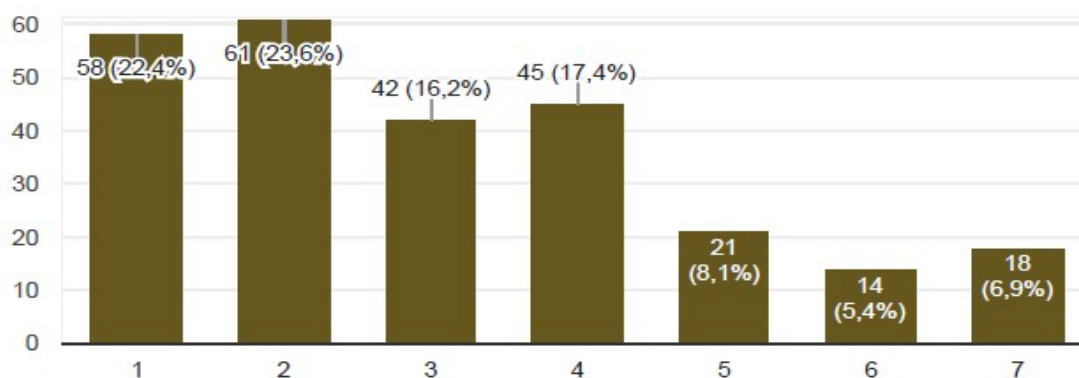


Gráfico 36: Nível de conhecimento sobre os produtos das Cooperativas financeiras

Fonte: Dados da pesquisa

Observando a precificação, se a Cooperativa oferecer preços iguais aos outros bancos, afirmou-se que o cooperado teria 100% de sua movimentação com ela, aqui observou-se um percentual de concordância nas colunas 1, 2 e 3 de 70,5%.

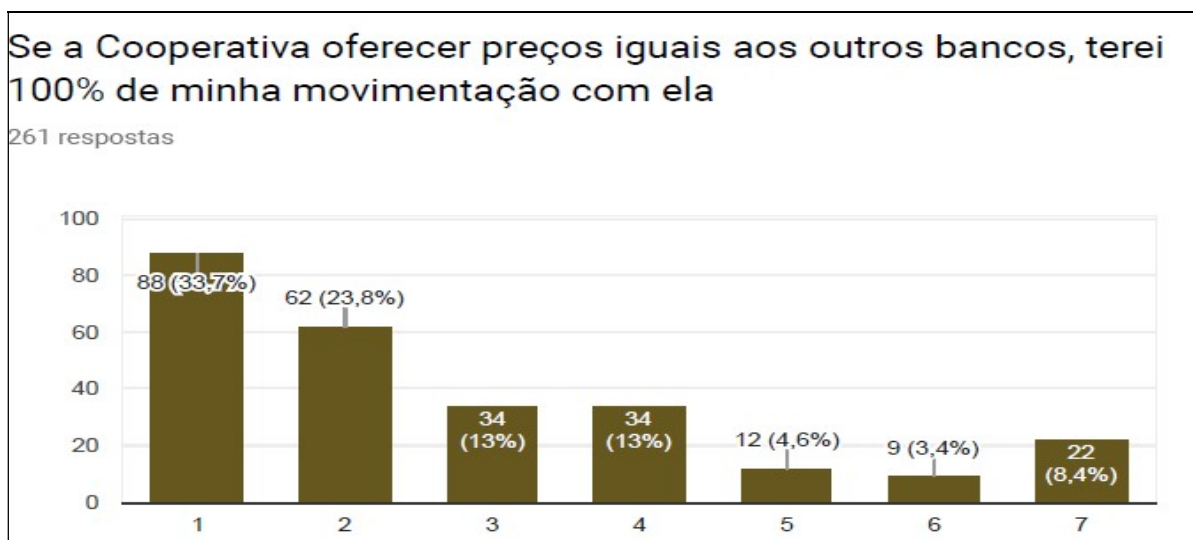


Gráfico 37: Produtos mais baratos em cooperativas do que em bancos
Fonte: Dados da pesquisa

Para a administração, o próximo questionamento foi quanto haver confiança sobre a administração, 72,6% dos cooperados, concordam nas 3 primeiras colunas, tendo 34,7% de concordância plena.

E se os cooperados sabem o que é Estatuto social 31,3% concordam totalmente, observando-se as colunas de concordância, tem-se representativo percentual.

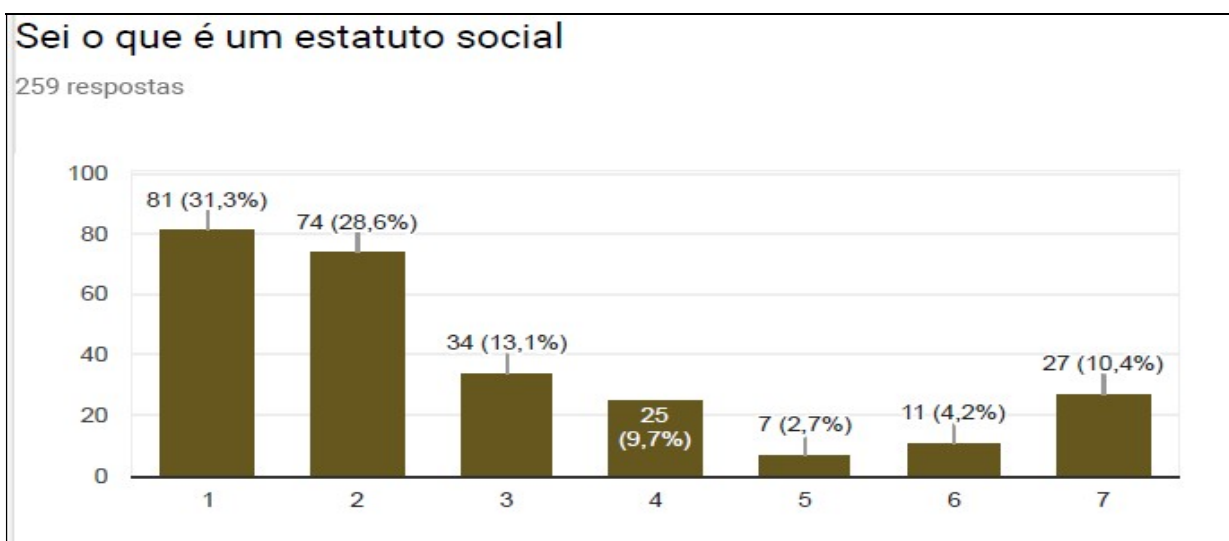


Gráfico 38: Conhecimento do Estatuto social da Cooperativa
Fonte: Dados da pesquisa

Já quando questionados se conhecem o estatuto da Cooperativa de crédito que são associados, 189 das 257 respostas estão nas colunas 1, 2 e 3, representando 73,5% das repostas em concordância.

Avaliando se os cooperados sabem o momento de trazer as suas contribuições, 29,% afirmam com convicção que sim, 24,8% estão na coluna 2 e 19,7% na coluna 3.

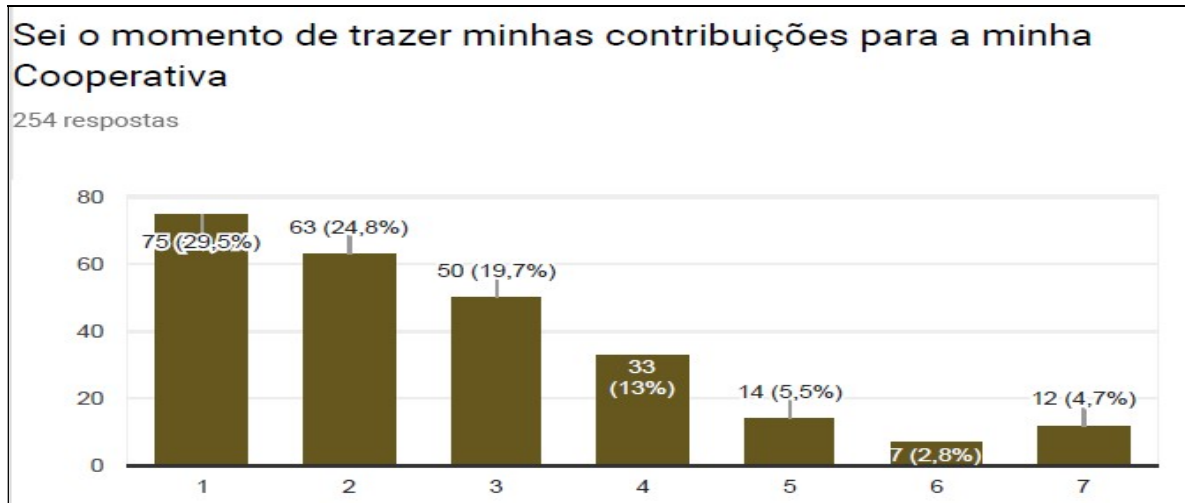


Gráfico 39: Momento de acarretar as suas contribuições a Cooperativa
Fonte: Dados da pesquisa

Na afirmação: acredito que a minha Cooperativa Financeira está no caminho certo, dessa afirmação, 73,4% estão nas colunas de concordância 1, 2 e 3. Outro fator importante para desenvolver o Cooperativismo é que seus cooperados conheçam a história de sua cooperativa, 71% dos entrevistados afirmam conhecer.

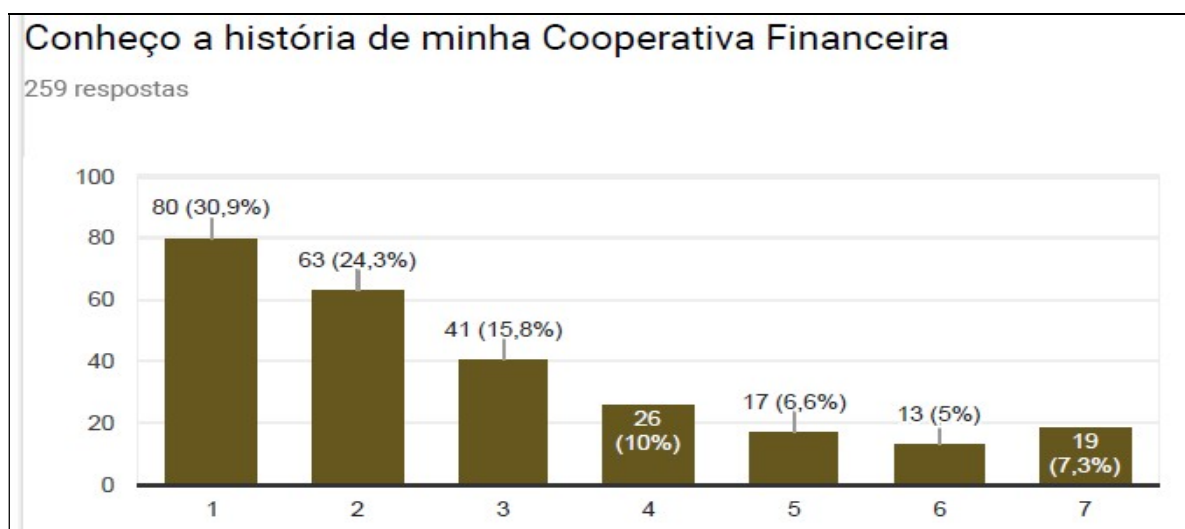


Gráfico 40: Conhecimento da história da Cooperativa
Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com as últimas quatro afirmações do questionário, a próxima refere-se ao fato de a Cooperativa dever investir em projetos para desenvolver economicamente a região e 209 das 258 respostas são de acordo com tal visão.



Gráfico 41: Investimento da Cooperativa no desenvolvimento econômico da região
Fonte: Dados da pesquisa

Sobre a questão de pertencimento, houve uma afirmação que o cooperado defende a sua cooperativa em qualquer esfera e 34,7% concordam plenamente, tendo apenas 5,4% dos entrevistados discordado plenamente de tal afirmação.

E ao afirmar que trabalhando com a Cooperativa de Crédito o cooperado está transformando positivamente a região, 200 das 259 respostas estão de acordo.

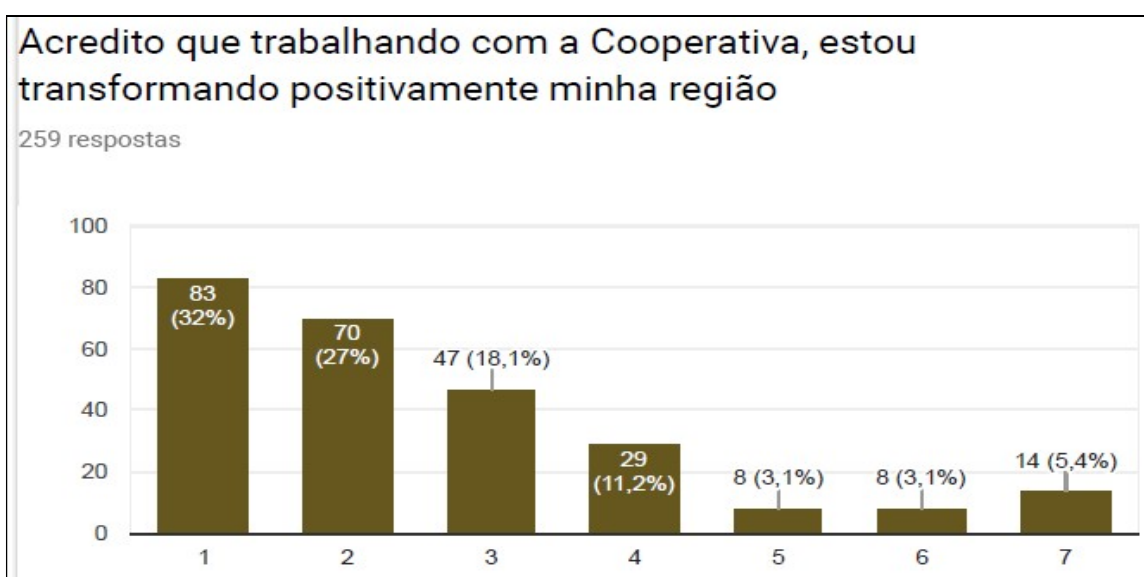


Gráfico 42: Colaboração dos cooperados com a Cooperativa
Fonte: Dados da pesquisa

E a última afirmação desse questionário foi se o Cooperado acredita que Cooperativismo é uma solução ao Capitalismo e ao Socialismo e 72% estão nas colunas 1, 2 e 3, colunas essa que são de acordo com a afirmação e o maior percentual está na coluna 2, representando 79 respostas das 260, 30,4% do total.

4.2 Resultados descritivos

Com base nas respostas apresentadas acima, utilizou-se dados estatísticos para cálculo da Média das Resposta e Desvio Padrão.

Um dos cálculos mais básicos da estatística descritiva é a média. Ela serve para resumir, em um número simples, uma série de valores sobre algo que está sendo observado, ou seja, com essa informação vamos observar qual foi o nível médio de concordância ou discordância sobre determinada afirmação.

A média aritmética é uma medida de tendência central, ela é muito útil porém seu maior defeito é sofrer a influência de valores extremos. Ao avaliar os resultados de uma pesquisa, é fundamental saber se a média está ou não sendo influenciada por valores extremos

O desvio padrão é uma medida que indica a dispersão dos dados dentro da amostra, ou seja, o quanto os resultados diferem da média. Por isso que ele sempre é apresentado junto da média. Um não faz sentido sem o outro.

Um baixo desvio padrão indica que os dados tendem a estar próximos da média; um desvio padrão alto indica que os dados estão espalhados por uma gama de valores.

	MÉDIA	DESVIO PADRÃO
A cooperativa agrega valor para mim e para a sociedade	2,4280303	1,907193283
Os produtos e serviços da Cooperativa são competitivos	2,46007605	1,848592201
Entendo como é feita a distribuição das sobras	2,65779468	2,121501629
Abriria mão das sobras que tenho direito para que esse valor fosse investido em projetos sociais	2,97348485	2,208533738
Gosto de ir às assembleias, sinto que lá posso votar e decidir o futuro da Cooperativa	2,57692308	1,904537904
Meu voto é muito importante e por isso eu participo ativamente das atividades da cooperativa	2,57794677	1,834936706
Quero as melhores taxas e produtos de qualidade, não me importo com o resto	2,96168582	1,945030016
Sinto diferença em operar entre a Cooperativa e um Banco	2,49808429	1,924786744

A cooperativa deve atender primeiramente aos meus interesses, mesmo que isso lhe traga prejuízos	3,46923077	2,273528924
Me sinto dono da Cooperativa	2,99619772	2,090505799
Acredito que as Sobras são divididas da forma correta	2,6627451	1,920666795
As cooperativas não devem ser controladas pelos associados, pois eles NÃO têm conhecimento para realização do controle democrático	4,09302326	2,208726451
As cooperativas devem atuar na educação de seu associado de forma a desenvolver o cooperativismo e criar pessoas mais solidárias e participativas	2,44615385	1,882910498
A cooperativa deve se preocupar em prover serviços para os associados e essa história de educação não traz retornos, é só perda de tempo	3,5019305	2,252259016
Tenho conhecimento do meu saldo em quotas e da distribuição das sobras que a cooperativa realiza anualmente	2,78461538	1,905021267
A existência de mais de uma cooperativa financeira na cidade enfraquece o cooperativismo	3,59230769	2,283721659
Investir na comunidade não é uma prioridade da cooperativa. Ela deve atender só as necessidades dos associados	3,52307692	2,183530437
As cooperativas devem desenvolver projetos em parceria com a comunidade com o intuito de proteger o meio ambiente, incentivar a educação, prevenir doenças, etc	2,68320611	1,924540157
Acredito que se a Cooperativa tiver sobra expressiva, como associado terei um ganho expressivo, afinal sou dono	2,69731801	1,783566137
As ações adotadas pela cooperativa para divulgar o cooperativismo NÃO são eficientes e eficazes. Precisam ser melhoradas urgentemente	3,9766537	2,038554101
Considero-me um associado que defende o Cooperativismo	2,51153846	1,743122597
Me associei a Cooperativa porque ela tem na média dos produtos e serviços um custo mais barato que os bancos	2,83846154	1,780650379
Se a Cooperativa de Crédito sair da minha cidade teremos perdas sociais impactantes	2,65384615	1,922078743
Acredito que a Cooperativa deveria ter produtos mais baratos que os bancos	2,42412451	1,801443028
É visível as ações sociais que a Cooperativa promove	2,81007752	1,774981557
Conheço a filosofia do Capitalismo, pontos fortes e fracos	3,0078125	1,909711378
Conheço a filosofia do Socialismo, pontos fortes e fracos	3	1,811422093
Acredito que o Cooperativismo é um sistema que absorve as melhores qualidades do Capitalismo e do Socialismo	2,81782946	1,662633494
O Sistema Capitalista está ultrapassado	3,42635659	2,006895482
É viável um sistema focado apenas no dar e não no produzir	3,82239382	2,401412791
Acredito que minha Cooperativa deve ter preços iguais aos Bancos	3,32818533	2,121415579
Quanto mais sobras a Cooperativa atingir, mais será investido em minha comunidade	2,74615385	1,802236013
Trabalho para que a minha Cooperativa alcance cada vez mais sobras	2,57142857	1,713408783
Para desenvolver projetos sociais é preciso dinheiro	2,66023166	1,813066684
Conheço projetos da minha Cooperativa que contribuem com a Educação	2,95019157	1,881440212
Conheço projetos da minha Cooperativa que melhoram a segurança de minha cidade	3,29182879	1,995221675
Conheço projetos da minha Cooperativa que fortalecem a rede de saúde do meu município	3,15116279	1,87249667

Nada mudaria em minha região se não tivesse as cooperativas financeiras	3,60392157	2,351909995
Meu conhecimento sobre os produtos das Instituições financeiras é elevado	3,09266409	1,79769023
Se a Cooperativa oferecer preços iguais aos outros bancos, terei 100% de minha movimentação com ela	2,75095785	1,873717264
Confio na administração de minha Cooperativa	2,61389961	1,773392887
Sei o que é um estatuto social	2,78378378	1,938883931
Como sócio, conheço o estatuto de minha Cooperativa	2,79766537	1,825897253
Sei o momento de trazer minhas contribuições para a minha Cooperativa	2,67322835	1,639287844
Acredito que minha Cooperativa Financeira está no caminho certo	2,71814672	1,806989777
Conheço a história de minha Cooperativa Financeira	2,81467181	1,856378327
A Cooperativa deve investir em projetos para desenvolver economicamente minha região	2,46511628	1,786444904
Defendo minha Cooperativa em qualquer esfera	2,65637066	1,743667378
Acredito que trabalhando com a Cooperativa, estou transformando positivamente minha região	2,57142857	1,660564688
Acredito que o Cooperativismo é uma solução ao Capitalismo e ao Socialismo	2,77307692	1,61748594

Tabela 3: Dados dos cálculos

Fonte: Dados da pesquisa

A afirmação que recebeu maior concordância média dos entrevistados é: Acredito que a Cooperativa deveria ter produtos mais baratos que os bancos. Nessa linha, na época, presidente do Banco Central do Brasil, Ministro Alexandre Tombini em depoimento no dia 28/02/2012, no lançamento da Agenda Legislativa do Cooperativismo em Brasília/DF manifestou-se da seguinte forma, onde há presença forte do cooperativismo, há uma tendência de as tarifas financeiras e as taxas dos empréstimos serem menores do que nos municípios onde o cooperativismo de crédito não está presente.

Já a menor concordância está na afirmação; As cooperativas não devem ser controladas pelos associados, pois eles NÃO têm conhecimento para realização do controle democrático. Aqui trata-se de um dos valores do Cooperativismo que é a Democracia, onde a uma relação com o direito do associado de participar a vida da cooperativa, especialmente pela palavra e pelo voto, repercutindo em respeito as decisões majoritárias, é pela democracia que se exerce a cidadania nas cooperativas.

Ficando sinalizado para essa Tese o diferencial de ter produtos mais baratos que os bancos e que os cooperados entendem que devem de fato controlar a cooperativa. Essas afirmações apresentam respectivamente os seguintes desvios

padrões 1.8 e 2.2. Essas afirmações apresentam respectivamente uma dispersão nas respostas de 1.8 e 2.2, que é o seu desvio padrão.

A afirmação que teve o menor desvio padrão é: Acredito que o Cooperativismo é uma solução ao Capitalismo e ao Socialismo, com uma média de concordância de 2,77 dos cooperados.

O fato de ter o menor desvio padrão significa que existe um maior entendimento sobre esse item. Cito aqui, pronunciamento na cerimônia de abertura do Rio Cooperativo 2000(04/2012) efetuado pelo ex Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, “ A cooperativa, como uma empresa, caracteriza-se por aliar diretamente, na mesma organização cooperativa, dois aspectos fundamentais do desenvolvimento sustentável: a racionalidade econômica e o sentido da solidariedade social. Um híbrido de empresa e organização do terceiro setor, uma empresa com o coração”.

Se observado os questionamentos efetuados aos cooperados, será possível verificar que buscou-se verificar qual o entendimentos que os mesmos possuem do cooperativismo, e aqui deve-se ressaltar que pela complexidade de tal sistema, muitos cooperados participam das cooperativas sem ter o real entendimento desse sistema, visto que muitos cooperados nem sabem que podem tornar-se presidentes de sua Cooperativa. Buscou-se também gerar reflexão aos cooperados sobre a estrutura de uma cooperativa financeira e seu objetivo como uma entidade que atua de forma coletiva, com a finalidade de viabilizar um empreendimento e retornando aos seus associados o seu excedente.

A discussão dessa tese, ao final é sobre o excedente, que são as sobras, onde deve ser discutido mais aonde e de que forma os cooperados desejam ter os seus retornos.No questionário aplicado, fala-se em saúde, educação,segurança e projetos sociais, que são os pilares de nossa sociedade, verifica-se grande concordância mas também, gera-se uma dúvida na afirmação que diz que “Nada mudaria em minha região se não tivesse as cooperativas financeiras “.

A reflexão a fazer aqui é a seguinte, será que as pessoas tem clareza do potencial das cooperativas financeiras? Afinal, a cooperativa tem sido um instrumento de maior igualdade social ?

Busca-se trazer luz para esse assunto, principalmente quando sugere-se uma nova forma de utilização das sobras das cooperativas.

Mas cabe aqui uma reflexão, as sobras ou perdas só ocorrem após a operação, então o primeiro passo, é ter cooperados esclarecidos, entendendo de fato todo o ciclo da operação, aos Diretores das cooperativas, a obrigação de dar esclarecimento e instrução aos seus sócios, pois quanto mais esclarecidos, mais tendem a operar e gerar resultados, junto com isso, haverá mais questionamentos em busca de uma empresa sólida e democrática.

Ponto positivo junto as cooperativas, tem sido a gradativa implantação da Governança Corporativa, onde os Conselhos de administração passam a ter um foco maior na estratégia do negócio, inclusive olhando para assuntos que estamos tratando nessa tese e indicam Diretores Executivos, na qualidade de órgão estatutário para uma vez aprovados em Assembléia Geral, serem os responsáveis pela parte de Execução das Estratégias definidas pelo Conselho.

Com média de 2,97, houve sinalização positiva dos cooperados quando afirmado “Abriria mão das sobras que tenho direito para que esse valor fosse investido em projetos sociais”, com isso, além dos ganhos diretos dos cooperados na operação, por operarem com um custo mais barato que o Mercado Financeiro em geral, haveria o ganho indireto, e aqui cabe ressaltar, atualmente a maior parte das cooperativas distribui as sobras proporcional a movimentação dos cooperados e não em Projetos Sociais.

Quando fala-se em projetos sociais, é necessário entender, que isso está voltado a estratégia de cada cooperativa, por exemplo, uma Cooperativa de Crédito que tem seus pilares focados em atender o público alvo do segmento da saúde, Médicos, Enfermeiros, Hospitais, Planos de Saúde e outros, irá investir esse recurso nessa área, com revitalização de hospitais por exemplo, ações que venham a melhorar a condição de trabalho dos médicos e o atendimento dos pacientes.

Já uma Cooperativa de Crédito com foco em atender Professores e demais áreas ligadas diretamente a Educação, podem investir em projetos sociais, como a reestruturação da Metodologia e aplicabilidade da atual forma de se educar, investindo na formação dos professores e tendo ganho direto no aprendizado dos alunos.

Assim mesmo, poderia ser discorrido sobre ações na área de segurança e é importante observar que muitas cooperativas de financeiras são de livre admissão, atendendo diversos segmentos de públicos e não um nicho específico, a essas, as possibilidades de ações são muito mais amplas, que vão desde a criação de um

caminhodromo, até investimentos em camaras de segurança nas cidades para aumentar a qualidade de vida da população em geral.

Observe que são questões estruturantes, que na medida em que esse recurso não volta ao cooperado de forma individualizada e sim coletiva, tem-se uma solução onde não depende-se mais tanto do Estado para entregar beneficios a população.

Uma questão que certamente será levantada é o fato de alguns cooperados questionarem o fato de entregar as suas sobras individuais para o grupo, onde terá cooperados que contribuíram de forma pouco significativa com o resultado e terão direito aos projetos sociais que será destinado o recurso. Cabe reforçar que a cooperativa une o capitalismo com o socialismo, onde de fato nesse caso, tem-se uma distribuição de renda, não levando em consideração a contribuição de cada cooperado.

Porém, como já citado, tudo começa na base e aqui algumas reflexões, observe que os cooperados sabem o que é o Estatuto, mas na média quando a pergunta é voltada para a sua Cooperativa, esse indicador mostra diminuição ou seja, muitos desconhecem a finalidade e objetivo fim de sua cooperativa, assim como seus Direitos e Deveres como associado.

Quando o assunto tratado é assembléia, os cooperados devem distinguir momentos onde haverá deliberação sobre algum assunto, de momentos onde será efetuado apenas explanação, ou seja, o ponto mais importante aqui é ter clareza sobre o que está votando, muitas vezes, ainda observa-se votos sem a ciência de seu impacto. Cabe ressaltar que o papel do Conselho de Administração, junto com seus Diretores Executivos, se houver, esclarecer esse aspectos.

Cabe ressaltar a importância de um olhar coletivo quando tratamos de cooperativas. Muitas vezes as individualidades não permitem um olhar mais amplo dos assuntos a serem discutidos, todos sabemos que cada ser humano possui suas particularidades e quando tratamos de finanças isso fica mais evidente, por exemplo, o cooperado que é aplicador, tende a querer o maior juro para o seu investimento, já o cooperado tomador de crédito, certamente irá exigir o menor juro a ser pago, dito isso, o importante é sempre ter um olhar coletivo e não individualizado dentro das cooperativas.

Por fim, a afirmação “Se a Cooperativa oferecer preços iguais aos outros bancos, terei 100% de minha movimentação com ela” gera a seguinte reflexão, se

não tem custo maior em operar com a Cooperativa e os benefícios diretos são iguais aos bancos comerciais, não faz sentido gerar resultado que não seja para o próprio cliente. Eis aqui um círculo vicioso, uma vez que entendido isso, a tendência será aumentar o quadro de cooperados e fidelizar os que já existem pois, nas cooperativas haverá o retorno das sobras que não tem nos bancos.

4.3 Teste de cronbach

Mede a correlação entre respostas em um questionário através da análise das respostas dadas pelos respondentes, apresentando uma correlação média entre as perguntas. O coeficiente α é calculado a partir da variância dos itens individuais e da variância da soma dos itens de cada avaliador de todos os itens de um questionário que utilizem a mesma escala de medição.

Com o intuito de validar a confiabilidade e consistência interna das variáveis e os resultados obtidos, foi realizado o teste do Alfa de Cronbach geral. Conforme especifica Malhotra (2012), valores acima de 0,800 indicam alta confiabilidade da escala utilizada para mensuração do constructo, o que se aplica ao caso da pesquisa (0,95) conforme a Tabela 4.

De um modo geral, um instrumento ou teste é classificado como tendo fiabilidade apropriada quando o α é pelo menos 0,70 (NUNNALLY, 1978). Contudo, em alguns cenários de investigação das ciências sociais, um α de 0,60 é considerado aceitável desde que os resultados obtidos com esse instrumento sejam interpretados com precaução (DEVELLIS, 1991).

Estatísticas de confiabilidade		
Alfa de Cronbach	Alfa de Cronbach com base em itens padronizados	N de itens
,950	,954	50

Tabela 4: Estatísticas de confiabilidade

Fonte: Dados da pesquisa

Com um resultado superior a 0,9 é possível assegurar a confiabilidade do estudo, no constructo onde consta as respectivas médias e desvio padrão, de acordo com os valores máximos estipulados para as questões.

Com o intuito de testar a existência de diferenças de médias entre os grupos para cada variável, foi utilizado o Lambda de Wilks que, segundo Fávero et al. (2009), é importante ressaltar que esta função discriminante é utilizada como um meio de facilitar a interpretação dos parâmetros das variáveis explicativas e deve variar de 0 a 1, para esta análise conforme pode ser observado no Tabela 5, obteve-se um resultado de 0,427 indicando, apesar do contraste de significância estatística e prática, que a função é significativa.

Lambda de Wilks			
Lambda de Wilks	Qui-quadrado	df	Sig.
,427	124,306	4	,000

Tabela 5: Lambda de Wilks
Fonte: Dados da pesquisa

4.4 Correlações

A associação entre duas variáveis poder ser de dois tipos: correlacional e experimental. Numa relação experimental os valores de uma das variáveis são controlados pela atribuição ao acaso do objeto sendo estudado e observando o que acontece com os valores da outra variável. Por exemplo, pode-se atribuir dosagens casuais de uma certa droga e observar a resposta do organismo; pode-se atribuir níveis de fertilizante ao acaso e observar as diferenças na produção de uma determinada cultura. No relacionamento correlacional, por outro lado, não se tem nenhum controle sobre as variáveis sendo estudadas. Elas são observadas como ocorrem no ambiente natural, sem nenhuma interferência, isto é, as duas variáveis são aleatórias. Assim a diferença entre as duas situações é que na experimental nós atribuímos valores ao acaso de uma forma não tendenciosa e na outra a atribuição é feita pela natureza¹⁸.

Em nosso estudo tratamos da correlação, a análise fatorial foi realizada também entre os constructos a fim de por meio da metodologia de componentes principais reorganizar as questões mais pertinentes no que diz respeito ao estudo e simplificar a análise também por meio da técnica de correlação entre as variáveis.

¹⁸ <<http://www.pucrs.br>>.

A matriz completa de correlações segue no anexo IV, cabendo aqui uma análise das correlações mais relevantes, sendo optado por descrever as questões que obtiveram correlação acima de 0,8. Sendo elas:

<i>ALTA CORRELAÇÃO</i>	<i>A cooperativa agrega valor para mim e para a sociedade</i>	<i>Gosto de ir às assembleias, sinto que lá posso votar e decidir o futuro da Cooperativa</i>	<i>As cooperativas devem atuar na educação de seu associado de forma a desenvolver o cooperativismo e criar pessoas mais solidárias e participativas</i>	<i>Conheço a filosofia do Capitalismo, pontos fortes e fracos</i>
Os produtos e serviços da Cooperativa são competitivos	0,829643985			
Meu voto é muito importante e por isso eu participo ativamente das atividades da cooperativa	0,528550403	0,809648327		
Conheço a filosofia do Socialismo, pontos fortes e fracos	0,578200386	0,426241343	0,428827043	0,881171423
Conheço a história de minha Cooperativa Financeira	0,727101676	0,276392833	0,822301124	0,463339648

Quadro 8: Matriz de correlações

Fonte: Dados da pesquisa

“A cooperativa agrega valor para mim e para a sociedade x Os produtos e serviços da Cooperativa são competitivos”

Os cooperados observam que os produtos e serviços da cooperativa são competitivos e por esse motivo agregam valor individual e para a sociedade.

Nesse ponto é pertinente lembrar que nas cooperativas financeiras os produtos e serviços são destinados para os próprios donos, os associados, ao ponto que em na atividade clássica bancária o usuário é um terceiro, estranho a empresa. A relação em um banco jamais passará de cliente, independente da importância e exclusividade do interessado, já na cooperativa, independente da reciprocidade a relação será sempre de proprietário.

Atente que em um banco tradicional, o cliente deverá gerar resultado para os assionistas, ou seja, quanto mais pagar de tarifas e taxas para o banco mais rentável para o assionista e certamente, se não der resultado, terá atendimento de péssima qualidade, ao tempo que nas cooperativas não faz sentido ter esse ganho, afinal o cliente é o dono e tirar dele de um lado para devolver em outro, é insano.

Sobre o ganho para a sociedade, as cooperativas possuem uma área de atuação regional, ou seja, captam e aplicam em essência dentro dessa área, o dinheiro não é investido em outros locais, uma vez redistribuídos, geram renda e aumentam o poder aquisitivo da população, que passa a ter maior consumo nas

empresas, como esse aumento de venda, essas empresas tendem a abrir novas vagas de trabalho, principalmente para o público mais jovem. Junto com esse aumento de vendas, aumenta a arrecadação de impostos pelo poder público, dando condição de efetuar melhorias na infraestrutura e outros projetos de desenvolvimento. Enfim existe aí um círculo virtuoso, que gera melhor qualidade de vida onde estão instaladas as cooperativas financeiras.

Ainda olhando para a sociedade, as cooperativas não deixam em desamparo as pequenas comunidades e as classes de menor renda, prova disso é que em 31/12/2013, segundo Menin e Port na página 54 de seu livro Cooperativismo Financeiro, afirmam que 564 remotas cidades brasileiras tinham apenas uma cooperativa financeira instalada atendendo a população.

Nos dizeres de Henrique Meirelles, como ex presidente do Banco Central “ a importância do cooperativismo de crédito para a economia brasileira baseia-se no binômio concorrência e inclusão social¹⁹.

As cooperativas são importante pela diluição do crédito, como exemplo, no ano de 2013 foram liberados 74,4 Bilhões de Reais para operações de custeio agrícola, onde o setor foi responsável pela liberação de aproximadamente ¼ dos contratos, já o sistema bancário tradicional privado representou 13% do total de contratos efetuados.

“Gosto de ir às assembleias, sinto que lá posso votar e decidir o futuro da Cooperativa x Meu voto é muito importante e por isso eu participo ativamente das atividades da cooperativa”.

Os cooperados mostram que estão cientes que a sua participação na Assembleia com o seu voto pe o momento alto do Cooperativismo, onde cada associado representa um voto e de forma democrática pode decidir o futuro da cooperativa.

A Assembleia difere principalmente levando em consideração o tamanho das cooperativas. O ideal é que todos os cooperados participassem das assembleias mas isso não ocorre. Cooperativas maiores dividem seus cooperados em núcleos, elegendo delegados para representá-los. A criação de núcleos permite maior participação dos associados e é também mais justa e democrática, visto que na assembleia geral estão representadas as opiniões de todos os associados.

¹⁹ Revista Sicoob Goiás/Tocantins, edição de outubro/2007.

Como sociedade de pessoas, a vida de uma cooperativa tem por base o processo democrático, a participação e a tomada de decisão pela maioria do quadro social.

Em uma cooperativa, o associado exerce 3 funções distintas: ele é ao mesmo tempo dono, investidor e usuário da instituição.

Em documento do BACEN sobre governança lê-se “ a participação dos associados nas assembleias deve ser avaliada tanto quantitativamente, ou seja, pelo número de associados presentes, quanto qualitativamente, pela sua contribuição ao debate, as deliberações e as tomadas de decisões²⁰.

A Assembléia Geral é o órgão supremo da cooperativa, todos os esforços devem ser despendidos para que haja efetiva participação dos associados e a representação substantiva dos diversos grupos que compõe.

A falta de participação nas assembleias foge ao espírito cooperativista e pode representar risco a organização. É direito e obrigação fundamental dos proprietários definir os objetivos de sua organização.

“As cooperativas devem atuar na educação de seu associado de forma a desenvolver o cooperativismo e criar pessoas mais solidárias e participativas x Conheço a história da minha Cooperativa Financeira”.

O quinto princípio cooperativista é: Educação, formação e informação. As cooperativas devem promover a formação de seus associados, funcionários e dirigentes acerca do cooperativismo para que juntos possam construir e manter uma instituição sólida. Além disso, essas ações contribuem para uma nação mais justa.

Um exemplo pode ser a preparação de seus funcionários, oferecendo cursos de aperfeiçoamento e finanças. Isso garante a sustentabilidade da instituição seguindo os valores e preceitos do cooperativismo e deixando claro todos os benefícios de fazer parte do movimento. Além disso, são essas ações que o designam “cooperativa”. O investimento midiático para disseminar informações sobre o cooperativismo de crédito também é outro ponto dentro do quinto princípio cooperativista.

As regras de conduta originais dos Pioneiros de Rochdale publicadas no almanaque anual dos Pioneiros impunham: “que uma percentagem definida dos benefícios seja alocada à educação”. O compromisso com a educação faz parte dos

²⁰ <http://www.bcb.gov.br/Pre/microFinancas/coopcar/pdf/livro_governanca_cooperativa_internet.pdf>.

princípios fundamentais do movimento cooperativo desde a sua primeira formulação. Para dar os seus frutos, a educação cooperativa deve ser adaptável e estar sempre de acordo com o seu fim principal, a saber, desenvolver uma melhor compreensão da natureza e das vantagens da cooperação, hoje e amanhã.

Quando as cooperativas se exoneram da responsabilidade de fornecer aos seus membros, dirigentes eleitos, seus gestores e funcionários, a educação e a formação necessárias, fazem-no correndo riscos e perigos. É uma atividade essencial, porque determinante para o sucesso e viabilidade de qualquer empresa cooperativa.

A “educação” consiste em compreender os Valores e Princípios cooperativos e saber como aplicá-los nas atividades quotidianas de uma empresa cooperativa. Engloba igualmente a educação mais geral oferecida aos membros para favorecer o seu desenvolvimento social. A educação cooperativa implica estimular intelectualmente os membros, dirigentes eleitos, gestores e empregados a fim de que eles compreendam toda a complexidade e riqueza da filosofia e da prática cooperativas, e do impacto das cooperativas na sociedade.

A “formação” consiste em desenvolver as competências práticas que os membros e empregados necessitam ter para fazer funcionar uma cooperativa com práticas eficientes e éticas, e gerir os negócios da cooperativa de modo democrático, responsável e transparente. Em todas as cooperativas, a formação dos empregados e dirigentes eleitos é igualmente necessária para conduzir os assuntos da cooperativa de maneira eficiente numa economia concorrencial.

A “informação” corresponde à obrigação de assegurar que o público em geral, em “particular os jovens e os líderes de opinião”, saiba o que é uma empresa cooperativa. A transmissão do saber pela informação não é, nem um exercício de promoção de uma cooperativa ou dos serviços que ela fornece, nem de propaganda. É uma obrigação de informar o público em geral sobre os valores e princípios que estão na base da empresa cooperativa, e sobre as mais vastas vantagens que a empresa cooperativa traz à sociedade. No mundo inteiro, as cooperativas que negligenciam essa responsabilidade são muito numerosas. Sem educação, sem informação e sem formação, as pessoas não podem apreciar, nem apoiar, o que não compreendem.

A empresa socialmente responsável investe recursos financeiros, tecnológicos e de mão-de-obra em projetos comunitários de interesse comum.

Costuma ser reconhecida pela sua atuação na área social e ganha a confiança, o respeito e a admiração dos consumidores. A responsabilidade social aplicada representa o compromisso contínuo da empresa com seu comportamento ético e com o desenvolvimento econômico, a qual busca melhorar a qualidade de vida de seus colaboradores, de suas famílias, da comunidade local, fato que beneficia a sociedade como um todo.

Considera-se que empresas socialmente responsáveis, envolvidas em projetos voltados para a valorização do ser humano ou para a preservação do meio ambiente, sejam valorizadas pela opinião pública. Com isto, nota-se a tendência de que cada vez mais rápido e em maior número as empresas se mostrem e de fato se tornem cada vez mais responsáveis, cujo comportamento empresarial pode ser percebido por meio do Balanço Social publicado, e também pela divulgação nos meios de comunicação.

Existe um apelo por parte dos cooperados em investir em educação para desenvolver a sua região.

“Conheço a filosofia do Capitalismo, pontos fortes e fracos x Conheço a filosofia do Socialismo, pontos fortes e fracos”.

Por fim, demonstra-se alta correlação entre os respondentes dos questionamentos sobre o Capitalismo e Socialismo.

Provavelmente um milhão de livros foram escritos sobre as diferenças entre o Capitalismo e o Socialismo. O resumo é mais ou menos que socialismo é bom, capitalismo é ruim, ou vice versa dependendo do interlocutor, porém olhando para a correlação, é possível observar semelhanças.

Poucos jovens brasileiros aprendem que o socialismo moderno precisa de tanto Capital quanto o Capitalismo. Uma fábrica socialista também precisa de tornos mecânicos, computadores e sistemas elétricos que custam e necessitam de capital.

Hospitais socialistas também precisam de ressonâncias magnéticas, leitos que precisam de capital, e de poupança prévia, para serem construídos.

Portanto, os dois regimes são essencialmente Capitalistas.

Ambos precisam gerar poupança e capital para funcionarem. A época que só precisávamos de uma Foice e um Martelo para produzir é da época de Adam Smith.

Ambos portanto são sistemas Capitalistas, necessitam de acumulação de capital para investir e produzir bens públicos, aqueles que todos podem comprar.

4.5 Análise discriminante

A análise discriminante é uma técnica da estatística multivariada utilizada para discriminar e classificar objetos. Segundo Khattree e Naik (2000) é uma técnica da estatística multivariada que estuda a separação de objetos de uma população em duas ou mais classes.

A discriminação ou separação é a primeira etapa, sendo a parte exploratória da análise e consiste em se procurar características capazes de serem utilizadas para alocar objetos em diferentes grupos previamente definidos.

A classificação ou alocação pode ser definida como um conjunto de regras que serão usadas para alocar novos objetos (JOHNSON; WICHERN, 1999).

Contudo, a função que separa objetos pode também servir para alocar, e, o inverso, regras que alocam objetos podem ser usadas para separar. Normalmente, discriminação e classificação se sobrepõem na análise, e a distinção entre separação e alocação é confusa. Segundo Regazzi (2000) o problema da discriminação entre dois ou mais grupos, visando posterior classificação, foi inicialmente abordado por Fisher (1936). Consiste em obter funções matemáticas capazes de classificar um indivíduo X (uma observação X) em uma de várias populações π_i , ($i=1, 2, \dots, g$), com base em medidas de um número p de características, buscando minimizar a probabilidade de má classificação, isto é, minimizar a probabilidade de classificar erroneamente um indivíduo em uma população π_i , quando realmente pertence a população π_j , ($i \neq j$) $i, j=1, 2, \dots, g$.

Ao efetuar a análise discriminante e correlacionar os questionários, buscou-se definir a pergunta centro dessa Tese e assim identificar as variáveis que tivessem uma associação alta com essa afirmação. Foi definida a afirmação “SINTO A DIFERENÇA ENTRE COOPERATIVA E BANCO” para efetuar a análise discriminante obteve-se os resultados do quadro 9 e 10.

Coeficientes de funções discriminantes canônicas padronizados	Função
	1
A cooperativa agrega valor para mim e para a sociedade	,843
Acredito que a Cooperativa deveria ter produtos mais baratos que os bancos	,513
Acredito que trabalhando com a Cooperativa, estou transformando positivamente minha região	-,481
Acredito que o Cooperativismo é uma solução ao Capitalismo e ao Socialismo	,421

Quadro 9: Coeficientes de funções discriminantes canônicas padronizados

Fonte: Dados da pesquisa

Coeficientes de função discriminante canônica	Função
	1
A cooperativa agrega valor para mim e para a sociedade	,565
Acredito que a Cooperativa deveria ter produtos mais baratos que os bancos	,325
Acredito que trabalhando com a Cooperativa, estou transformando positivamente minha região	-,312
Acredito que o Cooperativismo é uma solução ao Capitalismo e ao Socialismo	,288
(Constante)	-2,215

Quadro 10: Coeficientes de função discriminante canônica

Fonte: Dados da pesquisa

Foi possível destacar quatro afirmações que possuem correlações destacadas com a afirmação de Sentir diferença em operar com Cooperativa ou Banco.

A cooperativa agrega valor para mim e para a sociedade:

Nessa variável, observa-se que os cooperados possuem o ganho direto da operação com juros e produtos com custos mais baixos, os cooperados afirmam que a cooperativa lhe agrega valor e isso é algo significativo para buscar a fidelização, uma vez que alguém sentindo que esta absorvendo ganho de determinada empresa, procura continuar operando com a mesma, sendo o inverso, também uma verdade.

Acredito que a Cooperativa deveria ter produtos mais baratos que os bancos:

Algo que os cooperados afirmam como impactante na diferença entre operar com Bancos e as Cooperativas de crédito é pelo fato de os produtos serem mais baratos.

Acredito que trabalhando com a Cooperativa, estou transformando positivamente minha região:

Esta afirmação deu uma relação inversa, ou seja, os mesmos cooperados não percebem que a cooperativa transforma positivamente a região, essa variável não diferencia as cooperativas dos bancos, sendo necessário um trabalho nesse quesito para demonstrar esse impacto. Observa-se aqui o grande ganho dessa tese, que irá sugerir uma forma de os cooperados avaliar que trabalhando mais com a cooperativa, transforma-se positivamente a região onde ela está inserida.

Acredito que o Cooperativismo é uma solução ao Capitalismo e ao Socialismo:

Os cooperados, acreditam no Cooperativismo como uma solução para a atual estrutura do sistema financeiro dos bancos, demonstrado pelo Capitalismo.

Por fim, ao avaliar a correlação das respostas, verificamos que o ponto chave dessa tese aparece na questão que apresentou a relação inversa, onde os cooperados não percebem impacto das cooperativas para transformar positivamente a região, mesmo sentindo ganho por ter custo de produtos mais baratos.

4.6 Proposta

Essa tese sugere que as sobras da cooperativa não sejam devolvidas proporcionalmente as operações dos cooperados e sim que utilize-se esse recurso para investir em projetos sociais na área de educação, saúde e segurança causando a transformação positiva na região que os cooperados não percebem atualmente.

Isso ficou evidenciado na análise discriminante, quando afirmado: Acredito que trabalhando com a Cooperativa, estou transformando positivamente minha região, ocorreu uma relação inversa, ou seja, os cooperados não percebem que a cooperativa transforma positivamente a região, essa variável não diferencia as cooperativas dos bancos, sendo necessário um trabalho nesse quesito para demonstrar esse impacto.

Abaixo média de três afirmações:

Abriria mão das sobras que tenho direito para que esse valor fosse investido em projetos sociais	2,97348485
As cooperativas devem desenvolver projetos em parceria com a comunidade com o intuito de proteger o meio ambiente, incentivar a educação, prevenir doenças, etc	2,68320611
A Cooperativa deve investir em projetos para desenvolver economicamente minha região	2,46511628

Quadro 11: Média de três afirmações
Fonte: Dados da pesquisa

Observe que no questionário, 1 significa que o respondente concorda plenamente e 7 discorda totalmente, médias abaixo de 3 demonstram significativa aceitação as afirmações, nesse caso que gerem maiores investimentos em projetos juntos a sociedade.

Para que uma cooperativa tenha sucesso, deverá atender as necessidades de seus cooperados gerando resultado positivo, que lhe garanta prosperar.

Segundo a legislação, as cooperativas são beneficiadas com isenção de alguns tributos, ao tempo que também lhes é exigido que tragam retorno aos seus cooperados. Ao aprofundar-se na legislação, constata-se que as cooperativas precisam destinar de seu resultado, 15% para dois fundos, o Fundo de Reserva e o Fates, conforme descrito no referencial teórico. Ficando disponível para utilização 85% do resultado do exercício para a análise e destino dos conselhos de administração, para o autor, deve haver a destinação de um recurso para que a Cooperativa reinvesta no negócio, atingindo no máximo os outros 35%. A grande contribuição dessa tese está na orientação de como fazer o rateio dos outros 50% disponíveis das sobras. Onde por hábito, tem-se dividido entre os cooperados, de forma proporcional a sua operação, mas conforme autorizado por lei, pode ser aprovado por assembleia, outras formas de distribuição desse recurso. Para o autor, o grande diferencial das cooperativas seria utilizar esse recurso das sobras em projetos sociais que atendam a todos os cooperados e se possível o restante da sociedade, focados em educação, saúde e segurança, que são os pilares da sociedade moderna.

Atualmente o fato de distribuir as sobras de forma proporcional a movimentação, faz com que quem tem uma condição financeira menor, receba sempre uma parcela menor e quem já possui uma estrutura financeira mais robusta, terá um retorno maior de sobras se operar com a cooperativa, gerando cada vez mais diferenças sociais.

Se esse recurso não fosse dividido de forma individual e sim colocado em projetos sociais como compra de veículos para o Policia Civil ou Militar, investimento em centros cirúrgicos de hospitais, qualificação de professores e metodologia das escolas, todos beneficiaram-se da divisão do recurso da mesma forma, havendo distribuição de renda e gerando mais impacto as ações da cooperativa para a sociedade.

O fato é que o retorno de forma individualizada não irá gerar avanços, pois ele não representa volume elevado se observado a proporção dos negócios efetuados por esses cooperados, já nos projetos, pela soma do recurso, geraria grande impacto.

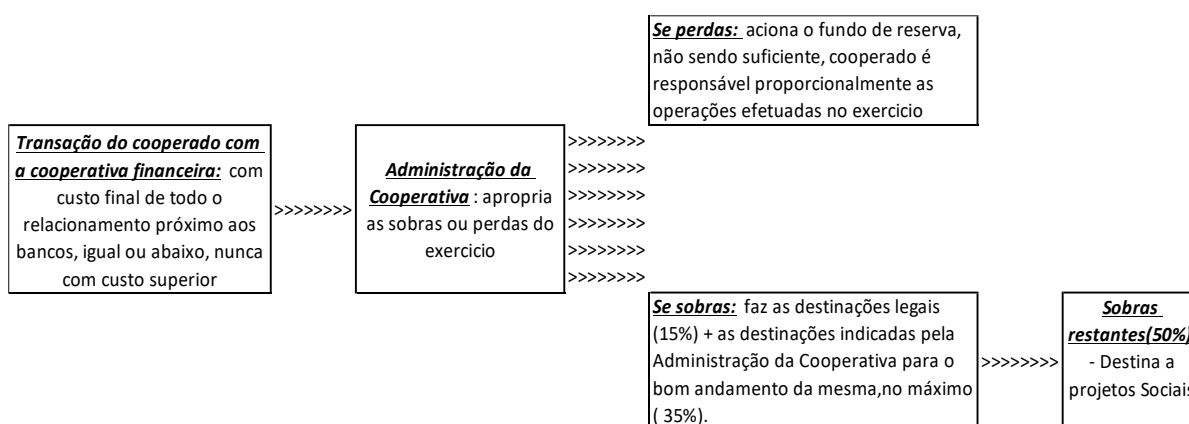
Uma cooperativa em sua operação já é capitalista por necessidade, afinal competir com outras instituições mercantilistas não lhe dá margem para análises que não sejam totalmente focadas no resultado, do contrário, o empreendimento não

será viável financeiramente, porém, quando olharmos a essência do cooperativismo, ele também deve atender as demandas Sociais, e é esse equilíbrio que pode apresentar uma solução a nossa economia com divisão de renda.

A quem diga, mas, seu eu gerei mais resultado com minhas operações, terei que receber mais por isso, essa tese defende que não, que mesmo não recebendo mais por isso, esse cooperado irá avaliar o mercado e ver que entre operar com o sistema tradicional e as cooperativas, não haverá diferença em seu custo de operação, as taxas e tarifas serão muito próximas, mais que isso, com base em dados do Banco Central e a percepção dos cooperados nessa Pesquisa, demonstra que paga-se menos por operar com as cooperativa. A diferença é que na cooperativa haverá os ganhos para a sociedade citados acima, com isso o autor entende que o cooperado não irá deixar de trabalhar com a cooperativa, visto que aqui ainda terá um diferencial indireto.

Em outra ponta, a cooperativa começara a mostrar para a sociedade as ações que está desenvolvendo e por óbvio que, quem ainda não trabalha com ela verá que não faz sentido operar com uma instituição que não seja cooperativa, pois lá o retorno irá para o banqueiro e aqui ficará para a sociedade.

Abaixo quadro que simboliza a proposta dessa tese:



Quadro 12: Proposta
Fonte: Próprio Autor

CONCLUSÃO

O trabalho teve como objetivo geral demonstrar os diferenciais competitivos que um associado possui por trabalhar com uma cooperativa de crédito comparado com uma Instituição financeira não cooperativa na visão dos cooperados, dessa forma foi efetuada uma pesquisa de campo com mais de 400 pessoas, cooperadas ou não de sistemas Cooperativistas financeiros, e aplicou-se um questionário com 50 afirmações, dando ao entrevistado a opção de concordar ou não com tais afirmações.

Após concluída pesquisa de campo, buscou-se avaliar os resultados, onde foi possível observar que os cooperados em sua maioria percebem ganho financeiro por operar com a cooperativa pelo fato dela ter produtos e serviços mais baratos que os Bancos, ao mesmo tempo que quando questionados se acreditam que estão transformando positivamente a região por trabalhar com a Cooperativa, na análise discriminante, foi possível observar uma relação inversa, ou seja, não sentem diferença em operar com um banco ou uma Cooperativa nesse quesito.

Com base nisso, essa tese buscou trazer os conceitos mais atuais do Cooperativismo para discussão, a fim de verificar a estratégia que as cooperativas utilizam para a distribuição de seus resultados e propor algo inovador para o sistema Cooperativista. A sugestão é que não ocorra nenhuma distribuição de sobras de forma individual aos cooperados e sim, que todo o recurso seja destinado a projetos sociais que beneficiem a comunidade onde essas cooperativas estão inseridas.

Concluo que o objetivo dessa tese foi atingido, principalmente pelo fato de que uma das hipóteses era de que os cooperados não percebem a diferença de operar com uma Cooperativa ao comparar-se com um Banco. A pesquisa revelou

algo diferente da hipótese apresentada, visto que os cooperados já observam ganho financeiro por operar com as instituições Cooperativistas, porém, demonstrou que não há percepção por parte dos cooperados do ganho social de uma cooperativa.

Por fim acredito que como sugestão de estudos futuros, fica a forma de como organizar o gerenciamento desses projetos sociais que teriam recurso das cooperativas, visto que é necessário criar papéis e responsabilidades para conduzir essas ações a fim de colher os resultados desejados, sendo que, entendo que faz-se necessário envolver o cooperado no processo de gerenciamento dos projetos sociais.

Sem dúvida, uma das principais contribuições desse trabalho é chamar atenção dos Administradores das cooperativas sobre essa falta de percepção de ganho social por parte dos cooperados. Tendo identificado isso, o segundo ganho é a sugestão de utilizar-se as sobras nessa busca, uma vez que esse autor entende que não haverá perda de negócios caso não houver o retorno das sobras de forma individual, ainda, entende que haverá ganho, pois os associados irão visualizar o ganho direto em suas operações, com custos mais baixos e o resultado gerado ainda irá retornar para a sociedade, sendo necessário menos intervenção do governo, por consequência menos custo para o governo, que indiretamente recai sobre a sociedade.

A grande implicação, é demonstrar aos cooperados que possuem valores mais expressivos no atual modelo de divisão de sobras a entender a nova metodologia.

Como estudo futuro, fica o desafio e a forma de organização para rodar os projetos sociais. Afinal se ano após ano a cooperativa der resultado positivo, haverá vários projetos em andamento, entre os questionamentos, quem irá acompanhar e fazer gestão sobre eles?

Possivelmente como a cooperativa deve investir sua estratégia e colaboradores na geração de negócios e resultados, caberá aos próprios cooperados fazer a gestão desses projetos, visto que uma vez aprovado por assembleia, a utilização do recurso, faz-se necessária a correta utilização do recurso para haver êxito.

Conforme destaca o ex-presidente da ACI, Roberto Rodrigues, “ o cooperativismo é uma doutrina que visa a corrigir o social pelo econômico. A ferramenta dessa doutrina é a cooperativa.

Já segundo Milton Mesquita, “Cooperativismo e cooperativa são doutrina e sistema, inspirados e louvados em função social, isentos de pretensão especulativa, criados pelo homem com o objetivo de solucionar problemas econômicos ou financeiros. Assim a cooperativa é uma instituição destinada a solucionar, através da conjunção de valores, problemas do grupo componente, podendo perfeitamente, posicionar-se como o econômico e financeiro a serviço do social.

Ainda, Pontes de Miranda afirma, “as pessoas mais se unem em cooperativas não para lucrar, mas sim para que outros não lucrem sobre elas”.

O fato é que se a operação ocorrer com bancos tradicionais e não nas cooperativas, todo o resultado continuará sendo concentrado nas mãos de poucas pessoas. Assim como, com o atual modelo de divisão de sobras das cooperativas ainda ocorre concentração na hora de dividir o resultado, uma vez, que ganha mais quem opera mais. Infelizmente o aposentado com poucos recursos, terá movimentação limitada.

Mas fica aqui a grande reflexão dessa tese apresentada, que sugere a inclusão social através do Cooperativismo Financeiro, atendendo os cooperados Economicamente/Financeiramente e Socialmente.

Cito para finalizar as palavras de Padre José Odelso Schneider, “ as cooperativas são importantes instância de inclusão social, nas comunidades e regiões em que atuam, sendo que estas não possuem um condão mágico para solucionar os problemas sociais, mas sem dúvida são norteadas por princípios e valores que possibilitam o seu funcionamento, movimento esse baseado em solidariedade.

Do investimento a ser efetuado em projetos sociais, concluo sugerindo que observe-se carinhosamente a área da educação, pois pilares sólidos construídos nessa área, irão gerar a mudança positiva que todos queremos.

BIBLIOGRAFIA

ANTONIALLI, L. M. Modelo de gestão e estratégias: o caso de duas cooperativas de leite e café de Minas Gerais. Tese [Doutorado em Administração]. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo. São Paulo: FEA/USP, 2000.

ANDERSON, E. W.; FORNELL, C; LEHMANN, D. R. Customer satisfaction, market share and profitability: findings from Sweden. *Journal of Marketing*, v. 58, n. 3, p. 53-66, 1994.

BALESTRIN, A; VERSCHOORE, J. Redes de cooperação empresarial: estratégias de gestão na nova economia. Porto Alegre: Bookman, 2008.

BARROSO, Marcelo Francini Girão. Distribuição de resultados e desempenho de cooperativas de crédito: estudo comparativo no Estado de São Paulo. [Tese de Mestrado]. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto. São Paulo, 2009.

BERNARDI, Andrea. La diversidad de la organización cooperativa: ideas desde el debate italiano. In: *Economia Solidária e Ação Cooperativa (ESAC)*. v. 1, n. 1 (jul/dez 2006). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2006.

BIALOSKORSKI NETO, S. Agribusiness cooperativo: economia, doutrina e estratégias de gestão. Dissertação [Mestrado em Economia Aplicada]. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba. 1994.

BIALOSKORSKI NETO, S.; MARQUES, P. V.; NEVES, E. M. Agribusiness cooperativo, eficiência e princípios doutrinários. Piracicaba: ESALQ/USP, 1995.

BLOEMER, J. M. M.; KASPER, H. D. P. The complex relationship between consumer satisfaction and brand loyalty. *Journal of Economic Psychology*, v. 16, n. 2, p. 311-329, 1995.

BOESCHE, L. Fidelidade cooperativa: uma abordagem prática. Curitiba, Ocepar, Sescop-PR, 2005.

BONDT, W.; MURADOGLU, G.; SHEFRIN, H.; STAIKOURAS, S. Behavioral Finance: Quo Vadis?, *Journal of Applied Finance*, 19, 7-21, 2008.

BURGIO, Fábio Luiz. Finanças e solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. Tese [Doutorado]. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2006.

DEVELLIS, R. F. Scale development: Theory and applications. CA: SAGE Publications, 1991. Disponível em: <<http://www.sistema-financeiro-nacional.info>>. Acesso em: 19 jan. 2016.

FÁVERO, L. P et al. Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FISHER, R.A. The use of multiple measurements in taxonomic problems. *Annals of Eugenics*, v.7, p.179-188, 1936.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FUNDAÇÃO DOM CARAL. O sistema Financeiro Nacional: parcerias, alianças e inovações. Núcleo Serasa de Inovações em Serviços, 2007.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2008.

GRÖNROOS, C. Marketing: gerenciamento e serviços. Rio de Janeiro. 3. ed. Elsevier, 2009.

HEENE, A.; SANCHEZ, R. Competence-based strategic management. Chichester: John Wiley & Sons, 1997.

JOHNSON, R. A.; WICHERN, D. W. Applied multivariate statistical analysis. 4th ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 1999, 815 p.

KHATTREE, R. & NAIK, D.N. Multivariate data reduction and discrimination with SAS software. Cary, NC, USA: SAS Institute Inc., 2000. 558p

KHAMIS, A. M.; KAMEL, M.S.; SALICHS, M.A.; Cooperation: concepts and general typology. In: Conference Proceedings - IEEE International Conference On Systems, Man And Cybernetics, 2006, Madrid. Proceedings...Madrid, 2007.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. Administração de marketing. 12 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

KOTLER, Philip. Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle. Tradução Ailton Bonfin Brandão 5 ed. São Paulo: Atlas, 1998

LINTNER, G. Behavioral finance: Why investors make bad decisions. 1998.

MAGALHÃES, Maria Henriqueta de. Manual de contabilidade cooperativa. São Paulo: Pioneira, 1972.

MALHOTRA, Naresh K. Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MESQUITA, José Marcos Carvalho de. Estatística Multivariada: Aplicada à Administração. Curitiba: CRV, 2010.

MEINEN, Ênio; PORT, Márcio. Cooperativismo Financeiro, Percurso histórico. Perspectivas e desafios. Brasília: Editora Confabras, 2014.

MEIRELLES, Winston Costa. Porque e como criar cooperativas de crédito nas Forças Armadas: bases teóricas e empíricas que as sustentam. Monografia.

Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Ilhéus, Bahia, 2008. Disponível em: <<http://www.uesc.br>>. Acessado em: 20 jan. 2016

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MOTTA, Fernando C. Prestes; PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; TRAGTENBERG, Mauricio; VENOSA, Roberto; STORCH, Sérgio. Participação e participações. São Paulo: Babel Cultural, 1987.

MINCIOTTI, S.A.; KIYOHARA, J.H. Atenção total ao cliente: “Comitê de Clientes” do Sé Supermercados. In: IV SEMEAD – Seminários em Administração, 1999.

MISHKIN, Frederic S. Moedas, bancos e mercados financeiros. Rio de Janeiro. LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A.2000.

MUSSA, A.; YANG, E.; TROVÃO, R.; FAMÁ, R. Hipótese de Mercados Eficientes e Finanças Comportamentais: as discussões persistem. Revista FACEF Pesquisa, 11(1), 5-17, 2008.

NIYAMA, J. K.; GOMES, A. L. O. Contabilidade de Instituições Financeiras. São Paulo: Atlas, 2000.

NUNNALLY, J. C. Psychometric theory. McGraw-Hill Inc, Nova York, 1978.

OLSEN, R. Behavioral finance and its implications for stock price volatility. Financial Analysts Journal, 1998.

OLIVER, R. L. Satisfaction: a behavioral perspective on the consumer. 2nd edition. New York: McGraw-Hill, 2010.

OLIVEIRA, D.P.R. Manual de gestão da cooperativas: uma abordagem prática. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

OLIVEIRA, Marcos Cavalcante de. Moedas, juros e instituições financeira. Rio de Janeiro, Forense, 2009.

PEREIRA, Anísio Cândido. Contribuição à análise e estruturação das demonstrações financeiras das sociedade cooperativas brasileiras. Tese [Doutorado em Contabilidade]. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 1993.

PERIUS, Vergílio Frederico. Cooperativismo e lei. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2001.

PINHEIRO, Marcos Antonio Henriques. Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil. 6 ed. Brasília: BCB, 2008. 92p. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

PORTER, M. E. Estratégia Competitiva: técnicas para análise de indústrias e da Concorrência. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

_____. Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior. Tradução de: BRAGA, E. M. de P. Rio de Janeiro: Elsevier, 1989.

REGAZZI, A.J. Análise multivariada, notas de aula INF 766, Departamento de Informática da Universidade Federal de Viçosa, v.2, 2000.

RITTER, J. R. Behavioral Finance, Pacific-Basin Finance Journal, 11(4), 429-437, 2003.

RODRIGUES, Roberto. O cooperativismo reconhecido. Revista Globo Rural. fev/2012. Disponível em: <revistagloborural.globo.com/Revista>. Acesso em: 10 jan. 2016.

SANTOS, B. S. (Org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2002.

_____. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SELDEN, G. C. Psychology of the Stock Market: Human Impulses Lead to Speculative Disasters; New York: Ticker Publishing, 1912.

SKINNER, B. F. Science and human behavior. New York: The MacMillan Company, 1953.

SINGER, Paul. Uma utopia militante: repensando o socialismo. Petrópolis: Vozes, 1998.

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002

THALER, R. The end of behavioral finance. Financial Analysts Journal, 1999.

VASCONCELOS, F. C.; CYRINO, A. B. Vantagem competitiva: os modelos teóricos atuais e a convergência entre estratégia e teoria organizacional. Revista de Administração de Empresas, v. 40, n. 1, p. 20-37, out./dez. 2000.

VAVRA, Terry G, Marketing de relacionamentos: como manter a fidelidade de clientes através de relacionamento. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1993.

VEIGA, Sandra Mayrink; RECH, Daniel T. Associações como construir sociedades civis sem fins lucrativos. São Paulo: Editora DP&A, 2001.

VERRI, Lewton Burity. Desenvolvendo o cooperativismo empreendedor. São Paulo: Arte & Ciência, 2009.

ZEFERINO, Bárbara C. G. Cooperação no MST: entre os avanços para a luta dos trabalhadores rurais por transformação social e os limites para a emancipação humana. Dissertação [Mestrado]. Universidade Federal de Alagoas. Maceió/AL, 2010.

ZYLBERSZTAJN, D. Organização de cooperativas: desafios e tendências. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 29, n.3 p. 23-32, julho/setembro de 1994.

**FACULTAD DE CIENCIAS ECONÓMICAS
DE LA UNIVERSIDAD NACIONAL DE MISIONES**

Formulario de autorización para la publicación de Tesis

1. Identificación del material bibliográfico Tesis Doctoral
Tesis Magíster

2. Identificación del documento / autor

Programa de posgrado	Doutorado em Administração
-----------------------------	----------------------------

Área de conocimiento	Gestão Estratégica de entidades Cooperativas
-----------------------------	--

3. Identificación Institucional

Título	COOPERATIVISMO FINANCEIRO: uma avaliação sobre os seus diferenciais competitivos
---------------	--

Autor	VANDO KNOB HARTMANN
--------------	---------------------

Tipo y Nº de documento	CI 9058190258
-------------------------------	---------------

Director	DANIEL KNEBEL BAGGIO
-----------------	----------------------

Tipo y Nº de documento	CI
-------------------------------	----

Nº de páginas	133
----------------------	-----

Fecha de defensa:29/03/19 Fecha de entrega del archivo:17/03/19

4. Información de acceso al documento

Autorizo Publicación SI NO

En la calidad de titular de los derechos de autor de la mencionada publicación, **autorizo** a la Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad Nacional de Misiones, a **publicar, sin resarcimiento de derechos de autor**, conforme a las condiciones arriba indicadas, en medio electrónico, en la red mundial de computadoras, en la biblioteca de la Facultad de Ciencias Económicas y sitios en la que ésta última haya otorgado licencias, para fines de lecturas, impresión y/o

descarga por Internet, **a título de divulgación de la producción científica generada por la Universidad**, a partir de la fecha.-

Se deslindará a la Facultad de Ciencias Económicas y a la Universidad Nacional de Misiones de toda responsabilidad legal que surgiera por reclamos de terceros que invoquen la autoría de la obra de tesis cuya publicación se efectúe.-

Además se le informa que Ud. puede registrar su trabajo de investigación en el Registro de la Propiedad Intelectual, no siendo responsable la Universidad Nacional de Misiones y/o Facultad de Ciencias Económicas por la pérdida de los derechos de autor por falta de realización del trámite ante la autoridad pertinente.-

Asimismo, notificamos que para obtener el título de “Patente de Invención” es necesario presentar la solicitud de patente dentro del año de publicación o divulgación. (art. 5 Ley 24.481).-

Firma del Autor

Firma del Director/ra de Tesis

Lugar

Fecha

ANEXOS

ANEXO I

2014
INFORME ESTADÍSTICO
 (Datos de diciembre 2014)
COOPERATIVAS DE AHORRO Y CRÉDITO EN EL MUNDO




● Países con movimientos de cooperativas de ahorro y crédito que presentaron datos estadísticos* ● Otros Países



57.000
cooperativas
de ahorro y
crédito

EN



105
países

EN



6
continentes

ATIENDEN A **217 MILLONES DE PERSONAS**

8,2% Penetración**

\$1.5 BILLONES en Aportaciones y Ahorros (USD)
\$1.2 BILLONES en Préstamos (USD)

\$181 MIL MILLONES en Reservas (USD)
\$1.8 BILLONES en Activos (USD)

ANEXO II**Decreto do Conselho de Ministros nº 1.503, de 12 de Novembro de 1962**

Suspende, temporariamente, as concessões de autorização de funcionamento ou o registro de novas Cooperativas de Crédito ou com Seção de Crédito, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 18, nº III, do Ato Adicional, e de acordo com o Decreto número 14.728, de 16 de março de 1921,

DECRETA:

Art. 1º Ficam sobrestadas as autorizações de funcionamento ou o registro de novas Cooperativas de Crédito ou com Seção de Crédito.

Art. 2º Os Ministros de Estado da Fazenda e da Agricultura designarão, no prazo de 90 dias uma comissão para rever a legislação atual, de forma a enquadrá-la nos princípios gerais de crédito e sem desatendimento das peculiaridades do sistema cooperativo.

Art. 3º A Comissão a que se refere o item anterior será integrada por cinco elementos, sendo dois da SUMOC; dois do Serviço de Economia Rural; e, um da Diretoria do Imposto de Renda.

Art. 4º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília (DF), em 12 de novembro de 1962; 141º da Independência 74º da República.

Hermes LIMA

Miguel Calmon

Renato Costa Lima

Fonte: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decmin/1960-1969/decretodoconselhodeministros-1503-12-novembro-1962-352676-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso: 02 fev. 2016.

ANEXO III

Esta é uma pesquisa acadêmica, que tem como objetivo geral avaliar o grau de entendimento dos associados das Cooperativas de Crédito da região das Missões do Rio Grande do Sul, no que diz respeito a implantação prática do Cooperativismo .

VOCÊ NÃO PRECISA SE IDENTIFICAR.

Não existe resposta certa, o objetivo é apenas verificar o perfil e grau de aderência do associado e não avaliá-lo.

Antecipadamente agradecemos a sua colaboração. Muito Obrigado!

1ª PARTE- Perfil do associado

1 Idade:____ anos

2 Sexo: () Masculino () Feminino

3 Você é associado de uma Cooperativa de Crédito () Sim () Não

Caso não seja associado, não será necessário preencher o restante do questionário

4 Há quanto tempo é associado da Cooperativa de Crédito: _____

5 Grau de escolaridade: () Ensino Fundamental () Ensino Médio (científico) () Superior incompleto () Superior completo () Pós-graduação

6 Minha principal atividade econômica está na: () Zona Rural () Zona Urbana

7 Além de operar com a Cooperativa de Crédito opera com Banco público ou privado: () Sim () Não

8 Na sua percepção é melhor ser correntista de um: () Banco Público () Banco Privado () Cooperativa de Crédito

2ª PARTE - Grau de aplicabilidade da teoria do Cooperativismo na visão dos associados

Responda, assinalando a afirmativa que expresse a sua opinião:

1 – Concordo totalmente a 7– Discordo totalmente

1	A cooperativa agrega valor para mim e para a sociedade	1	2	3	4	5	6	7
2	Os produtos e serviços são competitivos	1	2	3	4	5	6	7
3	Entendo como é feita a distribuição das sobras	1	2	3	4	5	6	7
4	Abriria mão das sobras que tenho direito para que esse valor fosse investido em projetos sociais	1	2	3	4	5	6	7

5	Não gosto de ir às assembleias, pois elas não decidem nada efetivamente	1	2	3	4	5	6	7
6	Meu voto é muito importante e por isso eu participo ativamente das atividades da cooperativa	1	2	3	4	5	6	7
7	Quero as melhores taxas e produtos de qualidade, não me importo com o resto	1	2	3	4	5	6	7
8	Sinto a diferença entre a Cooperativa e um Banco	1	2	3	4	5	6	7
9	A cooperativa deve atender primeiramente aos meus interesses, mesmo que isso lhe traga prejuízos	1	2	3	4	5	6	7
10	Me sinto dono da Cooperativa	1	2	3	4	5	6	7
11	Acredito que as Sobras são divididas da forma correta	1	2	3	4	5	6	7
12	As cooperativas não devem ser controladas pelos associados, pois eles NÃO têm conhecimento para realização do controle democrático	1	2	3	4	5	6	7
13	As cooperativas devem atuar na educação de seu associado de forma a desenvolver o cooperativismo e criar pessoas mais solidárias e participativas	1	2	3	4	5	6	7
14	A cooperativa deve se preocupar em prover serviços para os associados e essa história de educação não traz retornos, é só perda de tempo	1	2	3	4	5	6	7
15	Tenho conhecimento do meu saldo em quotas e da distribuição das sobras que a cooperativa realiza anualmente	1	2	3	4	5	6	7
16	A existência de mais de uma cooperativa na cidade enfraquece o cooperativismo	1	2	3	4	5	6	7
17	Investir na comunidade não é uma prioridade da cooperativa. Ela deve atender só as necessidades dos associados	1	2	3	4	5	6	7
18	As cooperativas devem desenvolver projetos em parceria com a comunidade com o intuito de proteger o meio ambiente, incentivar a educação, prevenir doenças, etc	1	2	3	4	5	6	7
19	Acredito que se a Cooperativa tiver sobra expressiva, como associado terei um ganho expressivo, afinal sou dono	1	2	3	4	5	6	7
20	As ações adotadas pela cooperativa para divulgar o cooperativismo NÃO são eficientes e eficazes. Precisam ser melhoradas urgentemente	1	2	3	4	5	6	7
21	Considero-me um associado que defende o Cooperativismo	1	2	3	4	5	6	7
22	Me associei a Cooperativa porque ela tem na média dos produtos e serviços um custo mais barato que os bancos	1	2	3	4	5	6	7
23	Se a Cooperativa de Crédito sair da minha cidade teremos perdas sociais impactantes	1	2	3	4	5	6	7
24	Acredito que a Cooperativa deveria ter produtos mais baratos que os bancos	1	2	3	4	5	6	7
25	É visível as ações sociais que a Cooperativa promove	1	2	3	4	5	6	7
26	Conheço a filosofia do Capitalismo, pontos fortes e fracos	1	2	3	4	5	6	7

27	Conheço a filosofia do Socialismo, pontos fortes e fracos	1	2	3	4	5	6	7
28	Acredito que o Cooperativismo é um sistema que absorve as melhores qualidades do Capitalismo e do Socialismo	1	2	3	4	5	6	7
29	O Sistema Capitalista está ultrapassado	1	2	3	4	5	6	7
30	É viável um sistema focado apenas no “dar” e não no produzir	1	2	3	4	5	6	7
31	Acredito que minha Cooperativa deve ter preços iguais aos Bancos	1	2	3	4	5	6	7
32	Quanto mais sobras a Cooperativa atingir, mais será investido em minha comunidade	1	2	3	4	5	6	7
33	Trabalho para que a minha Cooperativa alcance cada vez mais sobras	1	2	3	4	5	6	7
34	Para desenvolver projetos sociais é preciso dinheiro	1	2	3	4	5	6	7
35	Conheço projetos da minha Cooperativa que contribuem com a Educação	1	2	3	4	5	6	7
36	Conheço projetos da minha Cooperativa que melhoram a segurança de minha cidade	1	2	3	4	5	6	7
37	Conheço projetos da minha Cooperativa que fortalecem a rede de saúde do meu município	1	2	3	4	5	6	7
38	Nada mudaria em minha região se não tivesse as cooperativas de crédito	1	2	3	4	5	6	7
39	Meu conhecimento sobre os produtos das Instituições financeiras é elevado	1	2	3	4	5	6	7
40	Se a Cooperativa oferecer preços iguais aos outros bancos, terei 100% de minha movimentação com ela	1	2	3	4	5	6	7
41	Confio na administração de minha Cooperativa	1	2	3	4	5	6	7
42	Sei o que é um estatuto	1	2	3	4	5	6	7
43	Como sócio, conheço o estatuto de minha Cooperativa	1	2	3	4	5	6	7
44	Sei o momento de trazer minhas contribuições para a minha Cooperativa	1	2	3	4	5	6	7
45	Acredito que minha Cooperativa está no caminho certo	1	2	3	4	5	6	7
46	Conheço a história de minha Cooperativa	1	2	3	4	5	6	7
47	A Cooperativa deve investir em projetos para desenvolver economicamente minha região	1	2	3	4	5	6	7
48	Defendo minha Cooperativa em qualquer esfera	1	2	3	4	5	6	7
49	Acredito que trabalhando com a Cooperativa, estou transformando positivamente minha região	1	2	3	4	5	6	7
50	Acredito que o Cooperativismo é uma solução ao Capitalismo e ao Socialismo	1	2	3	4	5	6	7

